



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Autoridade Tributária de Moçambique

**RELATÓRIO DE BALANÇO DAS
ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
PELA AT EM 2011 E PERSPECTIVAS
DE ACÇÕES PARA 2012**



Março 2012

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	7
SUMÁRIO EXECUTIVO	10
I. INTRODUÇÃO	12
II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA	15
2.1. <i>Receita Global</i>	16
2.2. <i>Contribuição dos Grandes Contribuintes</i>	20
2.2.1. <i>Contribuição Fiscal dos Mega Projectos</i>	22
2.2.1.1. <i>Projectos no Âmbito dos Megaprojectos e Grandes Contribuintes</i>	23
2.2.2. <i>Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras</i>	25
III. FORTALECIMENTO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS	26
3.1. AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES DOS IMPOSTOS INTERNOS E DAS ALFÂNDEGAS	27
3.1.1. <i>Auditoria e Fiscalização Tributária</i>	28
3.1.1.1. <i>Cobranças Resultantes de Trabalhos de Auditoria /Fiscalizações</i>	30
3.1.1.2. <i>Projectos no Âmbito das Auditorias</i>	30
3.1.2. <i>Análise de Processos de Contas</i>	33
3.1.3. <i>Fiscalizações e Auditorias Pós-desembarço Aduaneiro</i>	34
3.2. CONTENCIOSOS FISCAL, ADUANEIRO E EXECUÇÕES FISCAIS	36
3.2.1. <i>Contencioso Fiscal</i>	36
3.2.1.1. <i>Regime de Regularização das Dívidas Tributárias</i>	37
3.2.1.2. <i>Aplicativo Informático para a Gestão da Dívida Tributária</i>	38
3.2.2. <i>Contencioso Aduaneiro</i>	38
3.2.3. <i>Execuções Fiscais</i>	39
3.3. REEMBOLSOS	41
3.3.1. <i>Situação Geral dos Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento</i>	41
3.3.2. <i>Situação Geral dos Reembolsos do IVA</i>	45
3.4. BENEFÍCIOS FISCAIS	49
3.4.1. <i>Benefícios Fiscais no Âmbito dos Impostos Internos</i>	49
IV. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA	50
4.1. EDUCAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA	51
4.2. CADASTRAÇÃO DOS NUIITS	54
4.2.1. <i>Cadastro Fiscal no Âmbito do ISPC</i>	55
4.2.2. <i>Projecto da Sensibilização, Mobilização e Divulgação do ISPC à Nível dos Distritos e Municípios</i>	55
4.2.3. <i>Impressão de Cartões de NUIT</i>	56
4.3. ABERTURA DE NOVOS POSTOS FISCAIS E DE COBRANÇA	57
V. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	58
5.1. SITUAÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS	59
5.1.1. DISTRIBUIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS POR REGIÕES	59
5.1.2. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO AO ESTADO E APOSENTAÇÃO	60
5.1.3. SITUAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS POR NÍVEIS ACADÉMICOS	60
5.1.4. RECENSEAMENTO DE FUNCIONÁRIOS	60
5.1.5. ENQUADRAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS	61
5.2. ASSUNTOS SOCIAIS	62
5.3. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	63
5.3.1. <i>Implementação e Avaliação do Plano de Formação em 2011</i>	63
5.3.2. <i>Outras Acções de Formação</i>	63

5.3.3.	<i>Projecto de Formação Virtual – e-Learning</i>	64
5.3.4.	<i>Continuação de Estudos, Bolsas e Estágios Académicos</i>	64
5.3.5.	<i>Criação de uma Instituição de Ensino Superior de Formação em Matéria de Finanças Públicas</i>	64
5.3.6.	<i>Diagnóstico das das Necessidades de Formação para 2012</i>	65
VI.	ACÇÕES NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	66
6.1.	PROJECTO E-TRIBUTAÇÃO	67
6.2.	PROJECTO DA JANELA ÚNICA ELECTRÓNICA	68
6.3.	FUNCIONAMENTO E DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS	70
6.3.1.	<i>Sistemas de Comunicações</i>	70
6.3.2.	<i>Gestão do Equipamento</i>	70
6.3.3.	<i>Sistema TIMS</i>	70
6.3.4.	<i>Sistema SICR</i>	71
6.3.5.	<i>Sistema NUIT</i>	71
6.3.6.	<i>Sistema PHC</i>	71
6.3.7.	<i>Outros Sistemas</i>	72
6.4.	PÁGINA WEB	73
VII.	GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA	75
7.1.	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	76
7.1.1.	<i>Salários e Remunerações</i>	77
7.1.2.	<i>Outras Despesas com o Pessoal</i>	77
7.1.3.	<i>Bens e Serviços</i>	77
7.1.4.	<i>Despesas de Investimento</i>	78
7.1.5.	<i>Implementação e Execução do Orçamento da Fronteira de Paragem Única</i>	78
7.2.	PATRIMÓNIO DA AT	80
7.2.1.	<i>Parque de viaturas</i>	80
7.2.2.	<i>Imóveis e Reabilitações</i>	80
7.2.2.1.	<i>Manutenções</i>	83
7.3.	<i>Estética</i>	83
VIII.	PLANEAMENTO E ESTUDOS	84
8.1.	PLANEAMENTO	85
8.2.	ESTUDOS	87
IX.	REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA	88
X.	DOCUMENTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO	93
10.1.	ÁREA DE BIBLIOTECAS	94
10.2.	ÁREA DOS ARQUIVOS	95
10.3.	ÁREA DOS MUSEUS	96
XI.	INTEGRAÇÃO REGIONAL	97
11.1.	EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ZONA DE COMÉRCIO LIVRE DA SADC	100
XII.	COOPERAÇÃO BILATERAL	101
XIII.	COMISSÃO DE PARCERIA DO FUNDO COMUM	103
XIV.	CONTROLO INTERNO	106
14.1.	INSPECÇÃO ADMINISTRATIVA	107
14.2.	AUDITORIAS INTERNAS	107
14.2.1.	<i>Implementação de novos procedimentos</i>	108
14.2.2.	<i>Elaboração e Implementação de Manuais de Procedimentos</i>	108

14.2.3.	Controlo de Auditorias Pós-desembarço.....	109
14.2.4.	Controlo de Auditorias e Fiscalizações Tributárias.....	109
14.2.5.	Inteligência Tributária.....	110
14.3.	PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E OUTRAS IRREGULARIDADES DO PESSOAL.....	111
14.3.1.	WORKSHOP SOBRE O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR	111
14.3.2.	REPRESSÃO DAS IRREGULARIDADES DO PESSOAL.....	111
14.3.3.	PROJECTO DAS “HOTLINES”	112
XV.	ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIAIS	113
15.1.	CONSELHO SUPERIOR TRIBUTÁRIO	114
15.2.	CONSELHO DIRECTIVO	114
15.3.	CONSELHO DA FISCALIDADE	114
15.4.	OUTROS EVENTOS.....	115
15.4.1.	Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira.....	115
15.4.2.	Outros	115
XVI.	PERSPECTIVAS PARA 2012.....	116
16.1.	NO ÂMBITO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO	117
16.2.	NO ÂMBITO DA COBRANÇA DE RECEITAS.....	117
16.3.	NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	117
16.4.	NO ÂMBITO DE DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	118
ANEXOS	119
ANEXO I	– DESEMPENHO ANUAL POR ÁREA OPERATIVA DOS IMPOSTOS INTERNOS – 2011.....	120
ANEXO II	- DESEMPENHO ANUAL POR ÁREA OPERATIVA DAS ALFÂNDEGAS – 2011	121
ANEXO III	– REGISTO DE CONTRIBUINTES, INCLUINDO ISPC	123
ANEXO IV	- CRITÉRIO DE SELECÇÃO DE GRANDES CONTRIBUINTES	124
ANEXO V	- RESUMO DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO E IMAGEM DA AT	125
ANEXO VI	– ACÇÕES DO IFPFT-SEDE E RESPECTIVAS DELEGAÇÕES REGIONAIS	126
ANEXO VII	– PARQUE INFORMÁTICO OPERACIONAL NA AT - POR REGIÕES.....	128
ANEXO VIII	– PARQUE DE VIATURAS.....	129
ANEXO IX	- RELAÇÃO DE IMÓVEIS DA AT POR PROVÍNCIA E FORMA DE AQUISIÇÃO	130

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Contribuição para o OE - 2010/2011	16
Tabela 2. Expectativa de crescimento - Programa da Receita do Estado 2011	17
Tabela 3. Execução da Receita do Estado – 2011.....	17
Tabela 4. Distribuição dos Grandes Contribuintes	20
Tabela 5. Contribuição dos Grandes Contribuintes	21
Tabela 6. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos	22
Tabela 7. Contribuição das Instituições Financeiras.....	25
Tabela 8. Auditorias e Fiscalizações Realizadas pela AT	27
Tabela 9. Matéria Colectável e Imposto Devido.....	28
Tabela 10. Impostos Apurados	29
Tabela 11. Imposto Apurado DAFT, DAF's e UGC's	30
Tabela 12. Cobranças Resultantes das Auditorias em 2011	30
Tabela 13. Análise dos Processos de Contas das Empresas	33
Tabela 14. Análise Comparativa da Receita da DAII nos anos de 2010 e 2011	34
Tabela 15. Resumo dos Processos de Contencioso Fiscal	36
Tabela 16. Contencioso Aduaneiro.....	38
Tabela 17. Resumo de Processos Executivos	39
Tabela 18. Resumo dos Processos de Execução Fiscal por Ano	40
Tabela 19. Pedidos de Reembolso de IR em 2011 e Acumulado	41
Tabela 20. Pedidos de Reembolsos de IRPS	43
Tabela 21. Pedidos de Reembolsos de IRPC	44
Tabela 22. Análise Comparativa Processos de Reembolsos Referente aos Anos 2010 e 2011...	45
Tabela 23. Pedidos de Reembolso de IVA	45
Tabela 24. Pedidos de Reembolso de IVA recebidos em 2011	47
Tabela 25. Resumo dos Pedidos de Reembolso Processados de 1999 à 31 de Dez/2011	48
Tabela 26. Projectos de Investimento Recebidos.....	49
Tabela 27. Registo fiscal.....	54
Tabela 28. Distribuição dos funcionários por carreiras	59
Tabela 29. Distribuição dos Funcionários por Faixa Etária.....	59
Tabela 30. Distribuição de Funcionários por Região e Órgão Central	60
Tabela 31. Grau de Realização das Acções de Formação em Relação ao Planificado.....	63
Tabela 32. Balancete de Execução do Orçamento – 2011	76
Tabela 33. Imóveis Registados	81
Tabela 34. Situação de Livros na Biblioteca da AT	94
Tabela 35. Relação Obras Adquiridas e por Receber	94
Tabela 36. Empréstimos de Livros	95
Tabela 37 Total das Importações Realizadas em 2011	98
Tabela 38. Importações de Moçambique provenientes da SADC em 2011	99
Tabela 39. Impacto Fiscal-Despesa Fiscal em 2011	100
Tabela 40. Evolução das Importações 2008 a Dezembro de 2011	100
Tabela 41. Recursos Desembolsados em 2011	104

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1. Peso da Contribuição para o OE - 2010/2011.....	16
Gráfico 2. Balanço Global da Receita do Estado em 2011, em milhões de MT.....	18
Gráfico 3. Estrutura das Receitas Totais cobradas em 2011 em percentagem	18
Gráfico 4. Peso da receita dos Grandes Contribuintes na receita total da AT	21
Gráfico 5. Contribuição dos Megaprojectos por Sector em 2011, em milhões de MT	22
Gráfico 6. Contribuição das Instituições Financeiras - por Imposto, em milhões de MT	25
Gráfico 7. Resultados das Auditorias/Fiscalizações, em milhões de MT	29
Gráfico 8. Receita recuperada pela DAI, em milhões de MT	34
Gráfico 9. Processos de Execuções Fiscais - Quantidades	39
Gráfico 10. Processos de Execuções Fiscais – Valores, em milhões de MT	39
Gráfico 11. Processos de Reembolsos do IR em 2011	42
Gráfico 12. Processos de Reembolsos do IRPS em 2011	43
Gráfico 13. Processos de Reembolsos do IRPC em 2011	44
Gráfico 14. Quantidades de Processos de Reembolso de IVA em 2011	46
Gráfico 15. Valores de Reembolso de IVA em 2011, em milhões de MT	46
Gráfico 16. Quantidade de Processos de Reembolsos de IVA por Regime	47
Gráfico 17. Reembolsos de IVA – Valores por Regime, em milhões de MT	47
Gráfico 18. Registo de Contribuintes.....	54
Gráfico 19. Registo de Contribuintes – Grau de realização.....	54
Gráfico 20. Execução em 2011, valores em milhões de MT	77
Gráfico 21. Desembolsos efectuados em 2011, em milhões de MT	104

LISTA DE ABREVIATURAS

APIE - Administração do Parque Imobiliário do Estado
ASSEMO - Associação das Secretárias de Moçambique
ATAF- Fórum Africano das Administrações Fiscais
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
BCI – Banco Comercial e de Investimentos
BT's – Bilhetes de Tesouro
CEDDET - Centro de Educação à Distância para o Desenvolvimento Económico e Tecnológico
CEDSIF - Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CPIA - *Country Policy and Institutional Framework*
CST - Conselho Superior Tributário
DAF – Direcção da Área Fiscal
DAFT – Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária
DAII - Direcção de Auditoria Inteligência e Investigação
DCC – Divisão de Controlo e Cadastro
DGA – Direcção Geral das Alfândegas
DGI – Direcção Geral de Impostos
DGSC – Direcção Geral dos Serviços Comuns
DIFOR - Direcção da Formação
DRN - Direcção Regional Norte
DRS - Direcção Regional Sul
DTIC – Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicação
E-CAF – Cadastro de Funcionários e Agentes do Estado (Aplicativo Informático)
EGFAE - Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
ETPM - *Enterprise Taxation Police Management*
FMI - Fundo Monetário Internacional
GAZEDA – Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado
GCI - Gabinete de Controlo Interno
GCIm - Gabinete de Comunicação e Imagem
GM – Gabinete do Ministro
GPECI - Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional
HIV – Human Immunodeficiency Virus
ICE- Imposto sobre Consumos Específicos
ICF- *Investment Climate Facility*
IFP – Instituto de Formação Paramilitar
IR – Impostos sobre Rendimento
IRPC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRPS – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISPC – Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes
IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado
JUE – Janela Única Electrónica
MARP -Mecanismo Africano de Revisão de Pares
MBIM – *Millenium* Banco Internacional de Moçambique
MCEL – Moçambique Celular
MCMS – *Mozambique Customs Management System*
MCnet – *Mozambique Community Network*

MF – Ministério das Finanças
MFP – Ministério da Função Pública
MP's – Manuais de Procedimentos
NS's – Notas Sectoriais
NUIT – Número Único de Identificação Tributária
OMA – Organização Mundial das Alfândegas
ONG – Organização Não – Governamental
PAF – *Performance Assessment Framework*;
PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAP - Parceiros de Apoio Programático
PARP- Plano de Acção à Redução da Pobreza
PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
P-AT – Presidente da Autoridade Tributária
PDTI – Plano de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação
PEFA – Despesa Pública e Responsabilidade Financeira
PES – Plano Económico e Social
PHC – África Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda. (Produtora de software)
PIB – Produto Interno Bruto
PRSL III – III Empréstimo de Suporte a Redução de Pobreza
QAD - Quadro de Avaliação de Desempenho
QTDS - Quantidades
RENA – Rede Nacional da Autoridade Tributária de Moçambique
RM – Rádio Moçambique
SADC - *Southern Africa Development Community*
SIC - Serviço de Informação ao Contribuinte
SICR – Sistema Interino de Cobrança de Receitas
SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIG – Sistema de Informação para a Gestão
SNAE - Sistema Nacional de Arquivos do Estado
THC - *Terminal Handling Charges*
TI - Tecnologia de Informação
TIAR - Terminal Internacional Aérea
TIMAR - Terminal Internacional Marítima
TIMS – *Trading Information Management System*
TIRO – Terminal Internacional Rodoviário
TVM – Televisão de Moçambique
UE – União Europeia
UEM - Universidade Eduardo Mondlane
UGC – Unidade de Grandes Contribuintes
UNIDO - *United Nations Industrial Development Organization*
USAID – *United States Agency for International Development*
USD – *United States Dollars*
UTIC – Unidade Técnica de Informação e Comunicação
UTRESP – Unidade Técnica de Reforma do Sector Público
UVC – Unidade de Visitas e Controlo
UTIC – Unidade Técnica de Implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO EXECUTIVO

No ano de 2011, a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) arrecadou para os cofres do Estado 81.119,18 milhões de MT, sobrecumprindo a meta fixada pelo orçamento rectificativo no valor de 79,158,00 milhões de MT, em 2,48% que representa um crescimento nominal de 27,61%, comparado com o ano anterior e um rácio fiscal de 21,83%.

Do total das receitas do Estado arrecadadas, 53.343,44 milhões de MT resultam dos Impostos internos e 27.775,74 milhões de MT provêm dos impostos sobre o comércio externo, o que representa 65,76% e 34,24%, respectivamente, face ao total cobrado.

Foram cobrados, de receitas correntes, 79.270,09 milhões de MT e 1.849,09 milhões de MT de receitas de capital, correspondendo a 97,72 % e 2,28%, respectivamente, do valor total arrecadado.

No âmbito da educação fiscal, aduaneira e popularização do imposto, e durante o período em análise, foram formados 13.450 disseminadores em matérias de educação fiscal e aduaneira, ao nível nacional; realizadas palestras sobre a divulgação do ISPC, a Lei que aprova o regime de regularização das dívidas tributárias, os impostos do sistema tributário moçambicano e a promoção da cidadania fiscal e veiculadas pelos órgãos de comunicação social matérias com o objectivo de popularizar o imposto, bem como sensibilizar as populações e agentes económicos para a necessidade do cumprimento voluntário e atempado das obrigações fiscais e aduaneiras.

Das acções de educação fiscal e popularização do imposto, resultou o registo de 327.602 novos NUIT's, representando um nível de realização de 108,61% face à meta estabelecida para o período (301.633), dos quais 321.297 de pessoas singulares e 6.305 de pessoas colectivas. Do total de NUIT's, 46.315 foram atribuídos no âmbito do ISPC.

Foi ainda neste ano iniciada a implementação do piloto do projecto da Janela Única Electrónica, no porto de Maputo, tendo como perspectiva imediata a extensão aos portos da Beira e Nacala.

Em termos de recursos humanos, a AT iniciou o ano com 3.236 funcionários e, até ao final do ano contava com um total de 3.324 funcionários, em resultado da admissão de 88 funcionários no seu quadro de pessoal, dos quais 27 transferidos da ex-Adena, 13 transferidos de outras instituições e 48 reintegrados. Em termos de género, 2.534 são do sexo masculino e 790 do feminino, na proporção de 76,23% e 23,77%, respectivamente.

No que se refere ao orçamento da despesa, foi executado o montante total de 2.924,02 milhões de MT, correspondentes a 92,68% da dotação disponível, sendo 2.654,30 milhões de MT com recursos internos, dos quais 124,60 milhões de MT no Projecto da Fronteira de Paragem Única e 145,12 milhões de MT com recursos externos (Fundo Comum). Esta execução representa rigorosamente 3,30% do total de receitas.

I. INTRODUÇÃO

A Lei nº1/2011, de 5 de Janeiro, aprovou o Orçamento do Estado para o ano 2011, fixando o total de recursos para financiar a Despesa Pública em 132.403,1 milhões de MT, dos quais 73.274,8 milhões de MT em receitas do Estado e 58.064,8 milhões de MT, em outras fontes¹ de financiamento.

Por motivos de forte pressão sobre a Despesa Pública, face às exigências da conjuntura macroeconómica, a Assembleia da República aprovou, pela Lei nº 9/2011, de 13 de Junho, um Orçamento do Estado Rectificativo para o ano 2011, passando o Orçamento Global para 141.757,2 milhões de MT, dos quais 79.158,0 milhões de MT em Receitas do Estado e 62.599,2 milhões de MT relativo a outras fontes de financiamento.

O Orçamento do Estado Retificativo foi aprovado considerando a realização do ano anterior, associado aos principais pressupostos macroeconómicos previstos para o ano em referência, nomeadamente (i) PIB na ordem de 379.851,00 milhões de MT; (ii) inflação média anual de 9,5%; e (iii) taxa de câmbio média anual (MT/USD) de 32,9.

O presente relatório apresenta o desempenho da AT em 2011, no âmbito da implementação das actividades programadas no respectivo plano e visualiza os progressos alcançados em vários domínios, com destaque para a arrecadação de receitas do Estado face à meta estabelecida pelo Orçamento Retificativo.

No ano de 2011, a cobrança de receitas do Estado foi de 81.119,18 milhões de Meticais o que representa um sobrecumprimento na ordem de 2,48% face à meta estabelecida pelo Orçamento Retificativo e o PIB² a preços correntes situou-se em 371.645,00 milhões de MT

Da totalidade das receitas cobradas pela AT, 53.343,44 milhões de MT, são provenientes dos impostos internos e 27.775,74 milhões de MT provenientes dos impostos sobre o comércio externo, correspondendo a uma contribuição de 65,76% e 34,24%, respectivamente. Da componente interna, 48,15 milhões de MT resultam das cobranças em sede do ISPC.

Do montante arrecadado, 328,04 milhões de MT constitui receita adicional resultante de acções de fiscalização e auditoria, sendo 116,06 milhões de MT dos impostos internos e 211,98 milhões de MT relativos aos impostos sobre o comércio externo.

No âmbito da implementação do PDTI e no que se refere ao projecto e-Tributação, foram formalmente constituídos os Comitês Executivo e Técnico para o acompanhamento do projecto e tomada de decisões, aprovado o modelo conceptual e iniciada a elaboração dos modelos de negócio dos módulos de registo de NUIs com maior enfoque e dos módulos de IVA e ISPC e Processos Comuns e aprovado o projecto do “Call Center”, desenvolvido com apoio financeiro do ICF (Investment Climate Facility). Quanto à Janela Única Electrónica, o projecto foi formalmente lançado em Dezembro de 2011, após a operacionalização do centro de dados,

¹ Créditos Internos, Empréstimos Externos e Donativos

² No presente relatório, os rácios e todos os indicadores que envolvem o PIB, a preços correntes de 2011, foram calculados usando 371.645,00 milhões de MT

testagem dos sistemas, formação dos usuários e início do piloto no porto de Maputo, com previsão da sua extensão para os portos da Beira e Nacala, como passos seguintes.

Nos processos de aprovação e monitoria da implementação dos planos estratégico e de actividades da AT, de avaliação do desempenho e de consultas com os sectores público e privado sobre matérias tributárias, foram realizados, no período em análise, o V Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira sob o lema “Por uma Administração Tributária cada vez mais inclusiva, em prol da Modernidade, Profissionalismo e Produtividade”, a VIII Sessão do Conselho da Fiscalidade sob o Lema “Todos Juntos, promovendo a modernidade, a produtividade e a competitividade para melhor servir o contribuinte”, em Março e Agosto, respectivamente, e 4 sessões ordinárias e 29 extraordinárias do CST, 14 sessões ordinárias do CD, em cumprimento das actividades previstas para os órgãos colegiais da AT.

No domínio da capacitação institucional, foram formados 1.650 funcionários, dos quais 1.434, são da AT e 216 de outras instituições públicas, em diversas matérias técnicas aduaneiras e dos impostos internos, de contabilidade e auditoria, gestão e língua inglesa, tendo-se registado a participação de 858 formandos da Região Sul, 564 da Região Centro e os restantes 228 da Região Norte.

No âmbito da cooperação bilateral e multilateral e no que respeita a mobilização de fundos, foi assegurado o apoio às actividades da reforma tributária, com o desembolso de USD 4.318.187,00 pelos Parceiros do Fundo Comum da AT e promessas no valor de USD 3.580.000,00 para 2012. Ainda neste domínio, foi concluída a implementação do projecto financiado pelo UNIDO/EU sobre a facilitação do comércio, com destaque para disponibilização de três laboratórios de línguas. Foi ainda feito o acompanhamento e monitoria do processo de integração regional da SADC, continuado o processo de negociação dos acordos para evitar a dupla tributação e, a AT aderiu ao ATAF, com a deposição do respectivo instrumento em Pretória, na sede desta organização africana das administrações fiscais.

O presente relatório é composto por 16 partes, que incluem: (i) uma breve introdução (ii) as actividades desenvolvidas no âmbito da cobrança da receita; (iii) as acções tendentes ao fortalecimento do cumprimento das obrigações fiscais; (iv) as acções realizadas no âmbito do alargamento da base tributária; (v) as actividades desenvolvidas no âmbito de gestão e desenvolvimento de recursos humanos; (vi) as actividades realizadas no âmbito da modernização tecnológica; (vii) as actividades realizadas no âmbito de gestão do orçamento da despesa; (viii) as actividades realizadas no campo de acção do planeamento e estudos; (ix) as actividades relacionadas com a reforma da legislação fiscal e aduaneira; (x) as acções desenvolvidas no âmbito da documentação e tratamento de informação, (xi) as actividades relativas ao processo de integração regional; (xii) as acções realizadas no âmbito da cooperação bilateral; (xiii) os aspectos relativos a comissão de parceria do fundo comum; (xiv) as actividades concernentes ao contolo interno, promoção da integridade e combate à corrupção; (xv) as acções desenvolvidas pelos órgãos colegiais; e (xvi) perspectivas para o ano de 2012.

II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA

2.1. Receita Global

Apesar das adversidades que caracterizaram o ano de 2011, a cobrança de receitas do Estado foi de 81.119,18 milhões de MT o que representa um sobrecumprimento na ordem de 2,48% face à meta estabelecida pelo Orçamento Rectificativo e 63,95% no peso do Orçamento de Estado Executado, conforme ilustram a tabela 1 e o gráfico 1.

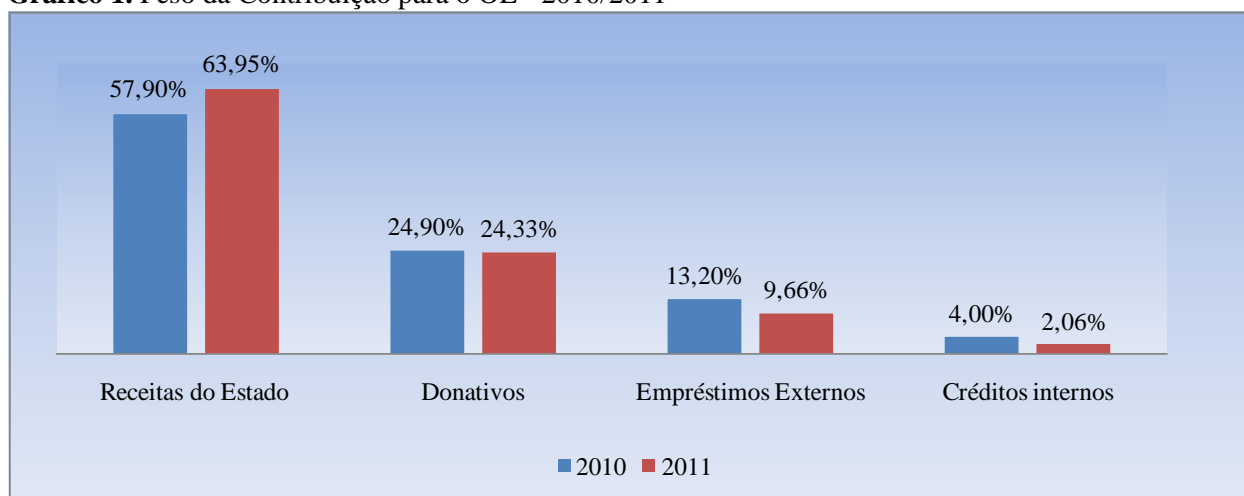
Tabela 1. Contribuição para o OE - 2010/2011

Unidade: 10⁶MT

Ordem	Descrição	2010		2011	
		Realização	Peso/ Realização	Realização	Peso/ Realização
1	Receitas do Estado	63.566,10	57,90%	81.119,18	63,95%
2	Donativos	27.318,40	24,90%	30.858,10	24,33%
3	Empréstimos Externos	14.517,40	13,20%	12.259,70	9,66%
4	Créditos internos	4.417,60	4,00%	2.618,60	2,06%
	Total de Recursos	109.819,50	100,00%	126.855,58	100,000%

Fonte: MF

Gráfico 1. Peso da Contribuição para o OE - 2010/2011



Como se pode depreender na tabela 1 e gráfico 1, as receitas internas passaram de 57,9% em 2010 para 63,95% em 2011, em termos de cobertura da despesa total realizada pelo Estado, o que representa uma redução da dependência de outras formas de financiamento do Orçamento do Estado em 6,05%.

O programa para 2011, no valor de 79.158,00 milhões de MT, desdobra-se em 77.178,87 milhões de Meticais de Receitas Correntes e 1.979,13 milhões de MT de Receitas de Capital e, representa uma expectativa de crescimento de 24,53% e uma contribuição no PIB de 21,30%, conforme a tabela 2.

Tabela 2. Expectativa de crescimento - Programa da Receita do Estado 2011Unidade: 10⁶MT

Descrição	Cobrança de 2010	Programa 2011	Cresc. Nominal	% PIB
Receita Total	63.566,70	79.158,00	24,53%	21,30%
Receitas Correntes	62.091,03	77.178,87	24,30%	20,77%
Receitas de Capital	1.392,72	1.979,13	42,11%	0,53%

Fonte: GPECI - DPAR

PIB a preços correntes de 371.645,00 milhões de MT

Nas Receitas Fiscais, alcançou-se uma realização de 103,05% e um crescimento nominal de 26,51%, comparado com o igual período do ano anterior. As Receitas de Capital tiveram uma realização de 93,43% e um crescimento nominal de 32,25% quando comparadas com igual período do ano transacto, conforme a tabela 3 e os gráficos 2 e 3.

Tabela 3. Execução da Receita do Estado – 2011Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2010	Programa 2011	Cobrança 2011	Realização	Cresc. Nominal	% PIB	Estrutura
Receita Total	63.566,12	79.158,00	81.119,18	102,48%	27,61%	21,83%	100,00%
Receitas Correntes	62.167,90	77.178,87	79.270,10	102,71%	27,51%	21,33%	97,72%
Receitas Fiscais	56.643,30	69.539,00	71.656,86	103,05%	26,51%	19,28%	88,34%
Receitas Não Fiscais	3.305,79	4.525,07	4.672,75	103,26%	41,35%	1,26%	5,76%
Receitas Próprias	2.218,82	3.114,80	2.940,49	94,40%	32,52%	0,79%	3,62%
Receitas de Capital	1.398,22	1.979,13	1.849,09	93,43%	32,25%	0,50%	2,28%

Fonte: GPECI - DPAR

PIB a preços correntes de 371.645,00 milhões de MT

O bom desempenho das receitas correntes do Estado foi influenciado pelo comportamento positivo verificado nos dois maiores grupos, nomeadamente, Receitas Fiscais e Receitas não Fiscais, em que as Receitas Fiscais alcançaram uma realização de 103,05%, um crescimento nominal de 26,51% em relação ao igual período de 2010 e uma contribuição de 19,28% no PIB. Por sua vez, as Receitas não Fiscais, alcançaram uma realização de 103,26%, um crescimento nominal de 41,35%, comparado com o igual período do ano anterior e uma contribuição de 1,26% no PIB.

Gráfico 2. Balanço Global da Receita do Estado em 2011, em milhões de MT

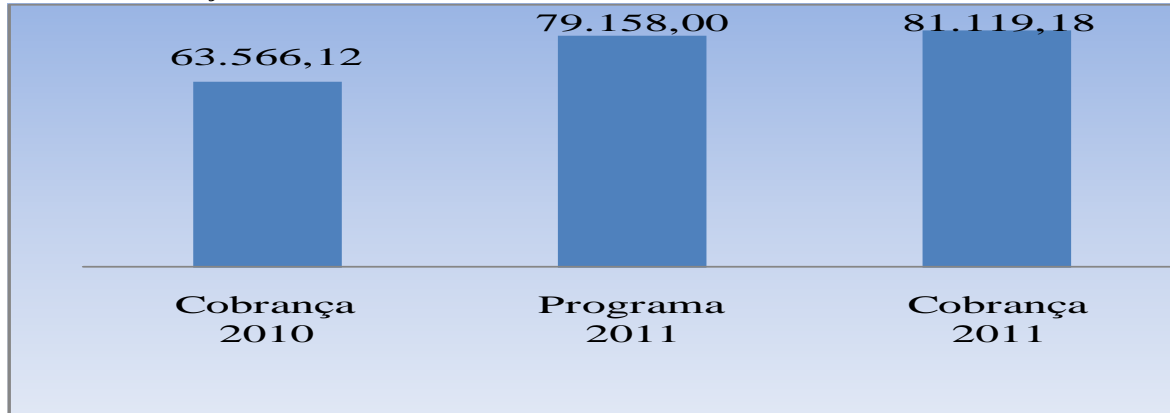
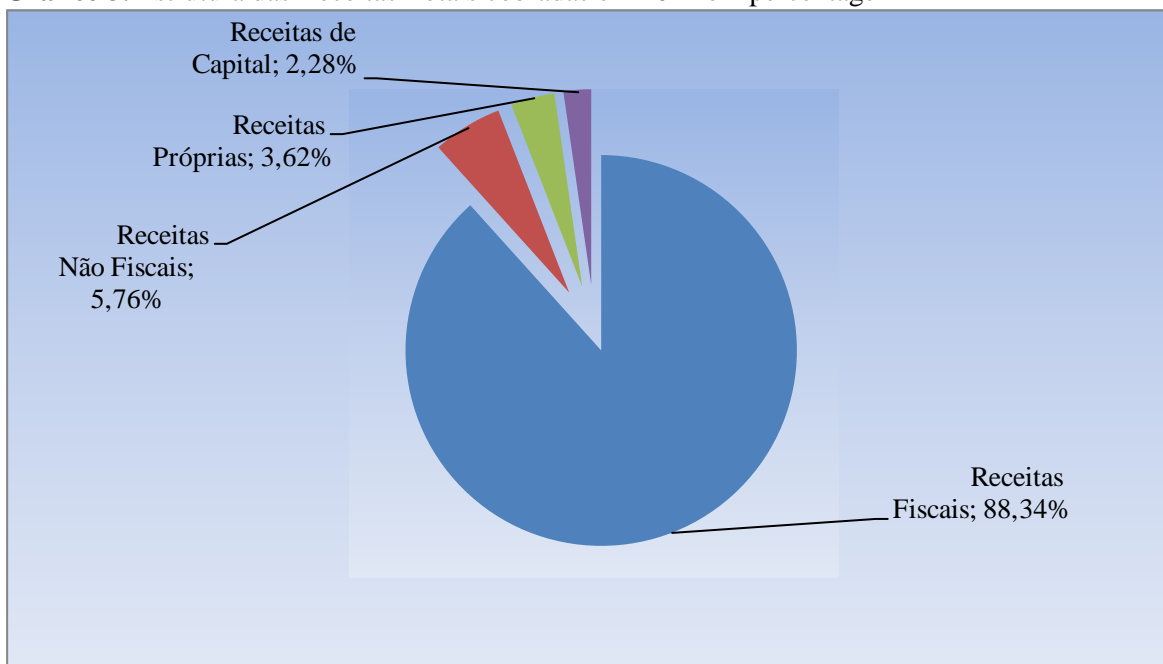


Gráfico 3. Estrutura das Receitas Totais cobradas em 2011 em percentagem



Nas Receitas Fiscais, de um programa de 69.539,00 milhões de MT, foram cobrados 71.656,86 milhões de MT, correspondentes a uma realização de 103,05%, que representa um crescimento nominal de 26,51% em relação ao igual período de 2010 e uma contribuição de 19,28% no PIB.

A cobrança das Receitas não Fiscais, que compreendem as Taxas Diversas de Serviços, Compensação de Aposentação, Receitas Consignadas e Outras Receitas não Fiscais, teve uma realização de 103,26% face ao programado para o período em análise, um crescimento nominal de 28,36% e 1,41% do PIB a preços correntes de 2011.

No concernente à cobrança de Receitas Próprias, foi fixado para o ano 2011, um programa de 3.114,80 milhões de MT, tendo sido cobrados 2.939,60 milhões de MT, equivalentes a uma realização de 94,40 % que, apesar do incumprimento, representa um crescimento nominal de 32.94%, quando comparada com o período homólogo do ano transacto.

As Receitas de Capital registaram um baixo nível de realização (93,43%) em relação ao respectivo programa para o ano. Foram cobrados nesta rubrica 1.849,09 milhões de MT, face a um programa de 1.979,13 milhões de MT, para o ano, correspondendo a um crescimento nominal de 32,25%, quando comparado com igual período de 2010.

2.2. Contribuição dos Grandes Contribuintes³

No âmbito do processo de mobilidade dos contribuintes que reúnem as condições de Grandes Contribuintes das DAF's para as UGC's respectivas, foram identificados em todo o País, 530 contribuintes, passando o número de Grandes Contribuintes de 669 para 1.199. Dos 530 novos Grandes Contribuintes, 440 (situados nas cidades com UGCs ou próximas destas), foram notificados para passarem a cumprir com suas obrigações fiscais nas UGC's. Destes, 166 são do 1º Bairro de Maputo, 99 da DAF da Matola, 82 da DAF do 2º Bairro de Maputo, 38 da DAF da Josina Machel, 21 da DAF do 1º Bairro da Beira, 10 da DAF de Manga, 18 da DAF de Nacala e 6 da DAF de Nampula.

Dos 440 contribuintes notificados, 99 são da DAF da Matola, 10 da DAF de Manga, 18 da DAF de Nacala manifestaram a vontade de permanecer e continuar a cumprir com as suas obrigações fiscais nas DAF's, alegadamente porque a sua mobilidade implicaria percorrer grandes distâncias.

Em relação a estes e outros Grandes Contribuintes que se encontram sedeados em DAF's cuja localização dista da UGC, nas DAF's foram criados núcleos de atendimento e orientadas no sentido de criação de condições para atendimento personalizado a este segmento de contribuintes, bem como obrigados a reportarem periodicamente o ponto de situação destes à DGI.

Tabela 4. Distribuição dos Grandes Contribuintes

Unidade de Cobrança		Nº de Contribuintes
UGC's	Maputo	658
	Beira	174
	Nampula	154
Subtotal 1		986
Fora das UGC's	Matola	99
	Nacala	18
	Manga	10
	Restantes	86
Subtotal 2		213
Total		1.199

Os 86 contribuintes estão distribuídos pelas seguintes DAF's: Xai-Xai (07), Manhiça (02), Vilankulos (07), Chokwé (03), Ponta de ouro (02), Inhambane (04), Quelimane (09), Tete (24), Chimoio (16), Pemba (08), Lichinga (03) e Angoche (01).

Fonte: DGI - DUGCAT

A nível dos Grandes Contribuintes que se encontram fora das UGC's, 99 encontram-se na DAF da Matola, 18 na DAF de Nacala, 10 na DAF de Manga, e um total de 86 distribuídos pelas restantes DAF's, conforme a tabela 4.

³ Foram usados como critérios para a designação de Grandes Contribuintes; (i) para a área dos impostos internos, as Empresas Públicas, Instituições Financeiras (Bancos, seguradoras e resseguradoras, casas de câmbios, etc), Empresas de Exploração de Recursos Naturais (Minas, Petróleos/gás e suas participadas), Gasolineiras, Terminais sob gestão privada (Carvão, Açúcar e outras), entre outras; (ii) para a área dos impostos sobre o comércio externo, designam-se grandes contribuintes todas as pessoas colectivas que efectuaram pagamentos (de direitos, ICE, Sobretaxa e IVA), superiores ou iguais a 5.000.000,00MT, durante o ano em análise, conforme o **anexo IV** do presente relatório.

A contribuição dos Grandes Contribuintes, no período em análise, foi de 45.781,32 milhões de MT, o que corresponde a 56,44% da receita total da AT cobrada, dos quais 28.431,78 milhões de MT relativos aos Grandes Contribuintes que se encontram nas UGC's, 3.459,30 milhões de MT dos Grandes Contribuintes nas DAF's (que se encontram ainda fora das UGC's), e 13.890,24 milhões de MT relativos aos Grandes Contribuintes das Alfândegas, conforme se apresenta na tabela 5 e gráfico 4.

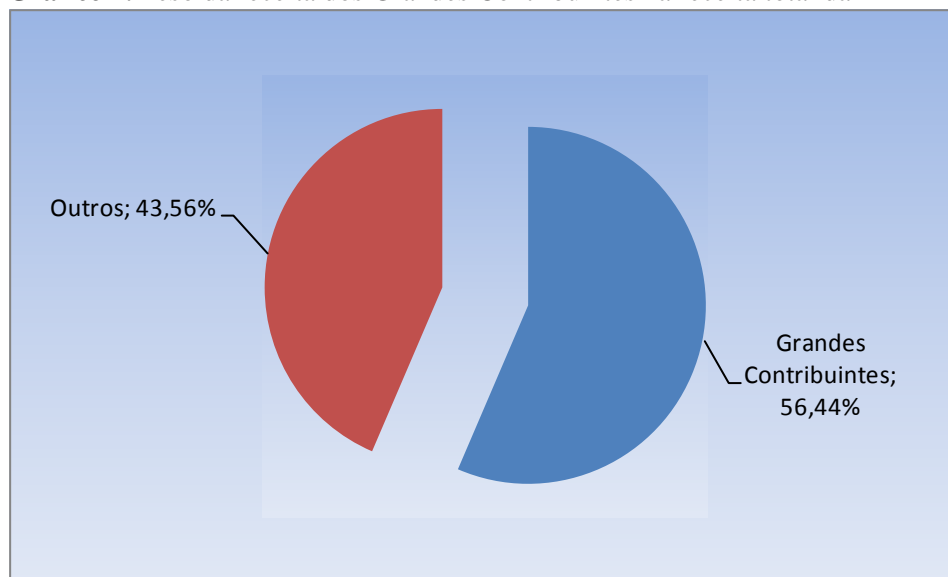
Tabela 5. Contribuição dos Grandes Contribuintes

Unidade: 10⁶MT

Ordem	Descrição	Cobrança 2011	Peso da Cobrança dos G.C.
1	Grandes Contribuintes nas UGC's	28.431,78	35,05%
2	Grandes Contribuintes nas DAF's	3.459,30	4,26%
3	Grandes Contribuintes nas Alfândegas	13.890,24	17,12%
4	Sub Total (a)	45.781,32	56,44%
5	Outros (Pequenos e Médios) nos Impostos Internos	21.452,36	26,45%
6	Outros (Pequenos e Médios) nas Alfândegas	13.885,50	17,12%
7	Sub Total (b)	35.337,86	43,56%
8	Total Geral (a+b)	81.119,18	100,00%

Fonte: DGI – DGA e GPECI

Gráfico 4. Peso da receita dos Grandes Contribuintes na receita total da AT



2.2.1. Contribuição Fiscal dos Mega Projectos

Os megaprojectos em funcionamento no período em análise são em número de sete (7). Os sectores abrangidos pelos mega-projectos são: (i) indústria extractiva (sectores de petróleo e de recursos minerais); (ii) indústria transformadora (fundição); e (iii) indústria energética.

De Janeiro a Dezembro de 2011, a contribuição dos referidos mega-projectos para os cofres do Estado foi de 2.803,20 milhões de MT, contra 3.026,13 milhões meticais cobrados em igual período do ano de 2010, o que representa uma redução em termos nominais de 7,37%, conforme a tabela 6.

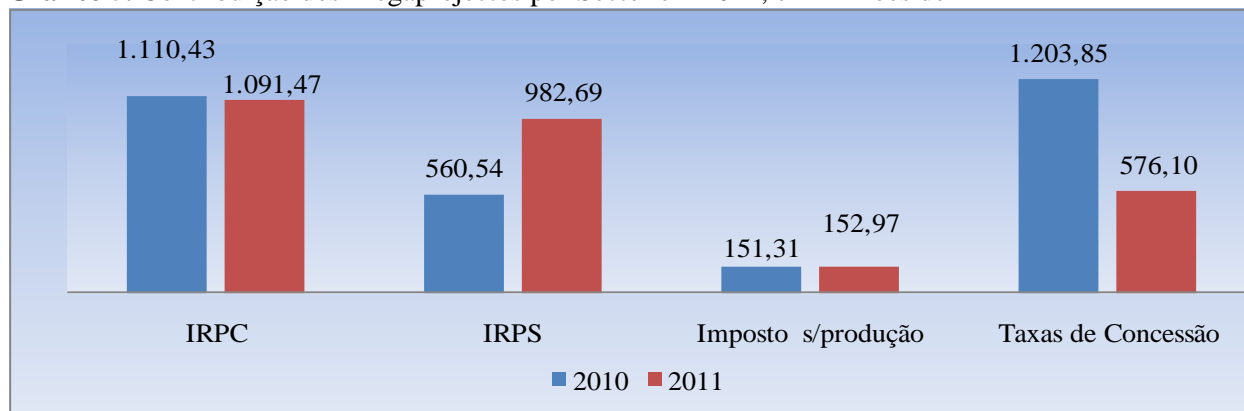
Tabela 6. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos

Unidade: 10⁶ MT

Meag projectos	IRPC		Cresc. Nominal	IRPS		Cresc. Nominal	Imposto s/produção		Cresc. Nominal	Taxas de Concessão		Cresc. Nominal	Total		Cresc. Nominal
	2010	2011		2010	2011		2010	2011		2010	2011		2010	2011	
Produção de Energia	34,34	51,22	49,16%	136,33	151,06	10,81%	-	-	-	1.203,85	576,10	-52,15%	1.374,52	778,36	-43,37%
Exploração de Petróleo	666,49	660,74	-0,86%	50,48	61,95	22,71%	116,821	113,44	-2,89%	-	-	-	833,80	836,13	0,28%
Explor. Recurs. Minerais	90,38	100,92	11,66%	216,55	605,61	179,66%	34,48940	39,53	14,61%	-	-	-	341,43	746,06	118,51%
Outros Megaprojectos	319,22	278,59	-12,73%	157,17	164,07	4,39%	-	-	-	-	-	-	476,38	442,65	-7,08%
Total	1.110,43	1.091,47	-1,71%	560,54	982,69	75,31%	151,31	152,97	1,10%	1.203,85	576,10	-52,15%	3.026,13	2.803,20	-7,37%

Fonte: DGI: DCAT-DMPIF

Gráfico 5. Contribuição dos Megaprojectos por Sector em 2011, em milhões de MT



A receita total arrecadada em sede dos megaprojectos decresceu nominalmente em 7,37% quando comparada com o exercício fiscal de 2010, devido, essencialmente, à:

- quebra de facturação verificada no sector de exploração de energia eléctrica cuja média mensal em 2010 era de cerca de 1.100,00 milhões de MT contra 600,00 a 900,00 milhões de MT verificados em 2011, devido a constantes avarias das pontes que dificultaram o transporte da totalidade da energia produzida para a RSA com forte impacto negativo ao nível da Taxa de Concessão, que passou de uma média mensal de entregas na ordem de 100,33 milhões de MT em 2010 para 0,05 milhões de MT no exercício de 2011; e

- influência da apreciação da moeda nacional face ao dólar americano que chegou a atingir 27,09 MT/USD contra perspectivas animadoras verificadas no início do ano de 2011, de 32,55 MT/USD, aquando da primeira entrega da Taxa Liberatória proveniente da indústria de fundição de alumínio respeitante ao I trimestre de 2011, aliado ao ligeiro declínio de 9,1% do preço de alumínio quotado na Bolsa de Metais de Londres (*London Metal Exchange*).

Relativamente ao sector de exploração de recursos minerais, o crescimento nominal de 118,51% verificado em 2011 quando comparado com o ano de 2010, justifica-se pelo facto de ter havido:

- incremento da base tributável em sede do IRPS que permitiu um crescimento nominal na arrecadação desta rubrica na ordem de 179,66% devido, à intensa actividade de prospecção e pesquisa verificada neste sector incluindo início de produção de carvão; e
- significativo contributo da rubrica de Imposto sobre a Produção Mineira com a entrada, na contribuição a partir de Outubro de 2011, da empresa Vale Moçambique, o que permitiu um crescimento nominal desta rubrica na ordem de 14,61% quando comparado com o exercício fiscal de 2010.

O ligeiro crescimento nominal de 0,28% verificado no sector de exploração de petróleos, deveu-se ao contributo da rubrica do IRPS que apresentou um crescimento nominal de 22,71% quando comparado com ano anterior. No entanto, importa realçar que, em sede de Impostos sobre a Produção Petrolífera, verificou-se um decréscimo de 2,89% justificado pelo facto de parte dos valores cobrados em 2010, ter resultado da cobrança de receita de anos anteriores (gás vendido e condensado do período de Agosto de 2009 a Outubro de 2010), recuperada devido aos trabalhos de revisão da matéria colectável.

2.2.1.1. Projectos no Âmbito dos Megaprojectos e Grandes Contribuintes

i. Projectos da Base de Dados dos Megaprojectos e Grandes Contribuintes

Com o objectivo de garantir que os Grandes Contribuintes, incluindo os megaprojectos respondam, à médio prazo (até finais de 2014) com 70% da receita total arrecada pela AT, foi elaborado o *Projecto da Base de Dados dos Megaprojectos e Grandes Contribuintes* para o qual foram alocados 3,20 milhões de MT, referentes aos recursos externos.

O projecto foi aprovado em Julho de 2011, tendo sido lançado o concurso em Agosto de 2011, para a contratação de uma empresa responsável pela instalação e implementação da plataforma da base de dados nas três regiões do País, tendo o contrato sido assinado em Novembro e, até 31 de Dezembro de 2011 aguardava-se pelo fornecimento de parte do remanescente do equipamento para o início da execução do projecto, que será implementado em 2012.

ii. Projecto de Capacitação em Auditorias Especializadas para Megaprojectos

Na prossecução do Objectivo nº 2 do Plano Anual de Actividades da AT para 2011 – “Modernizar e fortalecer a Administração Tributária”, na sua Actividade 3 – Proceder à capacitação especializada de Auditores para Unidade dos Grandes Contribuintes, Megaprojectos e Instituições Financeiras, foi elaborado o projecto de "*Capacitação em Auditorias Especializadas para Megaprojectos*", a decorrer no País e no estrangeiro, com suporte do financiamento do Fundo Comum da AT, que dispõe para o efeito, do montante de 3,95 milhões de MT.

Com vista à combinação das experiências teóricas e práticas de auditorias neste sector, o projecto foi desenhado de modo a iniciar com as visitas de estudo no País e a terminar com formação em alguns países africanos seleccionados, com base na sua reconhecida experiência nesta área.

Tendo em conta que as auditorias aos megaprojectos devem ser feitas em todas as regiões do País, os técnicos beneficiários da capacitação são de abrangência nacional e interinstitucional, nomeadamente os da DAFT, DAI, DCAT, DAF`s, UGC`s e MIREM (incluindo INP).

Referir que os procedimentos para a aprovação do referido projecto foram obedecidos, estando o mesmo neste momento a aguardar a indicação por parte das empresas alvo das visitas, o período em que as mesmas se encontram disponíveis para receber as equipas.

2.2.2. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras

Durante o período em análise, as instituições financeiras contribuíram com 4.572,28 milhões de MT, contra os 3.092,82 milhões de MT cobrados em igual período do ano transacto, representando um crescimento em termos nominais de 47.84%, conforme a tabela 7 e o gráfico 6.

Contribuíram mais para este crescimento, as instituições de crédito e as seguradoras, com 26.69% e 16.99% de crescimento, respectivamente.

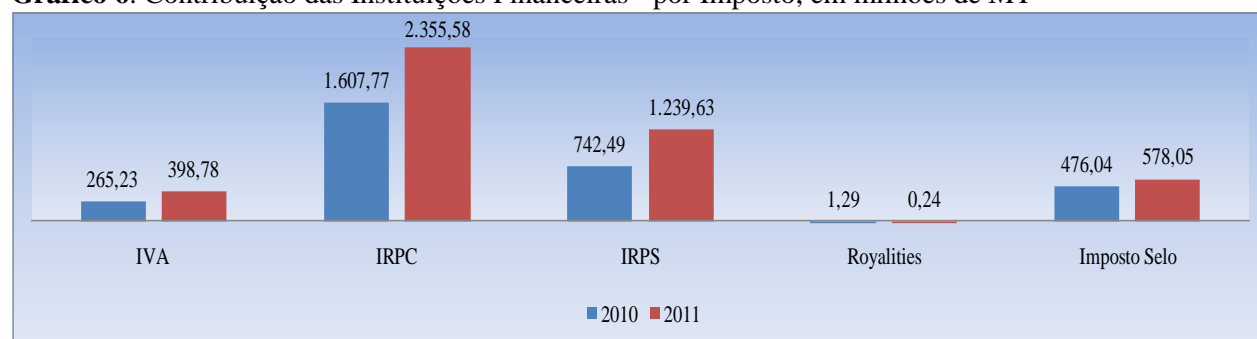
Tabela 7. Contribuição das Instituições Financeiras

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	IVA			IRPC			IRPS			Imposto Selo			Royalties			Total		
	2010	2011	Cresc. Nominal	2010	2011	Cresc. Nominal	2010	2011	Cresc. Nominal	2010	2011	Cresc. Nominal	2010	2011	Cresc. Nominal	2010	2011	Cresc. Nominal
Instituições de Crédito	204,81	354,13	72,91%	1.427,89	1.675,89	17,37%	696,34	949,96	36,42%	378,78	450,48	18,93%	-	-	-	2.707,82	3.430,47	26,69%
Seguradoras	10,68	12,73	19,24%	173,19	175,89	1,56%	37,38	56,58	51,34%	97,26	127,44	31,03%	-	-	-	318,51	372,64	16,99%
Soc. Locação Financeira	49,74	30,54	-38,61%	6,69	20,36	204,06%	8,76	19,65	124,28%	-	-	-	1,29	0,24	-81,68%	66,49	70,78	6,45%
Outras Inst Financeiras		1,38	-	-	483,44	0,00%	-	213,44	0,00%	-	0,13	-	-	-	-	0,00	698,38	0,00%
Total	265,23	398,78	50,35%	1.607,77	2.355,58	46,51%	742,49	1.239,63	66,96%	476,04	578,05	21,43%	1,29	0,24	-	3.092,82	4.572,28	47,84%

Fonte: DGI - DUGCAT

Gráfico 6. Contribuição das Instituições Financeiras - por Imposto, em milhões de MT



Em 2011, em termos globais, as instituições de crédito tiveram uma maior participação na receita total cobrada nas instituições financeiras, uma vez que esta se situou em 3.430,74 milhões de MT, seguidas das outras instituições financeiras com uma participação de 698,38 milhões de MT.

As sociedades de locação financeira são as que menos contribuíram na receita total cobrada nas Instituições Financeiras com uma participação de 70,78 milhões de MT. A rubrica com maior contribuição na receita fiscal neste sector, no ano de 2011, foi a do IRPC, com 2.355,58 milhões de MT, seguida do IRPS com 1.239,63 milhões de MT.

III. FORTALECIMENTO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

3.1. Auditorias e Fiscalizações dos Impostos Internos e das Alfândegas

Para o ano de 2011, foram programadas 1.500 auditorias e fiscalizações, sendo 250 para a área aduaneira e 1.250 para os impostos internos, tendo sido realizadas 206 pela DAII e 1.240 pela DAFT, DAF's e UGC's. Estas realizações contribuíram para a recuperação de receita adicional no valor total de 328,04 milhões de MT, conforme a tabela 8, situando-se em 0,4% da receita total cobrada e representando um decréscimo de 30,08%, em comparação com igual período do ano de 2010.

Tabela 8. Auditorias e Fiscalizações Realizadas pela AT

Descrição/Ano	2010		2011	2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Qtd	Valor
Fiscalizações e Auditorias das Alfândegas	175	129,45	250	206	211,98
Auditorias de Impostos Internos	1.245	339,69	1.250	1.240	116,06
Total	1.420	469,14	1.500	1.446	328,04
Crescimento					-30,08%

Fonte: DGI - DAFT e DGA - DAII

Regista-se, na área dos impostos internos, em 2011, uma redução da matéria colectável, assim como dos impostos apurados neste exercício em comparação com o período homólogo de 2010, em virtude de, por um lado, as empresas estarem a aprimorar a sua organização (principalmente as grandes empresas), contratando empresas especializadas para procederem ao processamento contabilístico (externização da função de contabilidade). Por outro lado, maior parte das empresas auditadas não foram extraídas do PAFT (Plano Anual das Actividades de Fiscalização Tributária), sendo empresas propostas no âmbito dos pedidos de reembolso do IVA e IR, denúncias, cujo risco, de alguma forma, não se enquadra nos parâmetros considerados prioritários.

Na área aduaneira, no âmbito da prevenção, combate e repreensão à fraude e infracções aduaneiras, comércio externo não autorizado e o tráfico ilícito de drogas, estupefacientes, substâncias psicotrópicas, armas, objectos de arte, antiguidades e de outros bens proibidos ou protegidos por Lei, em 2011, a AT efectuou diversas apreensões.

Destaca-se a apreensão de 565 contentores, contendo madeira diversa, sendo 156 contentores com madeira de 1ª classe em toros, das espécies *umbila*, *jambire*, *pau-ferro* e *mondzo*; 318 contentores com madeira preciosa em toros, das espécies *pau-preto*, *sândalo* e *pau-rosa*; e 91 contentores com madeira da 3ª classe da espécie *namuno*. Desta apreensão, resultou o encaixe de 15,82 milhões de MT resultante da venda em hasta pública, 7,17 milhões de MT referente à taxa de sobrevalorização na exportação, excluída a madeira de 1ª classe cuja exportação está condicionada ao processamento. Associado a este caso, foram condenados **14 funcionários** sendo, da área aduaneira (5), da agricultura (7) e da PRM (2), que, **solidariamente foram obrigados a pagar** uma multa de **1.405.000,00MT**, para além dos competentes procedimentos disciplinares, que terão ocorrido nas respectivas instituições de tutela.

3.1.1. Auditoria e Fiscalização Tributária

Para o ano de 2011, foram programadas 1.250 auditorias, sendo 250 para a DAFT e 1000 para as DAFs e UGCs, tendo sido efectuadas, à nível da DAFT, 271 visitas às empresas e 789 auditorias e fiscalizações tributárias realizadas à nível das DAF's/UGC's,

Trabalhos Realizados pela DAFT

Durante o período em análise foram visitadas, a nível da DAFT, 271 empresas sedeadas na cidade de Maputo e arredores, tendo sido abrangidos vários sectores de actividade, com destaque para o comércio geral, instituições bancárias, prestação de serviços, indústria energética e exploração de petróleos, de acordo com o nível de risco previamente identificado.

Das visitas efectuadas, 36 foram de mera recolha de dados para posterior cruzamento, sendo que as remanescentes (235), foram auditorias gerais, de cruzamento de dados, análises de pedidos de reembolso, denúncias de vária ordem e empresas seleccionadas, cujos resultados se resumem na tabela 9 e gráfico 7.

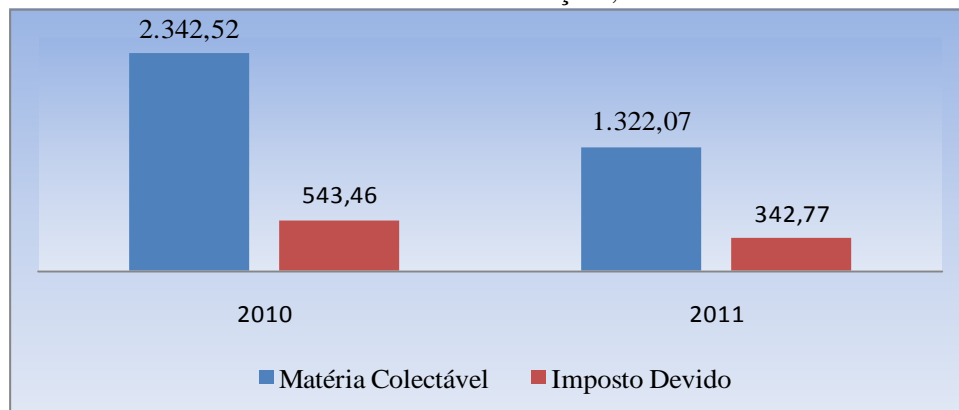
Tabela 9. Matéria Colectável e Imposto Devido

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Matéria colectável			Imposto devido		
	2010	2011	Cres. Nominal	2010	2011	Cres. Nominal
Transacções sujeitas a IVA	800,67	655,82	-18,09%	142,79	116,26	-18,58%
Dedução Indevida do IVA	0	0	0,00%	79,83	22,78	-71,46%
IVA da Mercadoria s/ Factura	10,37	0	-100,00%	1,76	0	-100%
IRPS (Trabalho Dependente)	22,97	13,86	-39,64%	8,55	2,70	-68,40%
IRPC (Tributação Autónoma)	32,59	69,89	114,45%	11,41	24,46	114,45%
IRPC (Pagtos a ã residentes)	266,91	37,17	-86,07%	51,28	3,81	-92,58%
IRPC - Devido a final	1.049,26	530,16	-49,47%	240,29	165,52	-32,12%
Imposto do Selo	125,88	0	-100,00%	0,25	2,82	1040,51%
IRPS (Rendimentos prediais)	33,88	15,16	-55,25%	7,30	4,42	-39,45%
Taxa sobre combustíveis	0	0	0,00%	0	0	0,00%
TOTAL	2.342,52	1.322,07	-43,56%	543,46	342,77	-36,93%

Fonte: DGI - DAFT

Comparando com o período homólogo de 2010, no concernente à matéria colectável, nota-se um decréscimo de 43,56%, facto que resulta de uma maior organização das empresas, bem como um maior aprimoramento dos agentes económicos na preparação das suas demonstrações financeiras, assim como, a popularização do imposto tido como outro factor motivador para a redução dos níveis de evasão e fuga fiscais.

Gráfico 7. Resultados das Auditorias/Fiscalizações, em milhões de MT

No âmbito da consolidação da gestão, a DAFT tem vindo a monitorar e a colher, numa base mensal, informação relativa aos trabalhos de auditoria e fiscalização tributárias realizados pelos núcleos de fiscalização a nível das DAF's/UGC's em todo o País, com vista à sua globalização e tratamento no âmbito dos SIG's.

No que diz respeito aos impostos apurados pelas DAF's/UGC's, a tabela 10 evidencia claramente um incremento assinalável (em 294,61%) dos impostos apurados no decurso do ano de 2011, comparativamente a igual período do ano anterior, facto que resulta basicamente de uma **eficiência cada vez maior nos trabalhos de auditoria como resultado das capacitações técnicas que têm vindo a decorrer a nível institucional**, com destaque para o IRPC que, do total apurado, contribuiu com 64,41%, seguido do IVA, que se situou em 31,94%.

Tabela 10. Impostos Apurados

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Apuramentos em 2010	Apuramentos em 2011	Crescimento nominal
IVA	94,28	383,15	306,39%
IRPS	22,12	39,76	79,76%
IRPC	109,96	772,57	602,58%
Outro	2,09	3,99	90,65%
Total	228,46	1.199,47	425,03%

Fonte: DGI - DAFT

Durante o ano de 2011, conforme ilustra a tabela 11, foram realizadas, a nível das DAF's/UGC's, 789 auditorias e fiscalizações tributárias, contra 831 realizadas em igual período do ano anterior, o que representa um grau de realização de 78,90% em relação à meta estabelecida (1000) e um decréscimo na ordem dos 5,05%, relativamente a igual período do ano anterior, devido essencialmente, à insuficiência de recursos humanos, facto que se traduz na ausência de equipas destinadas exclusivamente à fiscalização, tendo em conta que os núcleos de fiscalização, são constituídos por funcionários que, nos momentos de pico fazem o atendimento ao público, esperando-se que, com os novos ingressos, melhore o desempenho das DAFs/UGCs, em termos de cobertura e qualidade.

Tabela 11. Imposto Apurado DAFT, DAF's e UGC's*Unidade: 10⁶MT*

Descrição	Nº de empresas visitadas	Imposto adic. Apurado
DAFT – Central	271	342,77
DAFT – Nas províncias	180	212,44
DAF's/UGC's	789	1.199,47
Total	1.240	1.754,68

Fonte: DGI - DAFT

Em termos globais a meta das auditorias programadas (1.250, sendo 1000 para as DAFs/UGC's e 250 para DAFT) para o período em referência não foi alcançada, tendo-se situado a 99,20% e os impostos apurados, como resultado das auditorias realizadas a nível de todo o País, foram de 1.754,68 milhões de Meticais, o que representa um incremento de 50,29% em relação a igual período do ano anterior (1.167,52 milhões de Meticais).

3.1.1.1. Cobranças Resultantes de Trabalhos de Auditoria /Fiscalizações

Para o período em análise, foi cobrado de impostos adicionais resultantes das auditorias efectuadas, o montante global de 116,06 milhões de MT que representa um decréscimo de 65,83%, comparativamente a igual período do ano passado, conforme a tabela 12.

Tabela 12. Cobranças Resultantes das Auditorias em 2011*Unidade: 10⁶MT*

Descrição	IVA	IRPC	IRPS	Sub-Total	Multas	Total
Região Sul	25,44	57,17	0,85	83,46	5,74	107,87
Região Centro	2,78	1,38	0,98	5,13	2,24	7,37
Região Norte	0,23	0,00	0,13	0,36	0,45	0,81
Total cobrado em 2011	28,45	11,90	1,96	60,98	8,44	116,06
Total cobrado em 2010	247,17	46,54	9,66	303,38	36,30	339,68
Varição nominal	-88,49%	-74,43%	-79,76%	-79,90%	-76,76%	-65,83%

Fonte: DGI - DAFT⁴

3.1.1.2. Projectos no Âmbito das Auditorias

i. Campanhas de Auditorias Às Empresas nas Províncias

O projecto foi aprovado em Agosto de 2011, com o valor de 1,79 milhões de MT, tendo sido visitadas 9 províncias a nível de todo o País, tendo ficado por se completar a província de Maputo, devido à exiguidade de recursos humanos.

⁴ O total cobrado na região Sul inclui 18,67 milhões de MT de Imposto de Selo

Os custos com a implementação do projecto, de acordo com a cabimentação orçamental foram de 1,35 milhões de MT, tendo sido apurados como resultados no terreno, impostos adicionais no montante global de 212,44 milhões de MT, do qual se espera uma recuperação fiscal em 100%.

ii. Projecto de Controlo de Mercadorias em Circulação

Relativamente ao Projecto de Controlo das Mercadorias em Circulação, aprovado em Novembro de 2011, no valor de 3,32 milhões de MT, constrangimentos se verificaram no que concerne ao desembolso de fundos, logística e aspectos práticos de prestação de contas junto da Direcção de Finanças. O grande constrangimento é o pagamento directo das ajudas de custos aos colaboradores que não são funcionários da AT, visto não existir base legal para o efeito.

Neste contexto, estão em curso contactos junto da Direcção de Finanças, no sentido de se encontrar melhores formas de operacionalização deste projecto.

iii. Projecto de Implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro – NIRF's

No âmbito das tarefas adstritas ao processo de implementação das NIRF em Moçambique e tendo em vista a capacitação dos técnicos ligados às acções de auditoria, visando assegurar que continuem a desempenhar eficazmente as suas funções na recuperação da receita e combate à evasão fiscal, no ambiente NIRF, tiveram lugar entre outras as seguintes actividades:

- a) elaboradas propostas de alteração às Declarações de Rendimento M/10 e 22, Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal (M/20) e do processo de documentação fiscal, visando a sua adequação ao Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial (SCE), estabelecido pelo Decreto n° 70/2009, de 22 de Dezembro, e ao Aviso n°4/GBM/2007, de 30 de Março, que estabelece as NIRF's nas Instituições Financeiras sob a supervisão do Banco de Moçambique, incluindo as alterações incorporadas no Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (CIRPC), aprovado pela Lei n°20/2009, de 10 de Setembro, tendo por despacho do Exmo. Senhor PAT de 05/01/2012, sido autorizada a sua submissão ao Ministério das Finanças e posteriormente aprovado por despacho de Sua Excia., o Ministro das Finanças, de 06 de Janeiro de 2012;
- b) em observância ao disposto no artigo 4 do Decreto n°70/2009, de 22 de Dezembro, que aprova o Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial (SCE), foi apresentada e apreciada em Conselho Consultivo do Ministro das Finanças e posteriormente em Conselho Económico, a proposta de Decreto para a Criação do Conselho de Normalização Contabilística de Moçambique (CNOC), cujo papel consistirá na revisão, actualização, ajustamento e interpretação do SCE, em conformidade com as NIRF's emitidas pelo IASB. De referir que foi igualmente iniciada a harmonização com a função pública por recomendação do Conselho Económico;
- c) realizaram-se diversas acções de formação dirigidas aos técnicos da DGI em NIRF aplicáveis aos sectores empresarial e bancário;

- d) no âmbito da disseminação das NIRF tiveram lugar diversos seminários dirigidos aos contribuintes, docentes e público em geral;
- e) realizada uma avaliação sobre as necessidades de formação em NIRF, bem como sobre a qualidade dos *currícula* escolares e qualidade do ensino de contabilidade em Moçambique, e elaborado o respectivo relatório, tendo posteriormente sido apresentados aos contabilistas, académicos e público em geral. De realçar que o mesmo mereceu apreciação e contribuições da DGI e do Comité Directivo do Projecto;
- f) elaborada uma proposta de alteração aos sistemas informático tendo em vista a sua compatibilização com a proposta de alteração dos modelos fiscais;
- g) o Comité de Implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro esteve igualmente envolvido no monitoramento do processo de implementação das NIRF e esclarecimento de dúvidas aos contribuintes;
- h) desenhados e aprovados os planos de formação prática e de formadores, cuja implementação iniciará na segunda quinzena de Fevereiro.

3.1.2. Análise de Processos de Contas

De acordo com o Plano de Actividades da AT, foi estabelecida, para 2011, uma meta de 2100 (duas mil e cem) declarações de informação contabilística e de rendimentos de sujeitos passivos singulares e colectivos para efeitos de análise e confirmação dos respectivos resultados, tendo sido tratadas 2.303 declarações, o que representa um grau de realização de 109,67% e um incremento em 4,07% em relação a igual período do ano anterior, em que foram analisadas 2.213 declarações, cujos resultados obtidos consubstanciam-se no detalhe da tabela 13.

Tabela 13. Análise dos Processos de Contas das Empresas

Unidade: 10⁶MT

Anos	Nº de processos analisados			Matéria colectável apurada			Impostos apurados em 2011
	2010	2011	Diferença	2010	2011	Diferença	
2005	1.335	0	-1.335	298,12	0	-298,12	0
2006	443	1.528	1.085	68,94	379,84	310,90	40,84
2007	274	481	207	59,12	65,49	6,37	12,10
2008	153	191	38	856,29	36,76	-819,53	5,93
2009	8	72	64	139,41	7,73	-131,68	0,48
2010	0	31	31	0	1,81	1,81	0
Total	2.213	2.303	90	1.421,89	491,64	-930,25	59,36

Fonte: DGI – DAFT

O decréscimo que se verifica em relação à matéria colectável apurada está associado, por um lado, ao facto de se terem analisado processos menos complexos com acréscimos não significativos, aliado ao facto de, em 2010, ter se analisado e/ou fixado processos de contas do Grupo ARJ cuja matéria colectável adicional representou quase 90% do total da matéria colectável do período. Esta matéria colectável adicional significativa, apurada em 2010, resulta da correcção das mais-valias referentes à venda de activos imobilizados desta empresa, que não estava reflectida na declaração de rendimentos do exercício de 2008.

3.1.3. Fiscalizações e Auditorias Pós-desembaraço Aduaneiro

No período em análise, foram realizadas 696 apreensões de mercadorias diversas (produtos de mercearia, viaturas, electrodomésticos, cigarros, bebidas alcólicas e outros) e 209 Auditorias Pós-Desembaraço Aduaneiro às empresas contra 250 programadas para o período, representando 84,00% de realização, tendo sido recuperados no total 211,98 milhões de MT, sendo 66,75 milhões de MT resultantes de apreensões, 80,97 milhões de MT de actuação de perfil de risco e selecção de contentores, 30,29 milhões de MT de auditorias e 33,97 milhões de MT resultantes da “Operação Legalidade”.

Para o efeito, foram realizadas, à nível nacional, 17 operações, envolvendo não só as equipas operativas das Alfândegas, braço operativo da AT, mas também com a intervenção de outras forças como a PRM, Guarda Fronteira e outras.

Tabela 14. Análise Comparativa da Receita da DAI nos anos de 2010 e 2011

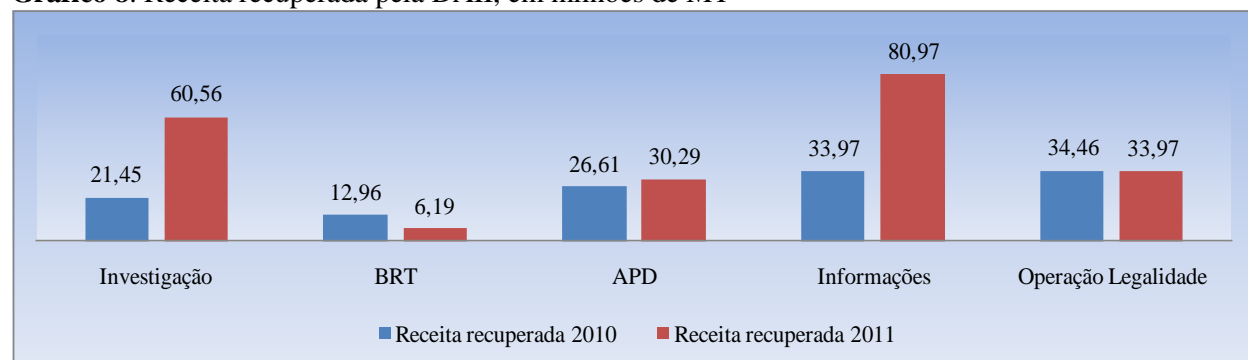
Unidade: 10⁶MT

Descrição	Investigação	BRT	APD	Informações	Operação Legalidade	Receita Total
Receita recuperada 2010	21,45	12,96	26,61	33,97	34,46	129,45
Receita recuperada 2011	60,56	6,19	30,29	80,97	33,97	211,98
Taxa de Crescimento	182,33%	-52,24%	13,83%	138,36%	-1,42%	63,75%

Fonte: DGA – DAI

Conforme a tabela 14 e gráfico 8, a receita total cobradas como resultado das fiscalizações e auditorias pós-desembaraço no ano de 2011, foi de 211,98 milhões de MT, mais 82,53 milhões de MT comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o que revela um crescimento nominal de 63,75%.

Gráfico 8. Receita recuperada pela DAI, em milhões de MT



Receitas Recuperadas no Âmbito da Investigação

No âmbito da Investigação, foram iniciados 461 casos, tendo sido cobrados, em direitos aduaneiros e multas 60,56 milhões de MT, contra 21,45 milhões de MT em 2010, o que corresponde a uma taxa de crescimento na ordem de 182,33%.

Receitas Recuperadas no Âmbito das Brigadas de Reacção Táctica

Durante o período em análise, foram abertos, pela BRT, 265 casos de apreensão de mercadoria diversa e viaturas. Destes casos 136 foram finalizados, 26 transferidos para a Investigação e os restantes 103 aguardando pela decisão do Tribunal ou execução da mesma. Os casos finalizados resultaram na cobrança de 6,19 milhões de MT de direitos e multas, o que significa um decréscimo na ordem de 52,24%, comparativamente a igual período de 2010.

Receitas Recuperadas no Âmbito da Auditorias Pós-Desembaraço

Durante o período em análise, foram realizadas 250 auditorias às empresas, tendo sido recuperada receita no valor de 30,29 milhões de MT, que representa um acréscimo em 13,83%, quando comparado com igual período do ano de 2010.

3.2. Contenciosos Fiscal, Aduaneiro e Execuções Fiscais

Relativamente à matéria do contencioso e execuções fiscais, foram, ao longo do período em análise, desenvolvidas várias acções com vista a sanear os processos do contencioso e de execuções fiscais e aumentar a eficiência na tramitação dos processos de transgressão, que a seguir se apresenta:

3.2.1. Contencioso Fiscal

No que se refere aos processos de contencioso, durante o período em análise, registou-se uma redução do *stock* de 3.768 para 3.423 processos e, em termos de valor, registou-se um aumento de 951,63 milhões de MT para 1.391,29 milhões de MT, que corresponde a 46,20%, em termos de valor e decréscimo de 9,15% em relação às quantidades de processos, quando comparado com o exercício fiscal de 2010. De referir que este aumento deveu-se a contínua falta de cumprimento regular das obrigações fiscais pelos contribuintes. Foram cobrados 1.977 processos correspondentes a 198,94 milhões de MT. O aludido aumento da cobrança, em termos nominais, corresponde a 34,55%, como se ilustra na tabela 15.

Tabela 15. Resumo dos Processos de Contencioso Fiscal

Unidade 10⁶MT

Ord.	Descrição	2010		2011		Cresc. Nominal	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo 31 de Dez/Jan	5.553	1.012,49	3.768	951,63	-32,14%	-6,01%
2	Instaurados	5.200	262,79	2.161	786,23	-58,44%	199,18%
3	Cobrados	4.786	147,85	1.977	198,94	-58,69%	34,55%
4	Anulados	164	4,419	249	31,21	51,83%	606,16%
5	Virtualizados	2.035	171,09	280	116,43	-86,24%	-31,95%
6	Contestados	276	516,47	89	41,03	-67,75%	-92,06%
7	Rec. T.A	33	35,66	16	29,36	-51,52%	-17,67%
(8=1+2-3-4-5)	Saldo p/ período seguinte	3.768	951,91	3.423	1.391,29	-9,16%	46,16%

Fonte: DGI -DCT

Nestes termos, a cobrança global do ano 2011 dos processos executivos e de contencioso fiscal foi de 513,07 milhões de MT, dos quais 314,14 milhões de MT são dos Juízos das Execuções Fiscais e 198,94 milhões de MT provêm de dívidas do contencioso fiscal.

Relativamente à meta acordada com o FMI (que é de 1% do PIB⁵), a realização não foi além de 13,8%, pelo facto de a meta ter sido fixada muito acima da capacidade de recuperação da dívida tributária e muito desajustada do potencial e do histórico dos últimos cinco anos.

Processos de Contencioso nos Tribunais Fiscais

Em 31 de Dezembro, existiam nos Tribunais Fiscais, ainda por decidir, um total de 307 processos em tramitação, no valor correspondente a 324,63 milhões de MT, dos quais 187,03 milhões de MT provêm de processos das DAF's do 2º Bairro de Maputo e Nacala. Do valor total,

⁵ PIB a preços correntes de 371.645,00 milhões de MT

162,55 milhões de MT resultam da falta de entrega de imposto e 162,07 milhões de MT são referentes a multas.

Os aludidos processos foram recorridos pelos contribuintes pertencentes às diversas unidades de cobrança, nomeadamente: as UGC's de Nampula, Beira e Maputo, as DAFs de Pemba, Montepuez, Nacala, Chimoio, Quelimane, Mocuba, Manga, Inhambane, Vilanculo, Quissico, Xai-Xai, Chókwè, 1º e 2º Bairros de Maputo, Manhiça e Matola.

Importa referir que, durante o período em alusão, foram recorridos nos Tribunais Fiscais 805 processos, no valor correspondente a 1.652,60 milhões de MT, tendo sido sentenciados 498 processos no valor correspondente a 1.327,97 milhões de MT, dos quais 25 no valor de 17.700,15 milhões de MT foram a favor dos sujeitos passivos, e apenas 59 processos foram cobrados, no valor correspondente à 269,16 milhões de MT, pertencentes às DAF's da Matola e 2º Bairro de Maputo.

Processos de Contencioso no Tribunal Administrativo

Até 31 de Dezembro de 2011, existiam no Tribunal Administrativo 181 processos no valor correspondente a 246,36 milhões de MT, dos quais 154,56 milhões de MT resultam de falta da entrega de impostos e 91,80 milhões de MT resultam do incumprimento das obrigações acessórias. Os processos em referência pertencem às diversas unidades de cobranças, designadamente: as UGC's de Nampula, Beira, e Maputo e DAFs de Pemba, Nampula, Nacala, Quelimane, Chimoio, 1º e 2º Bairro da Beira, Inhambane, Quissico, Vilankulos, Chókwè, Xai-Xai, 1º e 2º Bairros de Maputo e Matola.

No que diz respeito aos Processos Executivos, é de referir que o Tribunal Administrativo, no final do período em análise, conservava 77 processos correspondentes a 204,06 milhões de MT, dos quais: 14 correspondentes a 4,01 milhões de MT são pertença dos Juízos Privativos das Execuções Fiscais da Beira e 63 equivalentes a 200,05 milhões de MT, pertencem aos Juízos Privativos das Execuções Fiscais de Maputo e Beira.

3.2.1.1. Regime de Regularização das Dívidas Tributárias

No que se refere ao Regime Excepcional de Regularização das Dívidas Tributárias, aprovado pela Lei nº 8/2011, 11 de Janeiro, foram recebidos 1.794 requerimentos no valor de 969,01 milhões de MT, dos quais 466,97 milhões de MT foram recuperados e 502,04 milhões de MT foram perdoados.

Contribuiu para a cobrança destes valores a realização de reuniões de divulgação, teleconferência com as unidades de cobrança sobre os procedimentos a observar na implementação do regime, elaboração e envio de modelos de relação de devedores e controlo de processos a serem preenchidos pelas Unidades de Cobrança, debate público na Televisão e publicação no Jornal "Notícias" e a passagem de *spots* publicitários sobre a divulgação da referida Lei e respectivo Regulamento.

3.2.1.2. Aplicativo Informático para a Gestão da Dívida Tributária

No âmbito do Projecto de Recuperação da Dívida Tributária e com o objectivo de melhorar o processo da sua gestão e dinamizar o processo de cobrança coerciva, a DTIC, em articulação com a DCT e JPEF-Maputo, concebeu um aplicativo informático, cuja experiência, foi realizada nos cartórios do Juízo Privativo das Execuções Fiscais de Maputo. Posteriormente o mesmo foi instalado nas DAF's de Pemba, Nampula, Lichinga, Quelimane, Chimoio e Tete. De salientar que o processo de instalação continuará em 2012, esperando abranger todas as DAFs e implementar plenamente o sistema. Espera-se, com a sua implementação, a rápida tramitação dos processos, contribuindo para a redução da dívida e aumento da receita.

3.2.2. Contencioso Aduaneiro

Paralelamente a estas actividades, durante o período em análise, foram ainda produzidos, à nível nacional, acusações/relatórios finais para o pagamento de direitos e demais imposições, para mercadorias avaliadas em 309,96 milhões de MT, esperando-se um encaixe no valor de 191,21 milhões de MT em direitos aduaneiros e demais imposições devidas.

Como resultado de um trabalho coordenado com a DRS, foi emitido 1 mandado de busca, cuja execução resultou em 55 apreensões de mercadorias diversas.

Conforme ilustra a tabela 16, para o período em análise, no que se refere ao pedido de pagamento voluntário, foram emitidos pareceres e pedidos à nível nacional, para mercadorias cuja matéria colectável corresponde a 54,26 milhões de MT, aguardando-se o pagamento de 23,48 milhões de MT.

Tabela 16. Contencioso Aduaneiro

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Pagamento Voluntário		Relatórios Finais	
	Matéria Colect	Dtos e imp aduaneiras	Matéria Colect	Dtos e imp aduaneiras
Total	54,26	23,48	309,96	191,21

Fonte: DGA – DCA

3.2.3. Execuções Fiscais

Conforme os dados ilustrados na tabela 17 e nos gráficos 9 e 10, comparativamente à cobrança de 2010, registou-se, em 2011, um crescimento em 245,62%, correspondente a 314,14 milhões de MT. O saldo da dívida tributária em 31 de Dezembro de 2011 é de 154.196 processos, correspondentes a 2.003,24 milhões de MT.

Comparativamente ao mesmo período de 2010, assinalou-se um decréscimo dos processos em 7,88% em termos de quantidade e de 9,52%, em termos de valor. Este facto justifica-se pela aplicação da Lei nº 8/2011, de 11 de Janeiro, que aprova o Regime de Regularização das Dívidas Tributárias.

Tabela 17. Resumo de Processos Executivos

Unidade: 10⁶MT

Ord.	Descrição	2010		2011		Cresc. Nominal %	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo 31 de Dez	172.053	2.221,75	167.378	2.214,08	-2,72%	-0,35%
2	Instaurados	2.973	87,14	1.117	210,30	-62,43%	141,33%
Total 1	(soma 1+2)	175.026	2.353,10	168.495	2.424,38	-3,73%	3,03%
3	Cobrados	2.744	90,89	1.888	314,14	-31,20%	245,62%
4	Anulados	4.906	48,13	12.411	107,01	152,98%	122,34%
Total 2	(soma 3+4)	7.650	139,02	14.299	421,14	86,92%	202,94%
5=1+2-3-4	Saldo final	167.378	2.214,08	154.196	2.003,24	-7,88%	-9,52%

Fonte: DGI - DCT

Gráfico 9. Processos de Execuções Fiscais - Quantidades

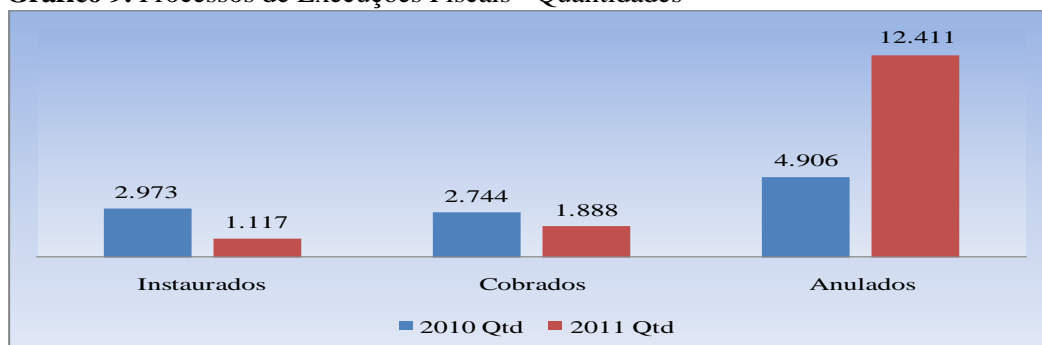
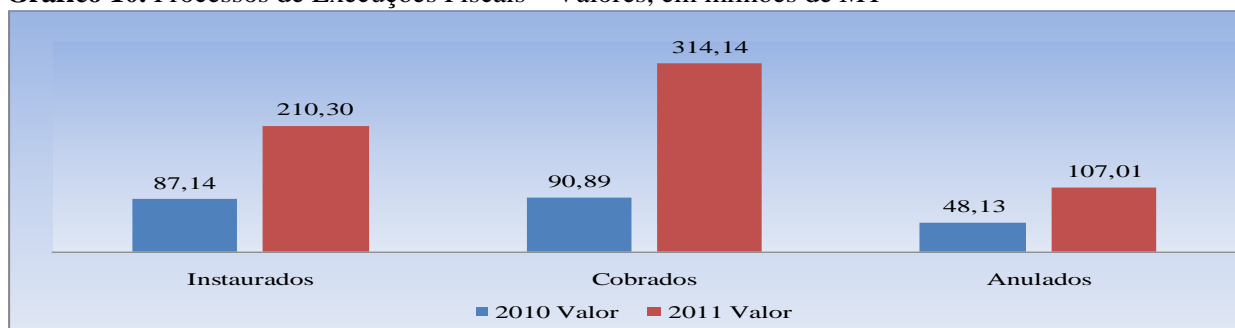


Gráfico 10. Processos de Execuções Fiscais – Valores, em milhões de MT



A tabela 18 apresenta o resumo dos processos de execução fiscal por idade. Do total de 154.196 processos executivos, cerca de 133.914 processos que correspondem a 86,84%, constituem processos de risco, isto é, são processos que têm mais de três anos e, na sua maioria, não são localizáveis os respectivos sujeitos passivos, para além de que, ainda na sua maioria, são de impostos extintos.

Tabela 18. Resumo dos Processos de Execução Fiscal por Ano

Unidade: 10⁶MT

Período	Processos		Percentagem %	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Menos de 1 ano	1.713	274,51	1,12	13,70
Entre 1 a 3 anos	18.569	826,02	12,04	41,30
Mais de 3 anos	133.914	902,81	86,84	45,00
Total	154.196	2.003,24	100,00	100,00

Fonte: DGI

3.3. Reembolsos

3.3.1. Situação Geral dos Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento

No que concerne aos Reembolsos do IR, durante o exercício económico de 2011, conforme a tabela 19, foram recebidos 11.394 pedidos, no valor de 180,57 milhões de MT, dos quais foram tratados 5.745 pedidos, no valor de 82,50 milhão de MT. Dos pedidos tratados (i) 5.202 foram pagos, correspondentes ao valor de 66,57 milhões de MT; (ii) 450 foram anulados, equivalentes ao valor de 4.897,94 milhões de MT; e (iii) 93 foram indeferidos, no valor de 11,03 milhões de MT.

De referir que, no mesmo período, também foram tratados 6.915 pedidos de reembolso no valor de 84,28 milhões de MT, referentes a períodos anteriores (2005 a 2010), dos quais (i) 4.325, no valor de 61,72 milhões de MT, foram pagos; (ii) 120, no valor de 3,15 milhões de MT, foram indeferidos; e (iii) 2.470 pedidos no valor de 19,41 milhões de MT foram anulados, conforme a tabela 24.

Em termos acumulados (2005 até 31 de Dezembro de 2011), foram recebidos 49.018 pedidos de reembolso no valor de 940,44 milhões de MT, tendo sido tratados 41.393 pedidos equivalentes ao valor de 700,20 milhões de MT; pagos 35.925 pedidos, correspondentes a 554,60 milhões de MT.

Tabela 19. Pedidos de Reembolso de IR em 2011 e Acumulado

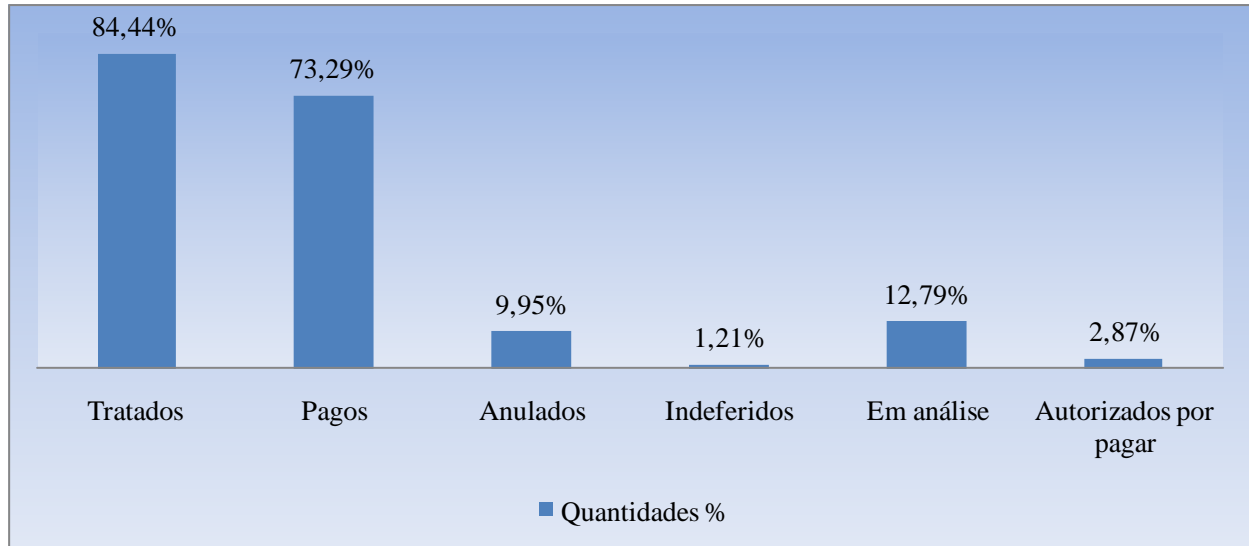
Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2011				Acumulado							
	Reembolso do IRPS e IRPC				2005 a 2010				2005 a 2011			
	Qt ds	Valor	Qt ds%	Valor%	Qt ds	Valor	Qt ds%	Valor%	Qt ds	Valor	Qt ds%	Valor%
Saldo Transitado para 2011	-	-	-	-	7.388	233,38	100,00%	100,00%	-	-	-	-
Solicitados	11.394	180,57	100,00%	100,00%	-	-	-	-	49.018	940,44	100,00%	100,00%
Tratados	5.745	82,50	50,42%	45,69%	6.915	84,28	93,60%	36,11%	41.393	700,20	84,44%	74,45%
Pagos	5.202	66,57	45,66%	36,87%	4.325	61,72	58,54%	26,44%	35.925	554,60	73,29%	58,97%
Anulados	450	4,90	3,95%	2,71%	2.470	19,41	33,43%	8,32%	4.876	57,12	9,95%	6,07%
Indeferidos	93	11,03	0,82%	6,11%	120	3,15	1,62%	1,35%	592	88,49	1,21%	9,41%
Em análise	4.242	80,45	37,23%	44,55%	2.027	77,40	27,44%	33,17%	6.269	157,85	12,79%	16,78%
Autorizados por pagar	937	8,77	8,22%	4,86%	471	4,16	6,38%	1,78%	1.408	12,93	2,87%	1,37%

Fonte: DGI

No geral, o nível de prestação dos reembolsos do IR corresponde a cerca de 84,44% dos pedidos tratados e 73,29% dos pagos, relativamente ao número de pedidos solicitados. Estão em análise 6.269 pedidos de reembolso e autorizados por pagar 1.408 pedidos no montante de 12,93 milhões de MT conforme se apresenta na tabela 18 e gráfico 11.

Gráfico 11. Processos de Reembolsos do IR em 2011



Rebolsos do IRPS

Em sede do IRPS, durante o período em análise, foram recebidos 11.358 pedidos de reembolso no valor de 123,97 milhões de MT, tendo sido tratados 5.734 pedidos no valor de 54,11 milhões de MT, dos quais (i) 5.194 no valor de 48,16 milhões de MT foram pagos; (ii) 450 pedidos, no valor de 4,90 milhões de MT foram indeferidos; e (iii) 90 pedidos, no valor de 1,05 milhões de MT, anulados.

No mesmo período, também foram tratados 6.901 pedidos de reembolso referentes a períodos anteriores (2005 a 2010), no valor de 62,41 milhões de MT, dos quais: (i) foram pagos 4.312 pedidos, no valor de 41,21 milhões de MT; (ii) indeferidos 2.470, no valor de 19,41 milhões de MT; e (iii) anulados 119, pedidos no valor de 1,78 milhões de MT.

Em termos acumulados, (2005 a 31 de Dezembro de 2011), foram recebidos 48.785 pedidos de reembolso, no valor de 535,64 milhões de MT, tendo sido tratados 41.236 pedidos, correspondentes a 384,28 milhões de MT, e pagos 35.815 pedidos, equivalentes ao valor de 339,42 milhões de MT.

Quanto ao reembolso do IRPS, o desempenho situou-se em 84,53% dos pedidos tratados e 73,41% dos pagos, tendo como base o número de pedidos solicitados. Estão em análise 6.196 pedidos de reembolso e autorizados por pagar 1.405 pedidos, no montante de 12,84 milhões de MT, conforme a tabela 20 e gráfico 12.

Tabela 20. Pedidos de Reembolsos de IRPS

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2011				Acumulado							
	Reembolso do IRPS				2005 a 2010				2005 a 2011			
	QtDs	Valor	QtDs%	Valor%	QtDs	Valor	QtDs%	Valor%	QtDs	Valor	QtDs%	Valor%
Saldo Transitado para 2011	-	-	-	-	7.326	115,15	100,00%	100,00%	-	-	-	-
Solicitados	11.358	123,97	100,00%	100,00%	-	-	-	-	48.785	535,64	100,00%	100,00%
Tratados	5.734	54,11	50,48%	43,65%	6.901	62,41	94,20%	54,20%	41.236	384,28	84,53%	71,74%
Pagos	5.194	48,16	45,73%	38,85%	4.312	41,21	58,86%	35,79%	35.815	339,42	73,41%	63,37%
Indeferidos	450	4,90	3,96%	3,95%	2.470	19,41	33,72%	16,86%	4.865	38,79	9,97%	7,24%
Anulados	90	1,05	0,79%	0,84%	119	1,78	1,62%	1,55%	556	6,07	1,14%	1,13%
Em análise	4.217	54,13	37,13%	43,66%	1.979	25,38	27,01%	22,04%	6.196	79,51	12,70%	14,84%
Autorizados por pagar	937	8,77	8,25%	7,07%	468	4,07	6,39%	3,54%	4.105	12,84	8,41%	2,40%

Fonte: DGI

Gráfico 12. Processos de Reembolsos do IRPS em 2011



Principais causas das anulações e indeferimentos dos pedidos de reembolso de IRPS:

A principal causa das anulações dos pedidos de reembolso de IRPS é a duplicação de pedidos (nos casos em que os sujeitos passivos submetem mais de uma vez o pedido de reembolso do IRPS para um dado exercício económico).

São tidas como principais causas de indeferimentos, entre outras: (i) a má instrução do pedido de reembolso (a falta de confirmação das retenções na fonte efectuadas pelas Direcções das Áreas Fiscais); (ii) a falta das declarações de rendimentos (emitidas pelas entidades empregadoras); (iii) as situações em que, após o reenglobamento, o sujeito passivo passa de credor para devedor; e (iv) a falta de assinatura das declarações de rendimentos, nos termos do n.ºs 1, 2 do art.º 58 do Regulamento do Código do IRPS.

Reembolsos do IRPC

No tocante ao IRPC, durante o período em análise, foram recebidos 36 pedidos no valor de 56,60 milhões de MT e tratados 11 pedidos no valor de 28,39 milhões de MT, dos quais (i) foram pagos 8, no valor de 18,41 milhões de MT e (ii) anulados 3, no valor de 9,98 milhões de MT, conforme se apresenta na tabela 21 e gráfico 13.

No mesmo período, foram ainda tratados 14 pedidos de reembolso no valor de 21,87 milhões de MT, referentes a períodos anteriores (2005 a 2010), dos quais: (i) foram pagos 13 pedidos no valor de 20,50 milhões de MT e (ii) foi anulado 1 pedido no valor de 1,37 milhões de MT.

Em termos acumulados (de 2005 a 31 de Dezembro de 2011), foram recebidos 233 pedidos de reembolso no valor de 404,80 milhões de MT, tendo sido tratados 157 pedidos, no valor de 315,93 milhões de MT, dos quais: (i) foram pagos 110, no valor de 215,17 milhões de MT, (ii) indeferidos 11 no valor de 18,33 milhões de MT; e (iii) anulados 36, no valor de 82,43 milhões de MT.

A prestação nesta categoria de imposto corresponde a cerca de 67,38% dos pedidos tratados e 47,21% dos pagos, tomando como base o número de pedidos solicitados. Estão em análise 73 pedidos de reembolso, e autorizados por pagar 3 pedidos, no montante de 0,08 milhões de MT.

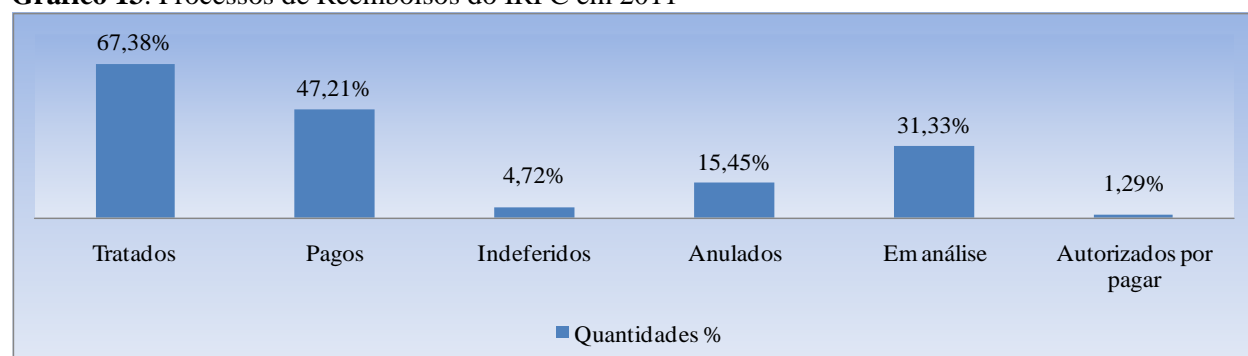
Tabela 21. Pedidos de Reembolsos de IRPC

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2011				Acumulado							
	Reembolso do IRPS				2005 a 2010				2005 a 2011			
	Qt ds	Valor	Qt ds%	Valor%	Qt ds	Valor	Qt ds%	Valor%	Qt ds	Valor	Qt ds%	Valor%
Saldo Transitado para 2011	-	-	-	-	62	118,23	100,00%	100,00%	-	-	-	-
Solicitados	36	56,60	100,00%	100,00%	-	-	-	-	233	404,80	100,00%	100,00%
Tratados	11	28,39	30,56%	50,16%	14	21,87	22,58%	18,50%	157	315,93	67,38%	78,05%
Pagos	8	18,41	22,22%	32,52%	13	20,50	20,97%	17,34%	110	215,17	47,21%	53,16%
Indeferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	11	18,33	4,72%	4,53%
Anulados	3	9,98	8,33%	17,64%	1	1,37	1,61%	1,16%	36	82,43	15,45%	20,36%
Em análise	25	26,32	69,44%	46,50%	48	52,02	77,42%	44,00%	73	78,34	31,33%	19,35%
Autorizados por pagar	-	-	-	-	3	0,08	4,84%	0,07%	3	0,08	1,29%	0,02%

Fonte: DGI

Gráfico 13. Processos de Reembolsos do IRPC em 2011



Análise comparativa referente aos anos de 2010 e 2011

Comparativamente a igual período de 2010, em 2011 o número de pedidos de reembolso de IRPS e IRPC reduziu em 2.593 pedidos, o que representa uma variação negativa na ordem de 18,54%, em termos quantitativos e, quanto a valores, registou-se um decréscimo na ordem de 17,39%.

No que concerne aos processos em análise, em 2011 o número de processos nesta situação, aumentou na ordem de 21,27% em relação ao ano fiscal de 2010, conforme se ilustra na tabela 22.

Tabela 22. Análise Comparativa Processos de Reembolsos Referente aos Anos 2010 e 2011

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2010		2011		Variação percentual	
	QtDs	Valor	QtDs	Valor	QtDs	Valor
Solicitados	13.987	218,59	11.394	180,57	-18,54%	-17,39%
Tratados	8.718	103,21	5.745	82,50	-34,10%	-20,07%
Pagos	8.185	90,95	5.202	66,57	-36,44%	-26,81%
Indeferidos	403	3,57	450	4,90	11,66%	37,25%
Anulados	130	8,68	93	11,03	-28,46%	27,07%
Autorizados por pagar	1.771	17,40	937	8,77	-47,09%	-49,60%
Em análise	3.498	97,98	4.242	80,45	21,27%	-17,89%

Fonte: DGI

3.3.2. Situação Geral dos Reembolsos do IVA

No concernente aos Reembolsos do IVA, durante o período em análise foram pagos 903 pedidos de reembolso no montante de 2.999,86 milhões de MT, dos quais 203 são do regime normal correspondentes a 764,73 milhões de MT e 343 dos diplomatas equivalentes a 49,04 milhões de MT, sendo que, os pedidos pagos incluem processos transitados de anos anteriores em número de 357, no montante de 2.186,10 milhões de MT, conforme ilustra a tabela 23 e gráficos 14 e 15.

Tabela 23. Pedidos de Reembolso de IVA

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Recebidos		Pagos 2011	
	número	valor	número	valor
Recebidos em 2011				
1.1 Regime Normal	440	5.693,84	203	764,73
1.2 Diplomatas	375	79,23	343	49,04
Sub - Total 1	815	5.773,07	546	813,77
Transitados de anos anteriores				
1.1 Regime Normal	-	-	305	2.182,09
1.2 Diplomatas	-	-	52	4,01
Sub - Total 2	-	-	357	2.186,10
Total Geral	-	-	903	2.999,86
Despesas Bancárias	-	-	-	-
Total	815	5.773,07	903	2.999,86

Fonte: DGI

Foram recebidos 815 pedidos, correspondentes ao valor de 5,773,07 milhões de MT, dos quais: i) 440 do regime normal, no valor de 5.693,84 milhões de MT, e ii) 375 referentes a Diplomatas no montante de 79,23 milhões de MT.

Gráfico 14. Quantidades de Processos de Reembolso de IVA em 2011

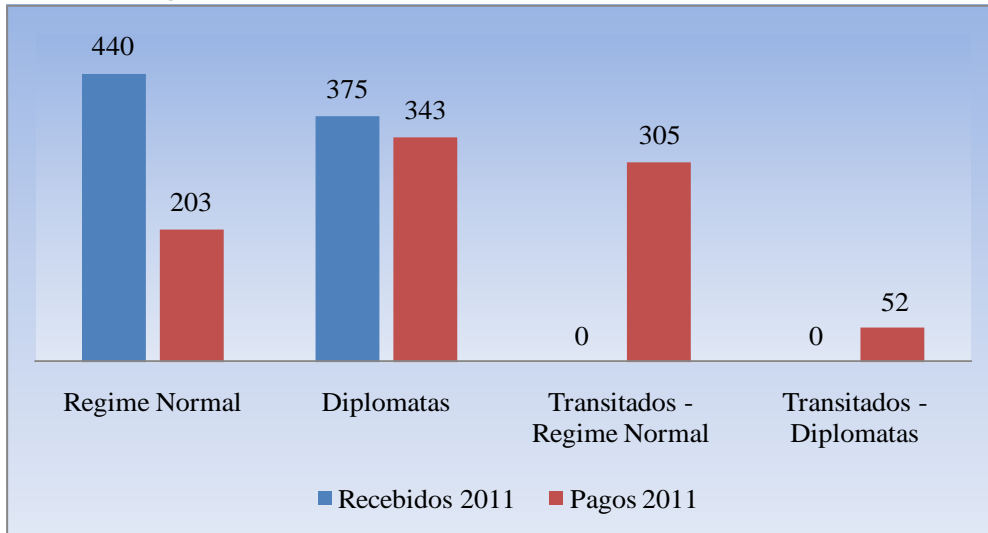


Gráfico 15. Valores de Reembolso de IVA em 2011, em milhões de MT



Relativamente ao regime normal, do total de 440 pedidos solicitados, foram pagos 203, suspensos 72 pedidos, autorizados e em processo de pagamento 26, em análise 136, indeferidos 2 e 1 pedido anulado. Quanto aos pedidos de reembolsos dos Diplomatas, do total de 375 apresentados, foram pagos 343, autorizados e em processo de pagamento 5, indeferidos 13 e 14 em análise, conforme a tabela 24 e os gráficos 16 e 17.

Tabela 24. Pedidos de Reembolso de IVA recebidos em 2011

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Regime Normal		Regime Normal		Diplomatas		Diplomatas	
	QtDs	Valores	QtDs%	Valores%	QtDs	Valores	QtDs%	Valores%
Solicitado	440	5.693,84	100,00%	100,00%	375	79,24	100,00%	100,00%
Total tratado	278	1.238,43	63,18%	21,75%	356	77,47	94,93%	97,76%
Pagos	203	764,73	46,14%	13,43%	343	49,04	91,47%	61,88%
Indeferidos	2	0,14	0,45%	0,00%	13	0,17	3,47%	0,21%
Irregularidades	0	111,70	0,00%	1,96%	0	28,26	0,00%	35,67%
Suspensos	72	334,60	16,36%	5,88%	0	0,00	0,00%	0,00%
Anulados	1	27,26	0,23%	0,48%	0	0,00	0,00%	0,00%
Em análise	136	3.307,07	30,91%	58,08%	14	1,36	3,73%	1,71%
Autorizados por pagar	26	1.148,34	5,91%	20,17%	5	0,41	1,33%	0,52%

Fonte: DGI

Gráfico 16. Quantidade de Processos de Reembolsos de IVA por Regime

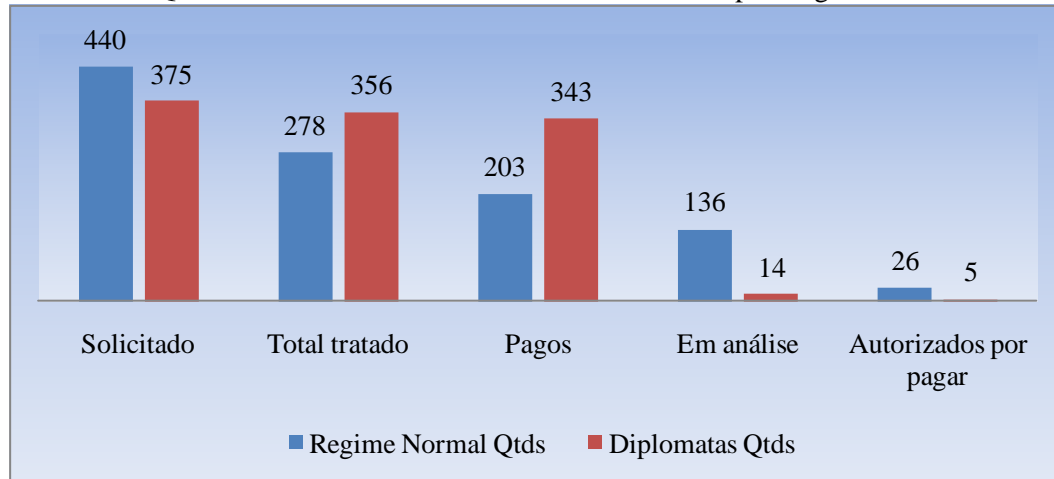
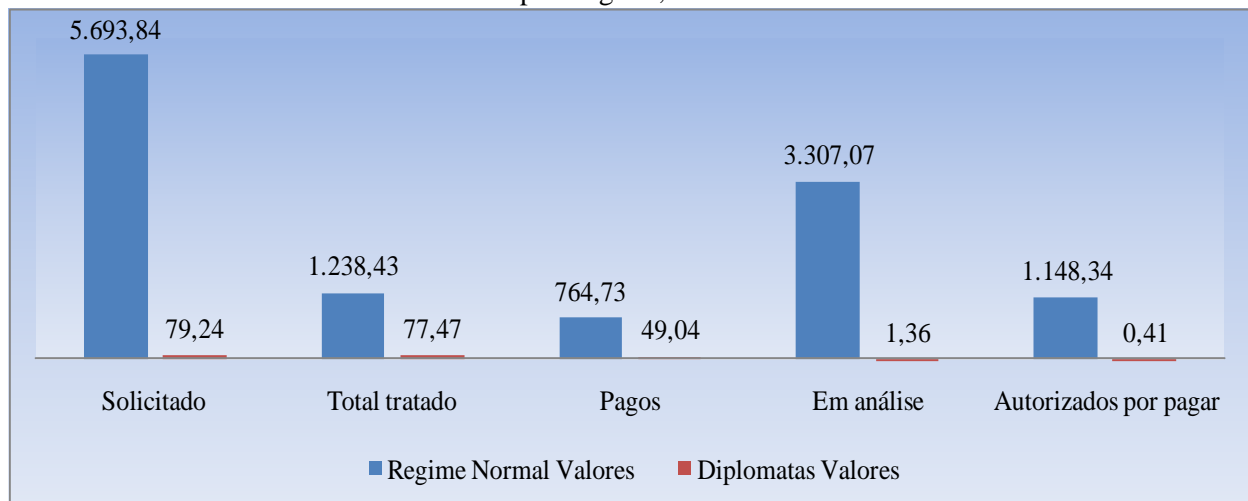


Gráfico 17. Reembolsos de IVA – Valores por Regime, em milhões de MT



Em termos acumulados (1999 a 31 de Dezembro de 2011), no concernente aos pedidos de Reembolso do IVA, no regime normal, foram tramitados 4.776 processos, correspondentes a 17.425,59 milhões de MT, dos quais: i) 4.603, correspondentes a 12.651,80 milhões de MT foram tratados; ii) 3.619, correspondentes a 9.459,86 milhões de MT, foram pagos; iii) 142, equivalentes a 3.331,83 milhões de MT, foram autorizados e em processo de pagamento; e iv) 30, correspondentes a 1.441,96 milhões de MT, encontravam-se, até ao final do período, em análise técnica, conforme ilustra a tabela 25.

Tabela 25. Resumo dos Pedidos de Reembolso Processados de 1999 à 31 de Dez/2011*Unidade: 10⁶ MT*

Descrição	Regime Normal - Acumulado							
	De 1999 a 2010				De 1999 a 31 de Dezembro de 2011			
	QtDs	Valores	QtDs%	Valores %	QtDs	Valores	QtDs%	Valores%
Solicitado	4.336	11.731,75	100,00%	100,00%	4.776	17.425,59	100,00%	100,00%
Total tratado	4.123	9.241,69	95,09%	78,78%	4.603	12.651,80	96,38%	72,60%
Pagos	3.205	6.516,39	73,92%	55,54%	3.619	9.459,86	75,77%	54,29%
Indeferidos	736	591,19	16,97%	5,04%	747	722,07	15,64%	4,14%
Irregularidades	0	1.268,87	0,00%	10,82%	0	1.439,99	0,00%	8,26%
Suspensos	131	842,36	3,02%	7,18%	185	979,91	3,87%	5,62%
Anulados	51	22,89	1,18%	0,20%	52	50,15	1,09%	0,29%
Em análise	44	604,16	1,01%	5,15%	142	3.331,83	2,97%	19,12%
Autorizados por pagar	169	1.885,90	3,90%	16,08%	30	1.441,96	0,63%	8,27%

Fonte: DGI

Em relação aos pedidos solicitados, no período de 1999 até 31 de Dezembro de 2011, a prestação situou-se em 96,38% no que diz respeito às quantidades, e 72,60% quanto aos valores, e, no concernente aos processos pagos, a prestação situou-se em 75,77% quanto às quantidades e 54,29%, no que se refere aos valores.

3.4. Benefícios Fiscais

3.4.1. Benefícios Fiscais no Âmbito dos Impostos Internos

Durante o ano de 2011, foram recebidos 249 termos de autorização de projectos de investimentos com a seguinte repartição por Regiões: i) 22 da Região Norte, que representam 8,84% do universo recebido no período; ii) 50 da Região Centro, que representam 20,08%; e iii) 177 da Região Sul, que representam 71,08%, conforme tabela 26:

Tabela 26. Projectos de Investimento Recebidos

Unidade: 10⁶MT

Ord	Zonas	Totais	%
1	Região Norte	22	8,84%
2	Região Centro	50	20,08%
3	Região Sul	177	71,08%
Total Geral		249	100,00%

Fonte: DGI

Em termos de classificação por sector de actividade económica, os **249** projectos de investimentos recebidos no referido período, distribuem-se em:

- a) **22** Projectos da **Zona Norte**, sendo: i) 6 indústria; ii) 2 agro-indústria; iii) 1 agro-pecuária; iv) 4 construção civil; v) 5 prestação de serviços; e vi) 4 turismo;
- b) **50** Projectos da **Zona Centro**, sendo: i) 3 agricultura; ii) 19 indústria; iii) 04 agro-indústria; iv) 3 agro-pecuária; v) 2 construção civil; vi) 1 comércio; vii) 7 prestação de serviços; viii) 2 pesca; ix) 6 turismo; e x) 2 transportes e comunicações; 1 classificado como "outras actividades"; e
- c) **177** Projectos da **Zona Sul**, sendo: (i) 2 agricultura; (ii) 48 indústria; (iii) 10 pecuária; (iv) 5 agro-indústria; (v) 11 agro-pecuária; (vi) 22 construção civil; (vii) 1 comércio; (viii) 50 prestação de serviços; (ix) 1 pesca; (x) 20 turismo; (xi) 5 transportes e comunicações; e (xii) 2 classificados como "outras actividades".

O sector com mais projectos aprovados em todas as zonas do País neste período é o da indústria, seguido do da prestação de serviços.

Dos 249 projectos que deram entrada, **10** foram aprovados pelo Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA) e **239** pelo Centro de Promoção de Investimento (CPI) e sendo que a AT procedeu ao seu enquadramento fiscal. No período em causa, cessaram **33** projectos de investimento e deram entrada **167** adendas (para alteração das condições contratuais inicialmente estabelecidas).

IV. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA

4.1. Educação Fiscal e Aduaneira

Durante o período em análise, foram desenvolvidas diversas actividades com o objectivo de popularizar o imposto, bem como sensibilizar as populações e agentes económicos para a necessidade do cumprimento voluntário e atempado das obrigações fiscais e aduaneiras.

No âmbito da promoção da imagem da AT e divulgação das suas realizações com vista a edificação de uma imagem empática e motivadora do sujeito passivo no cumprimento do seu dever, registou-se a cobertura pela imprensa de diversos eventos organizados pela Autoridade Tributária ou por outras instituições e foram publicados: (i) a nível interno, a Revista Tributária e Boletins Informativos da AT; (ii) a nível central e das regiões, Suplementos Tributários; e (iii) a nível externo, diversos comunicados, anúncios e outros excertos nos demais Órgãos de Comunicação Social.

Foi igualmente criado o Blog da AT (www.cidadaniafiscal.blogspot.com) (destinado a divulgação das actividades da AT no Geral e, em particular, as de Educação Fiscal, para além do pleno funcionamento de um endereço eletrónico (gcmagem@at.gov.mz), através do qual são veiculadas várias perguntas e respostas para o contribuinte.

No âmbito da educação fiscal, aduaneira e popularização do imposto, foram desenvolvidas várias actividades nas três regiões com destaque para: (i) formação de 13.450 disseminadores, sendo 9.178 em 31 municípios e 4.272 em 50 distritos, o que corresponde a uma realização de 107,60% da meta programada para o ano; (ii) palestras sobre o ISPC, dívida tributária, IRPS e cidadania fiscal e popularização de imposto; (iii) campanhas de Educação Fiscal através dos órgãos de Comunicação Social, nomeadamente, TVM, STV e Rádio Moçambique.

No mesmo domínio, foram desenvolvidos contactos junto ao Ministério da Educação - Direcção Nacional de Ensino Primário com vista a formalizar a intenção da AT em alargar o âmbito dos Programas de Educação Fiscal para todos os segmentos da Sociedade Moçambicana incluindo as faixas etárias de infantis, adolescentes e juvenis, com recurso a inserção de matérias fiscais e aduaneiras no livro escolar. A intenção mereceu acolhimento junto do MINED, com a proposta de inserir os conteúdos na contracapa dos livros da 1ª a 7ª Classes em forma de banda desenhada ou outras formas de fácil compreensão.

Relativamente à educação fiscal e popularização do imposto com recursos a campanhas televisivas, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Sensibilização dos contribuintes sobre o cumprimento das obrigações fiscais, em Janeiro 2011, tendo a TVM produzido e inserido o calendário fiscal e em Março, os *spots* sobre Modelo 10, especificamente no tocante ao preenchimento do mesmo, os prazos para submissão da declaração nas áreas fiscais e ainda sobre o preenchimento e entrega de declaração única por casal. Estes spots foram exibidos nos meses de Março e Abril. No mesmo sentido foi retomada em Março, a campanha de sensibilização sobre a importância dos impostos, com o *spot* exibido até Maio de 2011.

- Produção de várias peças, destacando-se a redução do tempo de espera nas fronteiras de Ressano Garcia e Namaacha, introdução de serviços de operador económico autorizado, introdução do Modelo Simplificado de Colecta de Impostos, o acordo CTA e AT para o alargamento da base tributária, visita da Secretária do Estado de Desenvolvimento da Noruega à fronteira de Ressano Garcia, entre outros.
- Produção de diversos autocolantes pelo Grupo SOICO e colocados nas instalações do GCIm, e distribuídos por todas as províncias para efeitos de colocação nos postos móveis e fixos abertos em 2011. Foram ainda produzidos folhetos relativos ao NUIT, bem como a mascote humanizada “João NUIT” em uso nas campanhas presenciais, tanto em palestras, marchas, seminários e outros eventos.

Com base na avaliação das actividades desenvolvidas pela TVM, foi proposta a renovação do contrato, tendo sido aprovado pelo CST e se efectivado a renovação no valor de aproximadamente 15,00 milhões de MT, para execução no exercício de 2012.

Pelo facto de a Rádio Moçambique ser uma empresa pública de âmbito nacional, cujo sinal cobre todas as sedes distritais e aproximadamente todos os postos administrativos, localidades e povoações do País, para além de veicular programas, debates, *spots* e outros produtos radiofónicos, em pelo menos 12 línguas nacionais, nomeadamente Gitonga Ci-tshwa, Ci-sena Ci-Ndau, ECwabo, Emakhuwa, Emakonde, Ci-nyanja, E-Jaua, Ci-yao, Elommwe, Ci-nyungwe, Ci-yute, Xichangana, Xirhonga, associado ao facto desta possuir um memorando de entendimento com a AT, foi proposta e autorizada a sua contratação para dinamizar a Campanha de Educação Fiscal e Popularização do Imposto, nos princípios de Julho. Esta estação radiofónica iniciou a sua participação produzindo e veiculando, até ao final de 2011, o *spot* sobre o perdão da dívida tributária.

No que se refere à assistência ao contribuinte, até ao final do ano, foram atendidos, pelo Serviço de Assistência ao Contribuinte de Maputo, um total de 34.597 contribuintes, para esclarecimentos de matérias relacionadas com o IRPS, IRPC, IVA, NUIT e factura, entre outros assuntos. Importa referir que as matérias relacionadas com a atribuição do NUIT e esclarecimentos sobre factura foram os que mais tiveram solicitação, seguido dos relacionados com o IRPS e IRPC.

Com vista a verificar o grau de implementação dos projectos e programas do GCIm, bem como o ponto de situação dos BAC's, foram efectuadas visitas de acompanhamento aos Balcões de Atendimento ao Contribuinte de Maputo, Matola, Nampula, Pemba, Manhica, Beira, Chimoio e Tete. Das visitas, registou-se que, em alguns locais, tais como Chimoio, Tete e Pemba, não existem funcionários efectivos alocados aos BAC's, sendo este serviço feito de forma rotativa pelos funcionários das DAF's, por falta de recursos humanos suficientes para afectação definitiva aos balcões.

Assinados, em termos acumulados até 31 de Dezembro de 2011, 63 memorandos de intenções ou entendimento com diferentes sensibilidades da actividade económica, social, cultural, artística e

académica, com destaque para instituições de ensino superior público e privado, organizações não governamentais, associação de músicos, associações do sector informal, entre outras.

Em 2011, foram assinados 22 memorandos, dos quais 16 relativos à educação fiscal e popularização do imposto. De forma geral, os memorandos permitiram ampliar a abrangência da campanha e adesão ao cadastro fiscal. De entre outros, destacam-se os seguintes resultados alcançados em 2011: (1) realização de mais de **85** palestras em instituições de ensino e outros locais; (2) atribuição de **27.432** NUIT's e de **5.394** cartões a pessoas singulares e colectivas associadas à contraparte do memorando.

4.2. Cadastração dos NUITs

De um programa anual de 301.633 NUITs, foram atribuídos, durante o ano de 2011, 327.602 NUITs, que representam um nível de realização de 108,61%, com detalhes por região, categoria e resumidos. Quando comparados com a realização do ano transacto, cujo registo fiscal situou-se em 262.561 NUITs, representam um crescimento de 24,77%, conforme a tabela 27 e os gráficos 18 e 19.

Tabela 27. Registo fiscal

Descrição	2010			2011									Crescimento 2010/2011		
	Registos			Programa			Registos			Realização					
	Singul.	Colect.	Soma	Singul.	Colect.	Soma	Singul.	Colect.	Soma	Singul.	Colect.	Soma	Singul.	Colect.	Soma
Total DRN	45.445	531	45.976	58.008	1.184	59.192	64.774	667	65.441	111,66%	56,33%	110,56%	42,53%	25,61%	42,34%
Total DRC	93.824	1.230	95.054	103.199	2.106	105.305	97.732	1.472	99.204	94,70%	69,90%	94,21%	4,17%	19,67%	4,37%
Total DRS	118.193	3.338	121.531	134.393	2.743	137.136	158.791	4.166	162.957	118,15%	151,88%	118,83%	34,35%	24,81%	34,09%
Total Geral	257.462	5.099	262.561	295.600	6.033	301.633	321.297	6.305	327.602	108,69%	104,51%	108,61%	24,79%	23,65%	24,77%

Fonte DGI

Gráfico 18. Registo de Contribuintes

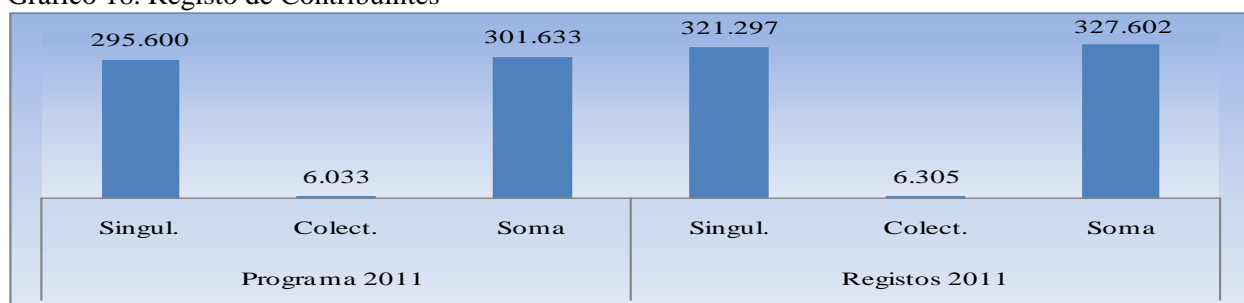
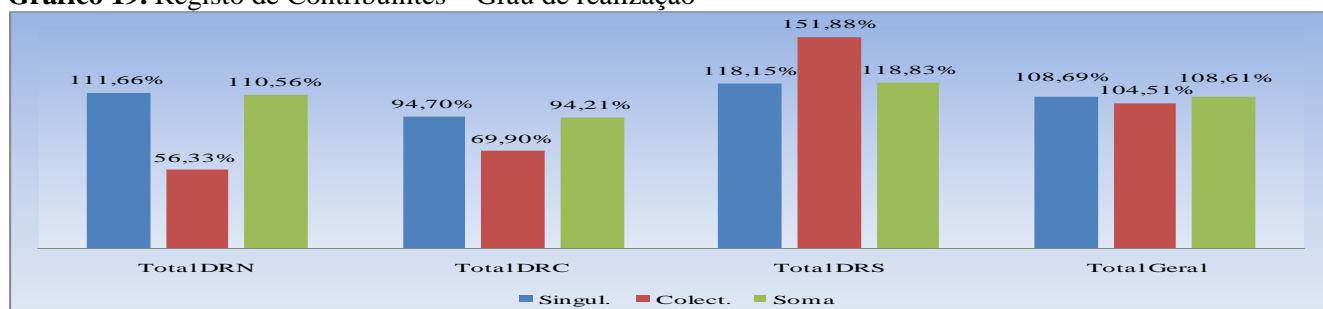


Gráfico 19. Registo de Contribuintes – Grau de realização



Do total de NUITs atribuídos no ano 2011, 321.297 são pessoas singulares, o que representa uma realização de 108,69% face a este grupo e 6.033 são pessoas colectivas, o que representa uma realização na ordem de 104,51%.

Em termos absolutos, em relação ao programa do período, a Região Sul foi a que melhor prestação teve, com uma realização de 118,83%, seguida da Região Norte, com 110,56%, e, por fim, a Região Centro, com 94,24%.

4.2.1. Cadastro Fiscal no Âmbito do ISPC

De um programa de 50.000 registos fiscais em ISPC para o ano de 2011, foram registados, no período em análise, 46.336 pequenos agentes económicos, dos quais 20.486 na Região Sul, 16.572 na Região Centro e 9.283 na Região Norte.

O registo fiscal em sede deste imposto não foi além de 92,68%, representando um incumprimento na ordem de 7,32%, motivado por diversas razões, com destaque para as seguintes: (1) insuficiência de efectivos, estando a operar com estagiários, disseminadores e outros voluntários, na sua maioria desmotivados por falta de incentivos básicos; e (2) insuficiência de meios.

Em relação ao acumulado, desde que o imposto foi criado e introduzido no nosso sistema tributário (2009) até 31 de Dezembro de 2011, foram registados 88.521 contribuintes no ISPC, dos quais 39.444 para a região Sul, 31.164 para a região Centro e 17.913 para a região Norte.

Em termos de cobrança de receita, foi programada a cobrança, para o ano de 2011, de 36,12 milhões de MT, tendo sido colectados para os cofres do Estado o valor de 48,15 milhões de MT, correspondente a uma realização de 133,31% e a um crescimento nominal de 101,88%, quando comparado com o ano anterior, onde foram cobrados 23,85 milhões de MT.

Destaque vai para a região Centro que, apesar de ter se situado abaixo das outras regiões no que concerne ao registo fiscal, foi a região que mais cobrou o ISPC, na ordem de 42,72%, seguida da região Sul, com 38,58%, e, por fim, a região Norte, com 17,70%.

4.2.2. Projecto da Sensibilização, Mobilização e Divulgação do ISPC à Nível dos Distritos e Municípios

Aprovado em Junho de 2011, no valor total de 0,44 milhões de MT e em implementação até 31 de Dezembro, tinha como objectivo garantir o registo de 50.000 contribuintes para o regime do ISPC em 50 distritos e 25 municípios, de modo a aumentar os níveis de registo fiscal, alargamento da base tributária e aumentar os níveis de arrecadação de receitas.

Da implementação do referido projecto, foram gastos: i) Região Norte, 0,18 milhões de MT; ii) Região Centro, 0,19 milhões de MT; e iii) Região Sul, 0,07 milhões de MT.

Foram realizados trabalhos de inscrição dos sujeitos passivos em coordenação com as respectivas DAF's, contactadas as administrações municipais, distritais, líderes comunitários e agentes económicos para colaborarem na divulgação, inscrição e pagamento do ISPC, para além da realização de palestras de educação fiscal sobre a importância do NUIT e ISPC nas províncias de Inhambane, envolvendo os Municípios de Inhambane, Maxixe, Massinga e Vilanculos e os Distritos de Inhassoro e Zavala e ainda nos Municípios de Maputo, Matola e Província de Maputo.

Em Setembro, foram realizadas acções na Região Centro, nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia (distritos de: Maganja da Costa, Inhassunge, Namacurra) e Tete (Distrito de Macanga, Chiúta, Posto Administrativo de Kaúnda e na localidade de Mavudzi) que permitiu a elevação dos índices de realização das inscrições do NUIT e dos novos contribuintes do ISPC, que, no pretérito mês de Setembro de 2011, situava-se em 8.048, tendo passado, em Outubro de 2011, para 11.368 contribuintes do ISPC, enquanto que o registo de NUIT passou de 70,3 %, em Setembro para 78,1% em Outubro.

Nos meses de Novembro e Dezembro, foram feitas deslocações à região Norte, concretamente aos distritos de Malema e Meconta, da província de Nampula, incluindo o Posto Administrativo de Namialo, que possibilitou a elevação dos índices de realização das inscrições do NUIT e dos novos contribuintes do ISPC, que no pretérito mês de Novembro de 2011, situava-se em 8.557 contribuintes do ISPC, ou seja, em cerca de 50% do grau de realização, enquanto que o registo de NUIT passou de 94,5% de realização, em Novembro de 2011, para 109%, em Dezembro de 2011.

4.2.3. Impressão de Cartões de NUIT

Em 2011, foram impressos 152.823 cartões de NUIT, dos quais: i) 19.317, na região Norte; ii) 23.942, na região Centro; e iii) 109.564, na região Sul.

Em termos acumulados, de 2010 a 2011, foram impressos 274.473 cartões de NUIT, sendo que:

- I. Na região Norte, a impressão de cartões iniciou em Setembro de 2010, tendo sido impressos, até 31 de Dezembro de 2011, 40.352 cartões;
- II. Na região Centro, a impressão de cartões iniciou em Novembro de 2010, tendo sido impressos, até 31 de Dezembro de 2011, 24.843 cartões; e
- III. Na região Sul, a impressão iniciou em Setembro de 2010, tendo sido impressos, até 31 de Dezembro de 2011, 209.279 cartões.

4.3. Abertura de Novos Postos Fiscais e de Cobrança

No âmbito das reformas em curso na AT, vários esforços têm sido desenvolvidos na perspectiva de garantir a aproximação dos serviços tributários aos contribuintes, proporcionando, desta forma, melhoria da comodidade no cumprimento das suas obrigações fiscais.

A abertura de novos postos fiscais de cobrança tem como base os seguintes critérios: i) importância e dimensão da actividade económica desenvolvida; ii) densidade populacional, em particular o número de potenciais contribuintes existentes; iii) facilidade de acesso entre os vários distritos abrangidos; e iv) descongestionamento de áreas operativas com elevado número de contribuintes.

Na sequência deste processo, que iniciou em 2008, foram identificados, até 31 de Dezembro de 2011, 96 locais a nível das 3 regiões do País para a abertura e funcionamento de novas unidades de cobrança, das quais 51 estão em funcionamento.

Em 2011, na área dos impostos internos foram abertos 14 Postos de Cobrança, sendo: 02 na região Norte (Monapo, adstrito à DAF de Nacala, e Mogovolas, adstrito à DAF de Nampula); 06 na região Centro (Cheringoma, Muanza, Chemba, Machanga, Muxúngue, adstritos à DAF do 2º Bairro da Manga, e Mutarara, adstrito à DAF de Tete); e 06 na região Sul (Jardim e Xipamanine, adstritos à DAF do 2º Bairro de Maputo; Machava e Namaacha, adstritos à DAF da Matola; Massinga, adstrito à DAF de Inhambane, e Inhassoro, adstrito à DAF de Vilanculos). Foram abertos, desde 2008, a nível nacional, um total de 51 Postos de Cobrança, sendo 9 na Região Norte, 29 na Região Centro e 13 na Região Sul. Do total dos postos abertos, 15 são Fixos e 36 são móveis.

Na área aduaneira, foram abertos, no período em análise 2, postos fiscais, nomeadamente: o posto fiscal fronteiriço de Solidja e o posto fiscal de Mambucha, ambos na província da Zambézia.

V. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

5.1. Situação Geral dos Recursos Humanos

A Autoridade Tributária, terminou o ano 2011, com um efectivo de 3.324 funcionários, dos quais 2.534, do sexo masculino e 790 do sexo feminino, representando um peso de 76,23% e 23,77% para masculino e feminino respectivamente.

Durante o ano de 2011, a AT registou 14 óbitos (dos quais 6 afectos na Região Sul, 5 afectos na Região Centro e 3 na Região Norte) e 88 admitidos no seu quadro de pessoal. Dos 88 admitidos, 27 foram transferidos da ex-Adena, 13 transferidos de outras instituições e 48 reintegrados.

Até 31 de Dezembro de 2011, a AT contava com 1.473 funcionários da área tributária e 1.851 da área aduaneira, conforme ilustra a tabela 28. De referir que a área aduaneira possui maior efectivo, com peso situado em 55,23%.

Tabela 28. Distribuição dos funcionários por carreiras

Carreira	Masc.	Femin.	Total
Aduaneira	1.625	226	1.851
Tributária	909	564	1473
Total	2.534	790	3.324

Fonte: DGSC-DRH

O efectivo da AT é maioritariamente constituído por jovens, situado nas faixas etárias de 31 a 35, 36 a 40, e 41 a 45 anos de idade, representando 18,98%, 22,68% e 20,82%, respectivamente, do total dos funcionários, conforme ilustra a tabela 29.

Tabela 29. Distribuição dos Funcionários por Faixa Etária

Ord.	Idade	Carreira Aduaneira			Carreira Tributária			Regime Geral			Total Geral	Peso
		Nº de Funcionários			Nº de Funcionários			Nº de Funcionários				
		Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total		
1	De 18 a 20 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
2	De 21 a 25 anos	0	0	0	5	6	11	0	0	0	11	0,33%
3	De 26 a 30 anos	106	12	118	118	82	200	0	0	0	318	9,57%
4	De 31 a 35 anos	347	68	415	107	109	216	0	0	0	631	18,98%
5	De 36 a 40 anos	389	35	424	223	107	330	0	0	0	754	22,68%
6	De 41 a 45 anos	421	43	464	141	87	228	0	0	0	692	20,82%
7	De 46 a 50 anos	224	38	262	120	71	191	0	0	0	453	13,63%
8	De 51 a 55 anos	95	20	115	95	63	158	0	0	0	273	8,21%
9	De 56 a 60 anos	17	5	22	66	26	92	0	0	0	114	3,43%
10	De 61 a 65 anos	14	3	17	9	9	18	0	0	0	35	1,05%
11	Mais de 65 anos	12	2	14	25	4	29	0	0	0	43	1,29%
Total de Funcionários		1.625	226	1.851	909	564	1.473	0	0	0	3.324	100%

Fonte: DGSC – DRH

5.1.1. Distribuição de Funcionários por Regiões

Durante o período em análise, dos 3.324 funcionários, 990, correspondentes a 29,78% do total, estavam afectos nos órgãos centrais 395, correspondentes a 11,88%, na Direcção Regional Norte, 603, correspondentes a 18,14%, na Direcção Regional Centro, e 1.336, correspondentes a 40,19%, na Direcção Regional Sul, como ilustra a tabela 30.

Tabela 30. Distribuição de Funcionários por Região e Órgão Central

Órgãos	Masc.	Fem.	Total	Percent.
DSC	741	249	990	29,78%
DRN	327	68	395	11,88%
DRC	485	118	603	18,14%
DRS	981	355	1.336	40,19%
TOTAL			3.324	100,00%

Fonte: DGSC - DRH

5.1.2. Contagem de Tempo de Serviço Prestado ao Estado e Aposentação

Em cumprimento da circular nº8/DGSC/AT/09, de 20 de Outubro, na qual se exorta a todos os funcionários para que procedam à contagem de tempo de serviço prestado ao Estado, durante o ano em referência deram entrada 160 pedidos de emissão de Certidões de Efectividade e Contagem de Tempo de Serviço, tendo sido tramitados 109 processos e enviados à Previdência Social, para efeitos de reverificação e homologação do tempo de serviço.

Neste âmbito e na sequência da exortação do Ministério da Função Pública, foram identificados 29 funcionários com mais de 35 anos de serviço, para os quais corre a instrução dos respectivos processos para efeitos de fixação da aposentação. De referir que, em relação à aposentação obrigatória por limite de idade, os processos são executados à medida que os funcionários atingem o limite para efeitos de aposentação.

Ainda em 2011, foram recebidos 11 processos de pedidos de fixação de salário nos termos do preconizado no nº 1 do artigo 49 do EGFAE, sendo que 08 processos foram submetidos ao Ministério da Função Pública, aguardando pelo respectivo despacho, 5 processos correm seus trâmites para posterior envio à Direcção de Recursos Humanos do Ministério das Finanças, para efeitos de validação.

5.1.3. Situação de Funcionários por Níveis Académicos

No tocante aos níveis académicos, dos 3.324 funcionários, 1.109 destes têm formação superior, dos quais: 28 são mestres, 793 funcionários são licenciados e 288 funcionários são bacharéis, tendo-se verificado um aumento de 43,65% comparativamente ao número verificado no ano de 2010. Relativamente ao nível médio, com a classe constituída pela maioria de funcionários, verificou-se um decréscimo em 8,57%, tendo em conta que havia 1.726 funcionários no final de 2010 com este nível, contra os 1.578 no final do exercício em análise, devido à ascensão dos mesmos para o nível superior. O nível básico, com 637 funcionários, correspondentes a 19,17% do total de funcionários da AT, decresceu em 10,73% comparativamente ao ano de 2010, também devido à ascensão dos mesmos para o nível médio.

5.1.4. Recenseamento de Funcionários

No que diz respeito ao processo de actualização de dados dos funcionários no Sistema e-CAF, com vista à preparação do e-FOLHA, dos 3.324 funcionários da AT, foram cadastrados na base de dados do e-SISTAFE 3.197. Para os remanescentes 127, corre o respectivo processo de regularização do vínculo com o Estado.

No âmbito do processo de pagamento de salários de funcionários via e-FOLHA, foi testada a base de dados do Sistema e-CAF, tendo se concluído que, para esta instituição, ainda não é altura ideal para a introdução deste tipo de pagamento, visto que o sistema exige que todos os funcionários estejam enquadrados no sistema de carreiras da Autoridade Tributária de Moçambique, processo ainda em curso.

5.1.5. Enquadramento dos Funcionários

Na sequência da aprovação dos instrumentos do novo sistema de carreiras e remuneração dos funcionários da AT, teve início, no mês de Julho, a preparação do envio ao Tribunal Administrativo dos processos de enquadramento dos funcionários. Do número total de funcionários (3.324), foram enquadrados, até 31 de Dezembro de 2011, 3.144, restando 180, cujos processos seguem os seus trâmites.

5.2. Assuntos Sociais

Com relação à Assistência Social, durante ao ano de 2011 foram realizadas visitas de inspecção social, cujo objectivo era de aferir, no local, as condições de trabalho dos funcionários e auscultação das preocupações em matérias profissionais, segurança e higiene no trabalho e outras situações com impacto no seu desempenho laboral, bem como a identificação de postos fiscais elegíveis para a atribuição de kits de primeiros socorros, para respostas rápidas de assistência médica, em virtude da localização maioritariamente distante dos postos de saúde.

Foram também discutidos e registados os aspectos mais relevantes e consensuais relacionados com a Proposta do Regulamento do Fundo Social dos Trabalhadores para serem considerados e incluídos no processo que culminará com a aprovação do Regulamento pelo Conselho Directivo, após a auscultação nacional.

No âmbito da assistência social aos funcionários da AT, domínio no qual se desenvolvem as acções de combate e prevenção do HIV/SIDA, contrariamente aos anos anteriores a 2011, durante os quais foi garantida assistência e fornecimento de cestas básicas a 30 beneficiários nas três regiões do País, numa base mensal no valor de 2.040,00MT, por pessoa, montante que era canalizado directamente aos estabelecimentos comerciais previamente identificados pelos técnicos das DAS, para o ano de 2011 não houve fornecimento de cestas básicas aos beneficiários deste pacote. O financiamento para estas actividades era, até 2009 proveniente do Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA, e passou para a responsabilidade do Ministério da Função Pública que conta, para o efeito, com o financiamento do PNUD, em escala ainda incipiente.

Entretanto, diante deste novo cenário, que torna a Autoridade Tributária dependente do Ministério da Função Pública, estas acções ficaram sem financiamento, facto que criou um rompimento no fornecimento da cesta básica a partir de finais de ano de 2009, criando transtornos e constrangimentos no desempenho das acções desta área, bem como aos beneficiários. Por esse facto, foram inscritos no Plano de Actividades para o ano de 2012 recursos internos para assegurar a continuidade destas acções.

No âmbito das actividades da Repartição de Cultura, Recreação e Desporto, a DAS, em coordenação com o Gabinete de Comunicação e Imagem, realizou, durante o ano 2011, campanhas de Educação Fiscal e Popularização do Imposto, cuja característica principal era a realização de *rad shows* nos mercados e bairros. Foram também distribuídos, por todo o pPaís, discos musicais com a mesma tónica, tendo sido realizados 9 (nove) *road shows* pela cidade e província de Maputo.

5.3. Capacitação e Formação de Recursos Humanos

Com o objectivo de munir os funcionários de conhecimentos, habilidades e ferramentas técnicas a vários níveis, foram programadas para 2011 53 acções de formação em regime presencial, distribuídas da seguinte forma: (i) 13 para a Área Técnica Aduaneira; (ii) 10 para a Área Técnica Fiscal; (iii) 08 para a Administração e Gestão; e (iv) 22 para Tecnologias de Informação e Comunicação.

5.3.1. Implementação e Avaliação do Plano de Formação em 2011

Para o cumprimento integral das acções de formação, contava-se com um orçamento de 79,79 milhões de MT, que não se mostrou suficiente para fazer face ao programa, tendo ficado por realizar 16 acções, como réplica nas regiões Centro e Norte, tendo sido realizadas um total de 60 acções de formação, das quais 37 (das 53 programadas) e 23 fora do programa, que não acarretavam custos para a instituição, resultantes de solicitações internas e externas.

Estas acções resultaram em 1.650 formados, dos quais 1.434 são funcionários da AT e 216 de outras instituições públicas, distribuídos por todas as regiões do País. Importa destacar que, destas acções de formação, registou-se maior participação na Região Sul, com 858 (dos quais 136 de outras instituições públicas), seguido da região Centro, com 564 (incluindo 80 de outras instituições públicas) e os restantes 228 na região Norte, como ilustra a tabela 31.

Tabela 31. Grau de Realização das Acções de Formação em Relação ao Planificado

Área de Formação	Acções Realizadas	Nº de Formados			
		Região Sul	Região Centro	Região Norte	Total
Técnica Aduaneira	17	305	180	104	589
Técnica Fiscal	16	339	185	101	625
Administração e Gestão	18	136	151	23	310
TIC's	9	78	48	0	126
Total	60	858	564	228	1.650

Fonte: DGSC - DIFOR

5.3.2. Outras Acções de Formação

Para além dos cursos planificados foram realizados, neste período, mais acções de capacitação/formação, nomeadamente:

- formação paramilitar, que abrangeu 167 beneficiários, constituídos por funcionários readmitidos, que ostentavam as categorias aduaneiras, mas sem formação paramilitar, e ainda os que haviam sido transferidos para outras áreas do Ministério das Finanças, por efeito do Decreto n.º 4/2000, e os da ex-ADENA;
- verificação não intrusiva de mercadorias, que abrangeu 35 funcionários afectos ao GCI e DAII, e que decorreu de 03 a 23 de Maio de 2011;
- formação sobre Operador Económico Autorizado, com 26 funcionários e decorreu de 20 a 24 de Junho de 2011;

- formação sobre Liderança e Gestão de Equipas, que foi dirigido a 22 potenciais gestores da AT;
- capacitação de 3 funcionários em Maquetização e Finalização de revistas, boletins e outros produtos com recurso ao aplicativo *InDesign*;
- formação sobre a Taxa de Sobrevalorização da Madeira, realizada na Região Centro, para 22 funcionários da AT, e na Região Norte, para 60;
- formação sobre Elaboração do Orçamento 2012, onde participaram 06 funcionários da AT;
- contabilidade e Seguros, que beneficiou a 06 funcionários da AT;
- formação sobre Germologia e Lapidagem, que decorreu na região Norte, em que participaram 09 funcionários da AT; e
- capacitação sobre o Secretariado Executivo, Relações Públicas, Atendimento ao Público e Protocolo, para 10 secretários das diferentes unidades orgânicas da AT.

No âmbito dos Memorandos de Entendimento firmados entre a Autoridade Tributária e outras instituições, relativamente ao Sistema Tributário Moçambicano, Educação Fiscal, Aduaneira e Popularização de Imposto, foram realizados 7 cursos, com a participação total de 257 formandos.

5.3.3. Projecto de Formação Virtual – e-Learning

No âmbito do projecto de formação virtual, foi articulado o processo de selecção de funcionários para participarem nos cursos sobre “Nova Regra Ortográfica a nível dos PALOP” e “Práticas Aduaneiras Internacionais no Comércio Externo 2ª edição”, financiado pela CEDDET, tendo sido inscritos inicialmente 15 e 7 funcionários, respectivamente. De referir que, devido a problemas com o sistema informático da AT, aliado aos dos próprios fornecedores de serviços, a AT não participou do curso sobre “Nova Regra Ortográfica”, sendo que o curso sobre “Práticas Aduaneiras”, cuja inscrição subiu para 39 funcionários, teve o seu início no mês de Setembro e término em Dezembro.

5.3.4. Continuação de Estudos, Bolsas e Estágios Académicos

Ainda no âmbito da formação, foram recebidos 148 pedidos de continuação de estudos, tendo todos sido autorizados. Foi autorizado a estudar a tempo inteiro 1 funcionário da UGC-Nampula, no âmbito das bolsas financiadas pela Irish Aid – Embaixada da Irlanda e atribuídas 5 bolsas de estudo para Mestrado em Gestão de Políticas Económicas, na UEM, no período laboral ao mesmo número de funcionários, previamente seleccionados.

5.3.5. Criação de uma Instituição de Ensino Superior de Formação em Matéria de Finanças Públicas

No que se refere a esta matéria, foram submetidas as propostas de Estatuto Orgânico do futuro Instituto Superior de Finanças Públicas e a da Comissão Instaladora ao Gabinete do Ministro das Finanças. Em conformidade, foi produzido o Despacho do Ministro das Finanças, de 11 de Julho de 2011, que cria a Comissão Instaladora da Escola de Formação em Finanças Públicas, dirigida pelo Secretário Permanente do Ministério das Finanças.

5.3.6. Diagnóstico das das Necessidades de Formação para 2012

Esta acção teve o seu início no II Trimestre de 2011. Foram distribuídos os materiais para o diagnóstico das necessidades de formação para 2012 em todas as unidades orgânicas da AT, tendo sido compilados e sistematizados todos os dados recebidos, culminando com a proposta do plano que aguarda aprovação do CST.

VI. ACÇÕES NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

6.1. Projecto E-Tributação

O projecto e-Tributação, que conta com 4 módulos, nomeadamente Registo de Contribuintes, Receitas do Estado, Rede de Cobrança e Apoio à Gestão, está ainda a trabalhar com o primeiro módulo, cuja implementação está prevista para finais do 1º semestre de 2012.

No ano de 2011, foram realizadas as seguintes actividades de destaque:

- foi elaborado o modelo de negócio do módulo de registo de contribuintes, entregue pela equipa de negócio a 27 de Setembro de 2011 à equipa técnica, com base no qual esteve até Dezembro a elaborar o desenho da solução e desenho técnico, para, de seguida, iniciar o desenvolvimento. De referir que o desenho da solução e desenho técnico incluem a estratégia de migração de dados e a ligação com alguns sistemas internos e externos.
- foi dado o início das actividades de elaboração do modelo de negócio de IVA/ISPC e Processos Comuns a todos os impostos, que, segundo o cronograma, segue o módulo de registo de contribuinte.

A efectivação do Projecto conta com diversos ambientes, tais como de desenvolvimento, de testes, de produção, etc. Estes ambientes requerem equipamento informático, cujo contracto de fornecimento com o fornecedor vencedor esteve até o final do período em alusão a espera do visto do Tribunal Administrativo. De salientar que enquanto não se concretizava a entrega do equipamento, de forma a evitar o incumprimento do cronograma foram adquiridos, configurados e instalados 3 servidores formando um ambiente de desenvolvimento temporário no qual a equipa técnica esteve a trabalhar.

Das discussões com o *Investment Climate Facility (ICF)* com vista ao financiamento do Projecto Portal do Contribuinte, resultou a criação do Projecto de Modernização de Serviços do Contribuinte, o qual ficou dividido em duas fases, a 1ª correspondendo à implementação da central de atendimento (*Call Center*) e a 2ª ao Portal do Contribuinte, esta última que depende da implementação do sistema e-Tributação, portanto evoluindo segundo a implementação dos seus módulos. A primeira fase deste projecto foi aprovada pela gestão do *ICF* a 27 de Setembro de 2011 e o acordo entre o *ICF* e o Governo de Moçambique foi assinado por S. Exa. o Ministro das Finanças a 29 de Dezembro de 2011.

6.2. Projecto da Janela Única Electrónica

A JUE possui 17 módulos estando outros 7 em fase de finalização, até ao final do período. A JUE possui 17 módulos, estando outros 7 em fase de finalização, até ao final do período. Através destes módulos, estão disponíveis as funcionalidades de submissão electrónica do manifesto de carga pelos agentes de navegação, submissão da declaração electrónica pelos despachantes, registo e validação de pagamentos de imposições pelos bancos comerciais, confirmação da entrega das mercadorias pelos operadores de terminais, para além de muitas outras funcionalidades, tais como de gestão da pauta aduaneira, de garantias e de controlo de risco pelas Alfândegas.

Desde 19 de Setembro de 2011, após 18 meses de acções preparatórias, a JUE foi disponibilizada para utilização no processo de desembaraço de mercadorias no Porto de Maputo. Um número seleccionado de agentes de navegação, despachantes e operadores no Porto de Maputo foi treinado na utilização do sistema. Várias mercadorias já foram desembaraçadas via este sistema com pagamento de imposições no BCI, que já possui a interligação com a JUE já testada e funcional.

Para além do BCI, o MBIM iniciou os testes de sincronização dos seus sistemas informáticos com a JUE para registo e validação dos pagamentos efectuados nas suas agências. Encontros técnicos preliminares decorrem com o Standard Bank, Mozabanco e Banco Único para a sua adesão ao processo, enquanto outros bancos, depois dos encontros iniciais, ainda não manifestaram estarem preparados para aderir a este projecto.

Relativamente à fase II do projecto, decorreram no terreno inúmeros encontros entre a equipa do projecto e os diversos sectores das Alfândegas e outras instituições, incluindo Ministérios, para a recolha de informações destinadas ao desenho e configuração dos módulos da fase II da JUE. As funcionalidades e módulos da segunda fase deste projecto incluem gestão de importação de produtos petrolíferos, módulo de gestão de armazém de leilões, módulo de gestão de ofensas, módulo de ministérios e agências de controlo para a gestão de emissão de autorizações de importação e exportação por estas entidades.

A lista dos principais módulos e funcionalidades para serem incluídos na fase II do projecto inclui:

- Módulo de Emissão de Licenças (MIC; MINAG, MISAU, CPI, MTC);
- Módulo de Gestão de Leilões (Alfândegas);
- Módulo de Pedidos e Gestão de Isenções;
- Módulo de Gestão de Ofensas;
- Módulo de Gestão de Importações de Produtos Petrolíferos;
- Módulo de Importação e Exportação de Viaturas;
- Módulo de Gestão de Passageiros
- Entre outros.

Decorreram ainda acções de divulgação e sensibilização sobre a JUE desde o arranque da implementação deste projecto em Janeiro de 2010. Estas acções têm por finalidade preparar os utentes para as novas modalidades de troca de informação com as Alfândegas, assim como a sua preparação para o uso da JUE. Neste processo, foram realizadas centenas de reuniões de sensibilização em todo o País que incluíram encontros individualizados com empresas de mineração em Tete e em Maputo, operadores portuários em Maputo, Beira e Nacala, grandes projectos como Mozal, entre outros. Em todos os encontros nas províncias para apresentação e discussão sobre o projecto, foram envolvidos os gestores aduaneiros e funcionários das Alfândegas.

As acções de sensibilização incluíram reuniões com as Alfândegas da Suazilândia, Zimbabwe e Malawi.

Uma das principais actividades levadas a cabo, no período em análise, foi a formação de utilizadores. Estas actividades foram precedidas por um programa de treinamento dos futuros formadores em metodologias de formação levadas a cabo por uma empresa especializada da África do Sul. De seguida, a empresa produtora dos sistemas da JUE realizou uma formação avançada dos formadores no uso do sistema Tradenet e CMS.

Desde o início, a 1 de Setembro, do programa de formação de utilizadores da Janela Única Electrónica, já foi formado um total de 69 funcionários e 115 do sector privado, entre operadores do Porto de Maputo, colaboradores de bancos comerciais e despachantes aduaneiros.

Ainda em 2011, o projecto da JUE foi oficialmente lançado a 09 de Dezembro e decorreram trabalhos de implantação da infra-estrutura tecnológica para os portos da Beira e Nacala.

6.3. Funcionamento e Disponibilidade dos Sistemas Informáticos

O funcionamento e disponibilidade dos sistemas informáticos em uso na AT, durante o ano de 2011, foi razoável, tendo em conta que se manteve estável nos locais onde estes se encontram instalados, não tendo sido reportados casos de indisponibilidade que comprometessem o processo normal de cobrança de receitas, graças à manutenção profiláctica regular dos plataformas actuais que permitem o funcionamento das áreas operacionais e administrativas da AT, bem como actualização de modo a acomodar nos sistemas a legislação vigente, contando com a intervenção do financiamento com recurso aos fundos externos nesta acção.

6.3.1. Sistemas de Comunicações

No âmbito da expansão das infra-estruturas de comunicação, foi estabelecido o acesso dos serviços da RENA para as DAF's, UGC's e Delegações Provinciais. Contudo, os utilizadores do sistema enfrentaram a lentidão da velocidade de acesso e, para melhorar, procedeu-se à interligação via fibra óptica de alguns *sites* de maior fluxo de dados, tais como, entre a Fonte Azul e a DGA; a Fonte Azul e DGI (nos 33 andares); a Fonte Azul e GCI (no Prédio 1008), esperando estender este serviço ao GPECI, em 2012.

Paralelamente, realizaram-se intervenções de raiz na (i) DAF do Jardim; (ii) Delegação Provincial da Província de Maputo, na Matola; (iii) Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária; (iv) Repartição de Infra-estrutura da DRS; e (v) GCIm.

6.3.2. Gestão do Equipamento

No concernente à gestão do equipamento informático, no ano em alusão foram desenvolvidas infra-estruturas de comunicação necessárias, que consistiram no apetrechamento do parque em resultado do levantamento de necessidades feito a nível nacional, que ditou a aquisição e distribuição, em substituição, do equipamento informático, nomeadamente: computadores, impressoras, UPS's, certificadoras, terminais portáteis, *routers*, peças e acessórios de todos os equipamentos que já não respondiam com a eficiência requerida, equipamentos das plataformas actuais para permitir o funcionamento das áreas operacionais e administrativas e acções de manutenção profiláctica de modo a garantir o funcionamento regular dos sistemas, para o cumprimento das funções acometidas à AT.

Ainda neste âmbito, foram realizadas à escala nacional actividades de actualização da versão do anti-vírus McAfee 8.7i para 8.8, a instalação do novo antivírus Kaspersky e a sensibilização aos utilizadores para as melhores práticas que estes devem seguir para o uso adequado dos equipamentos ao seu dispor, cujo objectivo é garantir a sua maior durabilidade.

6.3.3. Sistema TIMS

No que diz respeito ao Sistema TIMS, durante o ano em apreciação, manteve-se estável nos locais onde se encontra instalado, não tendo sido reportados casos de indisponibilidade que comprometessem o processo de cobrança de receitas. Ainda assim, foram implementadas as

actualizações da pauta aduaneira emanadas nos acordos de trocas comerciais da SADC e, em parceria com outras instituições e membros do grupo de trabalho de estatísticas do comércio externo, foram também desenvolvidas acções que visavam o melhoramento da qualidade dos dados estatísticos, tais como a correcção de DU's com erros de digitação, o desembaraço de DU's pendentes, a formação dos despachantes e funcionários das Alfândegas que lidam com a tramitação dos DU's.

6.3.4. Sistema SICR

O SICR, de modo geral, manteve-se estável nos locais onde se encontra instalado, não tendo sido reportados casos de indisponibilidade que comprometessem o processo de cobrança de receitas. Não obstante o bom desempenho deste sistema, houve anomalias, dentre as quais se destaca a indisponibilidade dos serviços de emissão de mapas e recibos do SICR. Para a superação destas anomalias, para além das intervenções remotas, foram realizadas acções no terreno que consistiram na implementação de uma nova arquitectura deste aplicativo e respectiva formação dos usuários e foram substituídos os respectivos servidores para melhorar a performance do sistema na DAF de Pemba, na UGC da Beira, na DAF de Chimoio e na DAF de Nacala.

Adicionalmente, fez-se o devido acompanhamento técnico aos processos de transferência de Impostos sobre Veículos, Sisa, entre outros, aos municípios, através da deslocação de técnicos da AT para os Municípios de Tete, Moatize, Ulónguè, Maxixe, Namaacha e Xai-Xai, que culminaram com a validação de sistemas de cobrança do ISV daqueles municípios, garantindo, deste modo, uma transição sustentada do processo de cobrança dos impostos acima citados.

6.3.5. Sistema NUIT

Em relação ao sistema NUIT, este manteve-se estável nos locais onde se encontra instalado, pese embora tenham sido reportados casos de lentidão em momentos de pico, situação derivada do facto de um elevado número de utilizadores aceder ao sistema em simultâneo.

Assim, como forma de permitir que mais usuários tenham acesso ao aplicativo em simultâneo, aumentou-se o número de conexões (passando de 150 para 300 acessos), bem como, foi incorporada a funcionalidade que limita o tempo de permanência no sistema de usuários sem actividade, como também, foi dada a continuidade ao uso do NUIT Offline.

6.3.6. Sistema PHC

O sistema PHC é uma ferramenta de auxílio à gestão da parte administrativa da AT. Porque o mesmo contribui para o melhoramento e uniformização dos processos de trabalho dentro da organização, fez-se a expansão do mesmo para todas as delegações provinciais da AT, facilitando o lançamento da efectividade, mérito, declaração anual de rendimento, localização do funcionário e emissão de guias de marcha, para efeitos de transferência ou deslocamento em missão de serviço.

A nível central, foi aperfeiçoado o mecanismo de envio electrónico do comprovativo de salário (recibo), foi desenvolvido o módulo de Aprovisionamento, de acordo com o *Just in time*,

também foram desenvolvidos os módulos de Contrato e Património. Realçar que esses módulos (Aprovisionamento, Contrato e Património) estão interligados, para garantir uma gestão mais coesa. A expansão destes módulos para as delegações provinciais da AT está prevista para o ano de 2012.

6.3.7. Outros Sistemas

No tocante a outros sistemas, o do **Juízo das Execuções Fiscais (SIJEF)** é que mereceu maior atenção, ao receber novas funcionalidades, de modo a permitir uma melhor dinâmica no processo de cobrança coerciva, das quais se destacam i) pagamento em prestações e ii) emissão de novos relatórios; e ter sido expandido para as regiões Centro e Norte, incluindo a formação dos respectivos usuários.

Ainda no âmbito de outros sistemas, iniciou-se o desenvolvimento das funcionalidades “**Módulo de Aprovisionamento e Contratos**” cuja implementação vai representar ganhos significativos para a gestão do aprovisionamento através da sua interligação com o módulo de contratos, com a sua conclusão, formação dos utilizadores e implementação prevista para o final do I trimestre de 2012.

No “Módulo do Património”, foram incorporadas novas funcionalidades para a inventariação do património da Autoridade Tributária de Moçambique, que consistem em proceder à leitura das etiquetas, recorrendo a leitores ópticos e posterior descarga no sistema.

No que concerne ao desenho e implementação do sistema de vídeo-conferência para AT, durante o ano de 2011, foram realizadas actividades preparatórias que consistiram em reuniões técnicas de desenho da solução e plano de implementação, que culminou com a aquisição do equipamento para a central e sedes regionais Centro e Norte. Adicionalmente, instalou-se o sistema na central, de onde se procedeu ao teste de operacionalidade, com sucesso, ligando o provedor de serviços e a central.

6.4. Página WEB

A página *web* da Autoridade Tributária de Moçambique tem como objectivo principal divulgar ao público, de forma geral, e aos agentes económicos, em especial, bem como aos funcionários da instituição, a visão, missão, valores, objectivos, principal legislação, procedimentos e modelos declarativos em matéria fiscal e aduaneira, os instrumentos de gestão e realizações da organização, bem como outra informação relevante, no exercício contínuo orientado para a edificação de uma imagem empática e motivadora do sujeito passivo no cumprimento do seu dever de cidadania fiscal.

No ano 2011, concretamente no dia 15 de Fevereiro, houve um ataque a um dos servidores da Rede Electrónica do Governo de Moçambique (GovNET por piratas cibernéticos denominados por “*hackers* turcos” de 2011, vandalizando a página WEB da Autoridade Tributária de Moçambique (ATM), criando transtornos aos utilizadores.

Esta vandalização ocorreu devido à vulnerabilidades do JOOMLA — um *CMS (Content Management System)* escrito em PHP e com recurso a bases de dados MySQL — via acesso parcial a um dos servidores onde estão hospedadas algumas páginas de instituições do Estado desenvolvidas em JOOMLA.

Logo que a equipa de segurança da GovNET detectou o ataque dos *hackers*, com as consequências referidas, foram tomadas as seguintes linhas de acção:

- a) remoção das páginas afectadas da rede global através da desconexão total do servidor da rede;
- b) auditoria ao servidor, para identificar as origens e tipos de ataques perpetrados;
- c) instalação e configuração de um novo servidor com sistema operativo mais recente e actualização do servidor *web* e ferramentas associadas;
- d) instalação de ferramentas de segurança adicionais, tais como *WAF (Web Application Firewall)*; e
- e) início da reposição dos *websites*, com segurança reforçada e em colaboração com os *focal points* das instituições.

Medidas adicionais adoptadas consistiram no seguinte:

- a) imposição da observância do documento JOOMLA SECURITY CHECKLIST às instituições que tenham os seus *websites* implementados através do CMS JOOMLA;
- b) introdução de testes de vulnerabilidade dos *websites* hospedados e a hospedar na GovNET; e
- c) elaboração duma directiva contendo os requisitos mínimos que devem ser observados na construção de páginas *Web* a serem hospedadas na GovNET.

O processo de recuperação e desenvolvimento da página *Web* da AT exigiu esforços conjugados entre as equipas da AT e do GovNET - UTICT e culminaram com a definição de directrizes de segurança para prevenir ataques e, como desafios para a AT, mostrou-se necessário proceder (1) ao redesenho da sua página *Web*; (2) à formação de pelo menos 10 funcionários para o desenvolvimento, alimentação e manutenção da página *Web* e (3) ao desenvolvimento de aplicativos específicos para o esclarecimento pontual de dúvidas relativas a procedimentos

tributários via *Web*.

Mesmo com este abalo, a página *Web* mostrou-se relevante no processo de disseminação de informação sobre os estágios a seguir por parte dos candidatos às vagas no quadro do pessoal da AT e para o projecto e-tributação, tendo, nesta fase, sido alvo de inúmeras visitas.

VII. GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

7.1. Execução do Orçamento

Para o ano de 2011, foi fixado o orçamento de despesa para a AT no montante total de 2.257,01 milhões de MT, dos quais 1.949,08 milhões de MT, para despesas de funcionamento, e 307,93 milhões de MT, para despesas de investimento, 69,43 milhões de MT com recursos externos para o Suporte à Reforma Tributária (Fundo Comum) e 124,71 milhões de MT referentes ao Projecto de Fronteira de Paragem Única Ressano Garcia/Lebombo.

O orçamento aprovado para 2011 remetia a instituição a adoptar políticas de austeridade, pois, perante desafios acrescidos, registava uma redução do seu orçamento na ordem de 13,98% face ao ano de 2010 (com um total de 2.623,91 milhões de MT).

Com efeito, a instituição teve que solicitar a libertação dos cativos obrigatórios para fazer face a despesas inadiáveis, tais como água e electricidade, comunicações, consumíveis de escritório, entre outras, tendo sido solicitados reforços da dotação e redistribuições de verba entre projectos inscritos. Todas estas alterações orçamentais conduziram a uma nova estrutura do orçamento, tendo a dotação final se fixado em 3.024,40 milhões de MT.

A execução do orçamento nas Direcções Regionais e Delegações Provinciais, com a excepção de Maputo-Cidade, Maputo-província e Niassa, teve início no mês de Abril, dada a demora na disponibilização das dotações.

Durante o período em análise, foi executado o montante total de 2.924,02 milhões de MT, correspondentes a 92,68% da dotação disponível, sendo 2.654,30 milhões de MT com recursos internos, 124,60 milhões de MT no Projecto da Fronteira de Paragem Única e 145,12 milhões de MT com recursos externos (Fundo Comum), conforme a tabela 32 e o gráfico 20.

Comparativamente ao período homólogo de 2010, no que se refere à execução dos recursos internos, nota-se um crescimento nominal de 30,00%, cuja execução foi de 2.042,93 milhões de MT.

Tabela 32. Balancete de Execução do Orçamento – 2011

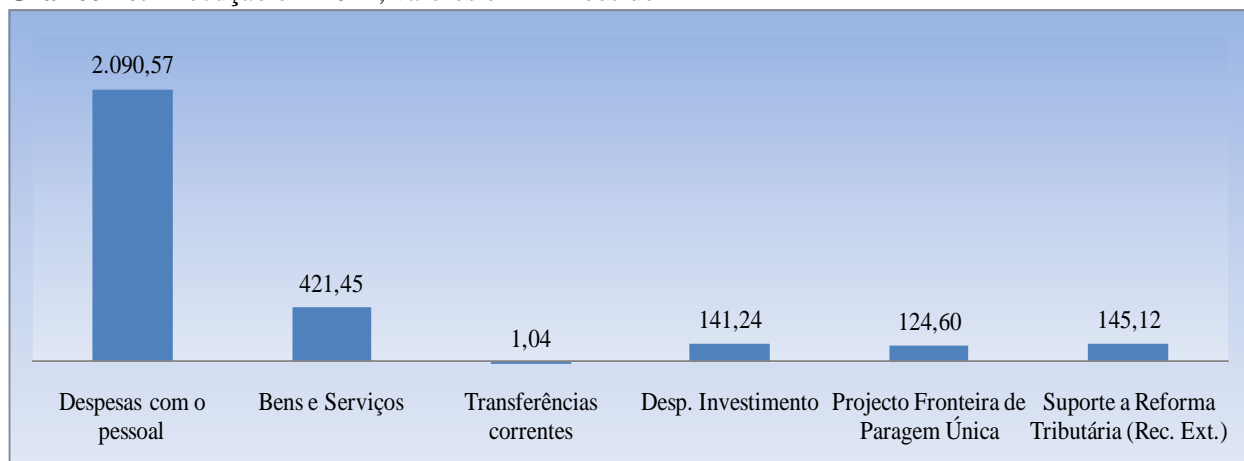
Unidades 10⁶MT

Class. Econ	Descrição	Dotação Orçamental	Dotação Disponível	Reforço/Variação	Dotação Actualizada	Executado em 2011	Saldo	Desp. Em %	Estrutura/Despesa
1	Despesas com o pessoal	1.835,26	1.560,25	531,40	2.091,65	2.090,57	1,08	99,95%	78,76%
12000	Bens e Serviços	111,52	111,52	363,05	474,57	421,45	53,12	88,81%	15,88%
14	Transferências correntes	2,30	2,07	0,14	2,21	1,04	1,17	47,06%	0,04%
21	Desp. Investimento	113,80	112,13	42,25	154,38	141,24	13,14	91,49%	5,32%
Sub-TOTAL		2.062,88	1.785,97	936,84	2.722,81	2.654,30	68,51	97,48%	100,00%
Projecto Fronteira de Paragem Única		124,71	124,71	0,00	124,71	124,60	0,11	99,91%	
Suporte a Reforma Tributária (Recursos Externos)		189,63	189,63	117,85	307,49	145,12	162,37	47,20%	
TOTAL GERAL		2.377,22	2.100,31	1.054,69	3.155,01	2.924,02	230,99	92,68%	

Fonte: DGSC – DF

O total do orçamento executado pela AT no ano de 2011 representa uma cifra de 3,60% do total de receita arrecadada no período em análise.

Gráfico 20. Execução em 2011, valores em milhões de MT



7.1.1. Salários e Remunerações

No que diz respeito à despesa com salários e remunerações, durante o ano de 2011, foram gastos 2.104,80 milhões de MT, equivalentes a 101,81% em relação à dotação disponível, facto que se prende com a implementação do estatuto remuneratório do pessoal da AT, instrumento jurídico que visava alcançar o equilíbrio entre as áreas tributária e aduaneira, a partir do mês de Setembro. Face a esta realidade, foi liberto o cativo obrigatório no valor de 274,46 milhões de MT e reforçada a dotação em 0,94 milhões de MT. Durante o mês de Novembro, uma nova injeção foi feita, no valor de 236,59 milhões de MT. Este facto reitera a necessidade de ponderação no acto da aprovação do orçamento.

7.1.2. Outras Despesas com o Pessoal

A execução desta rubrica, durante o período em análise, situou-se em 94,25% correspondente ao montante de 13,30 milhões de MT. Entretanto, algumas despesas relativas a subsídios de assentamento não foram realizadas, tendo transitado o montante de 0,99 milhões de MT, a serem liquidados no exercício económico de 2012.

7.1.3. Bens e Serviços

No que se refere à rubrica Bens e Serviços, a dotação disponível aprovada foi de 102,08 milhões de MT, financiado por fundos do tesouro e receitas próprias, tendo, no decurso da sua execução, liberto o cativo obrigatório e reforçado a dotação, o que culminou com uma dotação disponível de 472,07 milhões de MT, incluindo receitas próprias e consignadas. O nível de execução foi de 90,01% da dotação actualizada, correspondente a 424,89 milhões de MT, sendo o saldo de 47,17 milhões de MT, do qual 0,81 milhões de MT é referente a receitas próprias e 38,75 milhões de MT são de receitas consignadas, por falta de cobrança.

7.1.4. Despesas de Investimento

No tocante à execução em investimentos, esta atingiu um nível de 91,40% da dotação disponível, o equivalente a 141,10 milhões de MT. De um modo geral, todos os projectos beneficiaram de reforços, perfazendo um total de 41,64 milhões de MT. Dos oito projectos inscritos, três encontram-se com saldo nulo, não sendo expressivo o saldo dos demais.

7.1.5. Implementação e Execução do Orçamento da Fronteira de Paragem Única

O Projecto da Fronteira de Paragem Única é financiado com recursos do tesouro, sendo que, no presente exercício económico (2011), o seu orçamento foi fixado em 124,71 milhões de MT, dos quais 122,54 milhões de MT inscrito na rubrica de “Construções” (211000) e 2,17 milhões de MT inscritos na rubrica de “Outra Maquinaria e Equipamento” (212099).

Durante o período em análise, foi executado um montante total de 124,63 milhões de MT, equivalente a 99,94% do total disponível. Na rubrica de bens e serviços, a despesa de destaque é a de Renda de Instalações (122004). Esta despesa resulta do facto de se ter arrendado casas para albergar as famílias que residiam no espaço físico abrangido pelo projecto (estrada alternativa) e era de todo o interesse desocupar a área para o arranque efectivo da obra.

Moçambique, em parceria com o Governo Provincial de Maputo, obteve a concessão de 409 hectares, devidamente demarcados e livres de minas, para acomodar a fronteira comercial no KM4, e garantiu-se a demarcação e colocação de infra-estrutura urbana básica na zona do reassentamento e expansão da vila de Ressano Garcia tendo em conta o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Moamba.

Assim, para o ano 2011, no que respeita a construções, foram realizadas várias actividades com destaque para as seguintes obras:

- a) Constituição de um Terminal de Carga Comercial no Km4, e operacionalizado numa área de 12ha, onde estão montados os escritórios para a Alfândega e Migração de Moçambique e África do Sul e um parque de estacionamento para 120 camiões, com destaca para:
 - i. Melhoramento do parque de estacionamento através da colocação de sarrisca, (pedra fina);
 - ii. Criação de condições para o desembaraço de mercadorias pequenos importadores (vedação de 1,7ha e montagem de alpendre de verificação, guaritas e escritórios para funcionários e despachantes).
- b) Construção da estrada alternativa para a circulação de camiões de carga (obra iniciada em 2010);
- c) Conclusão da construção de 47 casas (do total das 51 casas para o reassentamento das famílias afectadas pelo Projecto);

- d) Reabilitação e ampliação dos antigos escritórios;
- e) Preparação do parque de estacionamento no Km 4.

O impacto do Projecto de Fronteira de Paragem Única em 2011 foi notável, podendo-se destacar o seguinte:

- i. A melhoria na qualidade de atendimento e aumento do fluxo migratório como resultado da abertura do canal de peões;
- ii. O aumento do movimento de camiões de carga como resultado da abertura da estrada alternativa, inaugurada em 2010;
- iii. O descogestionamento da fronteira turística como resultado da segmentação do tráfego; e
- iv. O impacto social que se almeja num futuro muito próximo devido a montagem de infra-estruturas básicas de desenvolvimento (água, electricidade e bairro de reassentamento);
- v. Abertura de dois bancos comerciais como consequência das estruturas básicas de desenvolvimento.

7.2. Património da AT

7.2.1. Parque de viaturas

No que concerne a capacitação institucional em meios de transporte visando criar condições para a flexibilidade nas deslocações de pessoas e bens durante o exercício das suas actividades, foram adquiridas 83 novas viaturas, 50 das quais de marca Mahindra Scorpio (25 de cabines simples e 25 de cabines duplas), 8 Fiat Linea e 25 Ford Ranger de cabine dupla.

Neste período, foram registados 12 sinistros, motivados pelo excesso de velocidade e inobservância das regras básicas de trânsito, dos quais nove já foram regularizados e os restantes encontram-se em processo de regularização, estes sinistros acaretaram um custo de 0,07 milhões de MT, em franquia.

Importa referir que, neste período, houve um crescimento considerável do número de viaturas, o que permitiu uma cobertura de todas as Direcções de Serviços, Delegações Provinciais e respectivas Repartições e quase todas as fronteiras e Ppstos de cobrança. Fez-se ainda a consolidação do Sistema de Gestão Electrónica da Frota, o que contribuiu grandemente para a melhoria do sistema de gestão das viaturas da Instituição.

Devido a avarias constantes, cujo custo anual de operacionalização da frota foi 28,38 milhões de MT, incentivadas pelo estado avançado de degradação, foram levadas ao abate 83 meios de transporte, dos quais 59 viaturas e 24 motorizadas. Este processo foi levado a cabo em todo o País.

Visando a protecção dos meios de transporte de forma a aumentar a sua longevidade, tem-se levado a cabo acções de controlo do comportamento da condução através do aplicativo centralizado de gestão electrónica da frota. Esta actividade tem o objectivo de identificar os maus comportamentos de condução, de modo a desencadear acções de aconselhamento como forma de reduzir o índice de acidentes.

7.2.2. Imóveis e Reabilitações

Foi actualizado o registo patrimonial da AT, com o objectivo de reavaliá-lo e introduzir mecanismos de controlo.

No que diz respeito aos bens imóveis, foram apurados 312, entre escritórios e residências que estão distribuídos por todo o País, como ilustra a tabela 33.

Do total de 312 imóveis, foram registados apenas 18, por reunirem todas as condições necessárias para efeitos de emissão das respectivas certidões. Os demais padecem de vícios nos seus processos de implantação, desde a ausência do projecto à falta de planta topográfica para implantação do projecto de construção. Em suma, não foram respeitados os procedimentos necessários para a edificação que culmina com o registo.

Tabela 33. Imóveis Registados

Ord	Província	Qtd Escritórios	Qtd Residências	Total
1	Maputo Cidade	14	1	15
2	Maputo Província	8	48	56
3	Gaza	4	5	9
4	Inhambane	6	9	15
5	Sofala	0	0	0
6	Zambézia	19	29	48
7	Manica	14	13	27
8	Tete	12	12	24
9	Nampula	13	46	59
10	Cabo Delgado	10	23	33
11	Niassa	10	16	26
Total		110	202	312

Fonte: DGSC

Reabilitações

No decurso de 2011, foram reabilitadas as seguintes instalações:

- DTIC (Fonte Azul) - que consistiram no assentamento do mosaico cerâmico, pintura nas paredes e tecto, revisão da rede de abastecimento de água e de electricidade, limpeza de fossas sépticas e desentupimentos, obra concluída e entregue;
- Posto de Cobrança da Machava – reabilitação de raiz já concluída e feita a entrega no dia 05/09/2011 e aberta ainda em 2011;
- Posto de Cobrança da Xipamanine – os trabalhos de reabilitação consistiram em pequenas remodelações nas alvenarias e a sua inauguração foi a 28/11/2011;
- Posto de Cobrança do Jardim – os trabalhos de reabilitação contemplaram todas as especialidades, tendo merecido a reformulação/adequação do *layout* inicial para os novos serviços. A inauguração do mesmo teve lugar a 15 de Novembro de 2011.
- Posto de Cobrança de Magude – iniciada em 2011, tendo a do alpendre, puarô, garagem e WC exterior passado para o ano de 2012;
- Residência de Magude – iniciada em 2011, com a realização de trabalhos relativos a tecto falso, esgotos, pinturas, cobertura, abastecimento de água, carpintarias e revisão da rede eléctrica; faltando trabalhos de construção de alpendre, puarô, garagem e WC exterior; previsão de conclusão para o 1º semestre de 2012.

- Casas Pré-fabricadas em Ressano Garcia – as obras consistiram na reabilitação completa das casas com destaque para a instalação eléctrica, canalização de água, estrutura de cobertura, enchimento interior dos panos de parede pré-fabricados, pintura geral e arranjo exterior, tendo sido concluídas e entregues aos oficiais afectos à Fronteira.
- Posto de Cobrança de Namaacha – foram reabilitadas e inauguradas as instalações deste Posto de Cobrança, contemplando a revisão da instalação eléctrica, canalização de água, estrutura de cobertura, pintura geral e arranjo exterior e construção de casa de banho pública.

Outras Obras

No que se refere às obras de construção, durante o ano de 2011 foram desenvolvidas várias actividades que consistiram na manutenção dos imóveis da AT, conforme a seguir se indica:

- IFP-Boane – as obras consistiram na construção de raiz de muro de vedação, duas guaritas, bloco administrativo, sanitários, carreira de tiro, zona de obstáculos para treino, furo de água. Foi também cumprida a responsabilidade social que se traduziu na derivação/construção de um fontanário público para a população circunvizinha.
- ESFP-Moamba – As obras consistiram em construção de raiz de vedação com painéis *clearview* (painéis de rede de aço pré-fabricado) numa extensão de 4.5 hectares.
- Posto de Cobrança de Bilene – As obras consistiram na construção de raiz de Posto Fiscal e de Cobrança, residência para funcionários, incluindo o muro de vedação e reabilitação do furo de água. A sua inauguração decorreu a 02 de Dezembro de 2011.
- Construções das 51 casas em Ressano Garcia – As obras estão na fase conclusiva. Deste lote foram recebidas provisoriamente 47;
- Construção de Residência para funcionários em Cassacatiza – Foi concluída e inaugurada a residência T3, incluindo vedação e furo de água;
- Construção de Residências para os Funcionários em Tete (Fase I) – Foi concluída e inaugurada pelo Exmo. PAT a primeira fase que contempla dois blocos geminados de casas T3 (perfazendo 4 casas T3) incluindo furo de água.
- Posto de Cobrança de Inhassoro – Concluído e inaugurado. Mereceu uma requalificação completa das instalações com a introdução de componentes de nova construção civil a destacar a instalação eléctrica, a rede estruturada de dados e voz, a execução de nova rede de esgotos e vedação geral do recinto do Posto. A sua inauguração decorreu a 17 de Agosto de 2011.
- Posto Fronteiriço de Mocumbura – Trata-se de uma obra de raiz (projecto misto escritório - casa T2). A obra contemplou, para além do edifício propriamente dito, a

construção de uma casa de banho pública exterior, parrô, vedação e arranjos exteriores. A sua inauguração decorreu a 30 de Julho de 2011.

Importa também destacar algumas obras que faziam parte das actividades dos anos anteriores, cuja conclusão e inauguração foi em 2011, designadamente dois (02) Postos Fiscais e de Cobrança em Milange na Zambézia, nomeadamente Mambucha e Solija, e ficando por inaugurar outros dois (02) Ppstos, nomeadamente o Posto Fronteiriço de Matchedje, em Niassa, e o Posto Fiscal de Pebane, na Zambézia.

Acrescentam-se alguns serviços que, pela sua importância, mereceram obras, tendo sido concluídas e inauguradas:

- Ex-APIE – Polana, actuais instalações da Delegação da AT - Cidade de Maputo;
- Ex-APIE – Alto-Maé, actuais instalações do Gabinete de Comunicação e Imagem;
- No Prédio “33 Andares”, rés-do-chão - Divisão dos Assuntos Sociais da AT.
- No Prédio “33 Andares”, 7º Andar - instalações do Projecto e-Tributação.

7.2.2.1. Manutenções

Foram efectuadas manutenções de imóveis, remodelações no edifício “33 Andares”, concretamente no 2º andar, o antigo centro social, para acomodar o arquivo da DAFI, e no 3º andar da DGA, para acomodar o projecto de JUE.

Ainda neste período, procedeu-se ao fornecimento e manutenção de extintores e aparelhos de ar condicionado, fechaduras, colocação de diversas placas de identificação das instalações da AT, incluindo as obras construídas e reabilitadas e ainda a distribuição de placas de identificação de funcionários que, devido à exiguidade orçamental, apenas foram atendidos casos extremamente sensíveis.

7.3. Estética

A estética contribuiu de forma significativa para o melhoramento da imagem física da Instituição, sendo de destacar, nesta área, as seguintes actividades:

- Organização dos Arquivos da Sede, Cidade e Província de Maputo e visita às várias instalações da AT a nível nacional com vista a aferir o grau de conservação e organização do património, bem como o aprumo dos funcionários não paramilitares.
- Organização e uniformização do arquivo em diversos sectores da AT, com destaque para a Direcção de Reembolsos, o edifício da Direcção Geral das Alfândegas e a Delegação da Cidade de Maputo, por serem sectores de maior dimensão, tendo se recolhido as pastas para o Arquivo Geral da Manhica; e
- Fumigação e desratização no edifício ‘1008’ e R/C da DGA.
- No tocante à ornamentação, foram construídos jardins na Direcção Geral das Alfândegas, Postos de Cobrança da Namaacha, Jardim, Machava, na Delegação Aduaneira de Ressano Garcia, condomínio das casas pré-fabricadas, e início da montagem do jardim no recinto do Projecto de Fronteira de Paragem Única (Km4).

VIII. PLANEAMENTO E ESTUDOS

8.1. Planeamento

Na área do Planeamento, foram realizadas diversas actividades, destacando-se a conformação do Plano Anual de Actividades da AT para 2011 com o Plano Estratégico 2011–2014, análise e monitoria do cumprimento das actividades face aos indicadores estabelecidos no Plano, bem como a realização de encontros do Grupo Técnico de Apoio à Equipa Executiva de Gestão de Mudanças do CST, a qual visa o acompanhamento sistemático da implementação das acções constantes dos planos estratégico e tático da Autoridade Tributária.

Ao longo do período em análise e no âmbito dos encontros realizados por este Grupo, foi garantida a realização da 1ª Sessão da Reunião da Equipa Executiva de Gestão da Mudança do CST (EEGM), que se realizou no mês de Junho e foi ainda elaborado e harmonizado o Plano Anual de Actividades da AT – 2012 cuja aprovação pelo CST foi agendada para Fevereiro de 2012.

Foram elaborados os relatórios periódicos de desempenho das actividades desenvolvidas pela AT referentes ao I trimestre, ao I semestre e até aos 9 meses, do GPECI e da AT, incluindo a redacção do presente relatório.

Paralelamente a estas actividades, foram elaboradas e fornecidas aos diversos sectores informações relevantes e actualizadas para a preparação de diversos relatórios de avaliação das reformas e políticas implementadas no País, nas componentes de gestão económica, políticas estruturais, políticas de inclusão social e gestão do sector público, nomeadamente, Ministério das Finanças, Ministério do Planificação e Desenvolvimento e Missões do FMI, tais como:

- Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD – PAF 2008-2011), Gestão de Finanças Públicas. Neste contexto, foi elaborada a matriz proposta do QAD 2012 do Governo - Pilar Macroeconómico com as metas dos indicadores da receita, JUE, e-Tributação e NUIT, de 2012, 2013 e 2014.
- Programa de Apoio Financeiro ao Orçamento de Estado, coordenado pelo Banco Mundial;
- Avaliação preliminar dos PAPs (Parceiros de Apoio Programático), sobre o desempenho do Governo nos termos da implementação do PARP em 2010;
- Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011–2014, onde foram elaboradas as notas técnicas para o período 2011 - 2014;
- Aplicação da Metodologia PEFA – Despesa Pública e Responsabilidade Financeira na avaliação da Gestão de Finanças Públicas em Moçambique em 2010;
- PES – Plano Económico e Social – fornecida a informação para a elaboração do Balanço do PES, relativa às actividades da AT realizadas durante o 1º Semestre e durante o ano de 2011, tendo sido ainda submetida a proposta da matriz das acções da Autoridade Tributária para o PES 2012.
- Reforma do Sector Público – fornecido o ponto de situação actualizado das actividades desenvolvidas pela AT, no que se refere às actividades estratégicas indicadas para o 1º Semestre, estando em preparação a informação relativa ao ano de 2011;

- Melhoria do Ambiente de Negócios – fornecida a matriz actualizada do ponto de situação no que se refere ao pelouro da Política Fiscal e Aduaneira.

No âmbito da execução do Fundo Comum da AT, cujo objectivo central é o apoio à Reforma Tributária da AT, fez-se a coordenação da elaboração dos projectos financiados por este mecanismo, elaborados pelos sectores beneficiados, tendo sido aprovados 14 projectos, por reunirem as condições necessárias, tais como o seu enquadramento no plano tático da AT e sua sustentabilidade financeira, a seguir indicados:

- DGA, 5 projectos: i) Curso de Formação de Gestores e Chefes de Equipas; ii) Fiscalização Local, iii) Inspeção nos postos fronteiriços da Zona Centro e Norte; iv) Fiscalização e Auditoria; e v) Operação Final do Ano (Paz e Harmonia);
- DGI, 5 projectos, nomeadamente: i) Base de Dados dos Megaprojectos e Grandes Contribuintes; ii) Sensibilização, Divulgação e Cobrança do ISPC, ao nível dos Distritos e Município; iii) Campanha de Auditorias às Empresas nas Províncias; e v) Controlo de Mercadorias em Circulação;
- DGSC, 1 projecto: Disponibilização, via internet, de Formulários do Pagamento de Impostos;
- GCI, 1 projecto: Instalação de Linhas de Denúncias (*Hotlines*);
- GPECI, 1 projecto: Divulgação do Processo de Integração Regional na SADC e auscultação sobre a implementação do Protocolo Comercial nas Províncias; e
- GCIm, 2 projectos, nomeadamente i) Educação Fiscal, Aduaneira e Popularização de Imposto com recurso à Rádio; e ii) Capacitação de Formadores de Disseminadores de Educação Fiscal.

No âmbito da criação da nova direcção no MPD, para proceder à avaliação e monitoria das actividades desenvolvidas pelos sectores da função pública, foi elaborada a proposta de Plano Sectorial da AT, em coordenação com a Direcção de Estudos e Análises Económicas do MF.

No que se refere às relações da AT com os Parceiros de Cooperação, realizaram-se encontros regulares e procedeu-se á harmonização das actividades a serem realizadas em 2012.

8.2. Estudos

No que se refere aos Estudos, no período Janeiro/Dezembro de 2011, deu-se continuidade ao Estudo sobre o Impacto do Imposto de Selo, tendo sido feito o levantamento das situações em que é exigido selo e sua análise, com vista à possibilidade da sua eliminação, estando no processo de sistematização das recomendações.

Foi concluído o estudo para a alteração do regime jurídico da retenção na fonte do IRPS sobre rendimentos da 1ª categoria, visando eliminar ou reduzir o volume de reembolsos, tendo-se apresentado uma proposta de tabela de retenção na fonte com taxas proporcionais ao imposto devido a final, que reduzirá consideravelmente o número de sujeitos passivos em situação de credor ou de devedor.

Foi concluído o estudo de Avaliação da Implementação da Lei nº 17/2009, de 10 de Setembro, que aprova o Código do Imposto sobre Consumos Específicos (ICE), visando avaliar a implementação do referido dispositivo legal, no decurso do ano de 2010 na tributação de cigarros, cervejas, vinhos e algumas bebidas espirituosas, bem como bebidas correntemente equiparadas a vinhos e a espirituosas, resultantes de uma simples diluição de álcool etílico potável com água e adição de aromas, essências, extractos, concentrados, corantes e conservantes, essencialmente de produção interna.

Foi encerrado o relatório do impacto do estudo da eliminação dos regimes de tributação simplificada existentes nos Códigos do IRPS, IRPC e IVA, em face da criação do ISPC, donde se pode depreender um impacto fiscal líquido negativo se o regime de tributação simplificada for eliminado na totalidade, podendo reverter o quadro de aumento de receitas, motivação e suporte de receitas a nível das direcções das áreas fiscais e postos de cobrança que estejam mais isolados ou (principalmente) nas zonas rurais.

Foram finalizadas diversas análises do impacto fiscal relativas à prorrogação das isenções em IVA, na comercialização do açúcar, óleos e sabões, e da prorrogação do benefício fiscal de redução da taxa para 10% do IRPC, para o sector agrícola e pecuário, bem como o impacto fiscal da revisão da Lei do ICE para incorporar a cerveja de raízes e de tubérculos.

Foram também concluídas as análises do impacto fiscal relativas à redução da base tributável do IVA para os projectos de electrificação rural e peri-urbana, a introdução da redução da taxa liberatória do IRPC para os rendimentos derivados da prestação de serviços de pesca, cabotagem e energia, e a isenção do IVA nas importações de grãos de milho, bagaço de soja, farinha de peixe, farinha de carne de osso, monofosfato de cálcio, lisina metionina e nas transmissões internas de grão de milho.

IX. REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA

No âmbito da reforma legislativa, foi garantida a harmonização das propostas de diversos instrumentos legais, através da promoção de encontros de auscultação com os sectores e entidades relevantes a nível da AT, de instituições do Governo, do sector privado e de outras entidades como partes interessadas, tendo permitido a elaboração, submissão para aprovação e publicação pelos órgãos competentes, da seguinte legislação:

- **Lei nº 2/2011**, de 11 de Janeiro de 2011, que aprova o Regime Aduaneiro Aplicável aos Mineiros na República da África do Sul – com o objectivo de ajustar este regime ao momento actual e tornar mais adequados os seus mecanismos de controlo;
- **Lei nº 4/2011**, de 11 de Janeiro de 2011, que cria a Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique – órgão representativo dos interesses das pessoas que exercem a actividade de Despacho Aduaneiro e visa regulamentar o registo e certificação das pessoas habilitadas ao exercício da actividade, para além da acção e controlo disciplinar sobre os profissionais do ramo, no que respeita à violação das normas do Estatuto e regulamentos internos;
- **Lei nº 8/2011**, de 11 de Janeiro de 2011, que aprova o Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Tributárias, com o propósito de reduzir o elevado número de processos acumulados nos Juízos das Execuções Fiscais e maximizar a arrecadação das receitas devidas. Este benefício é concedido relativamente às multas, juros e demais acréscimos legais decorrentes do incumprimento da obrigação relativa ao pagamento do imposto e perdão parcial das multas relativas ao incumprimento de obrigações acessórias ao pagamento;
- **Decreto nº 2/2011**, de 16 de Março, que aprova os procedimentos com vista a operacionalizar a Lei nº 8/2011, de 11 de Janeiro, que aprova o Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Tributárias;
- **Decreto nº 3/2011**, de 16 de Março, que aprova os procedimentos com vista a operacionalizar a Lei nº 2/2011, de 11 de Janeiro, que aprova o Regime Aduaneiro Aplicável aos Mineiros na República da África do Sul;
- **Decreto nº 16/2011**, de 26 de Maio, que aprova o Estatuto da Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique;
- **Decreto nº 18/2011, de 26 de Maio**, que estabelece os requisitos e procedimentos para o exercício da actividade de despacho de mercadorias, de harmonia com as previsões da Lei n.º 4/2011, de 11 de Janeiro, que cria a Câmara de Despachantes Aduaneiros de Moçambique;
- **Decreto nº 21/2011**, de 1 de Junho, que aprova o Regulamento da Taxa de Sobrevalorização da Madeira e que visa estabelecer os mecanismos e procedimentos com vista a operacionalizar a Lei que cria esta Taxa;

- **Diploma Ministerial nº 244/2011, de 18 de Outubro**, que altera o nº 1 do artigo 3 do Regulamento de Inspecção Pré-Embarque, aprovado pelo Diploma Ministerial nº 19/2003 de 19 de Fevereiro; e
- **Despacho de Sua Excia. o Ministro das Finanças, de 9 de Março de 2011**, atinente à Regulamentação do Processo e Utilização dos Livros Obrigatórios de Escrituração Mercantil através de Meios Informáticos. Insere-se no processo de simplificação de procedimentos, com vista a facilitar a liquidação e pagamento dos diferentes impostos em vigor e tornar mais simples o cumprimento das obrigações fiscais previstas na lei, através da escrituração por meios informáticos, considerando a evolução operada no domínio das tecnologias de informação.

Ainda neste período, foram também aprovados pelos órgãos competentes, os seguintes instrumentos, cuja publicação passou para o ano de 2012:

- Revisão Pontual da Lei que aprova o Imposto sobre Consumos Específicos – ICE. A revisão visa a isenção do ICE incidente sobre as mercadorias importadas como matéria-prima ou para incorporação na produção industrial, por forma a evitar situações de tributação em cascata deste imposto, o que prejudica esta actividade, bem como tributar, em sede do ICE, com uma taxa diferenciada (10%) a cerveja de raízes e de tubérculos, de modo a encorajar não só a sua produção, como também a comercialização interna;
- Revisão Pontual da Lei que aprova o Texto da Pauta Aduaneira e as respectivas Instruções Preliminares. A revisão deve-se à necessidade da introdução de um novo Código Pautal do Sistema Harmonizado, no Capítulo 22 (Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres), Posição Pautal 2206 (Outras bebidas fermentadas), tendo em vista acomodar a Cerveja de raízes e de tubérculos.
- Revisão da Lei que aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA. A revisão visa: (i) clarificar a redacção de algumas disposições do artigo 9; (ii) isentar do IVA a transmissão de insecticidas, das matérias-primas a utilizar no fabrico de rações destinadas à alimentação de animais de reprodução e abate para o consumo humano, o milho, e a aquisição de serviços de perfuração, pesquisa e construção de infra-estruturas no âmbito da actividade mineira e petrolífera na fase de prospecção e pesquisa; isentar os insecticidas e as matérias-primas para a indústria de rações; (iii) isentar as aquisições de serviços de perfuração, pesquisa e construção de infra-estruturas no âmbito da actividade mineira e petrolífera, simplificando o processo de reembolso do IVA às empresas do sector, aliviando a pressão sobre a Tesouraria do Estado; (iv) estender o prazo de isenção para as indústrias do açúcar e dos óleos e sabões, até 31 de Dezembro de 2015; (v) conformar o artigo 12 às alterações introduzidas no artigo 9, no que se refere às isenções na importação, e porque de acordo com a técnica de funcionamento deste imposto os bens objectivamente isentos nas operações internas também devem estar isentos no acto de importação; (vi) reduzir a base tributável sobre a qual incide o IVA, nas prestações de serviços de electrificação rural, como um incentivo à expansão dos projectos públicos, tendo em conta que a energia eléctrica é um veículo imprescindível para o

desenvolvimento socioeconómico do País; e (vii) alargar o prazo para o exercício do direito à dedução, no que respeita à dedução do IVA suportado na aquisição de bens e serviços pelos sujeitos passivos, uma vez que o actualmente fixado tem-se mostrado prejudicial para os sujeitos passivos

- Revisão da Lei que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas, tendo em vista: (i) estender o prazo, para mais 5 anos, da taxa reduzida de 10% para o sector agrícola e pecuária; individualizar lucro apurado no final de cada exercício por cada licença ou concessão mineira e petrolífera, bem como a sua contabilidade, de modo a que os resultados de cada unidade mineira ou petrolífera possam ser claramente distinguidos; (ii) incluir a possibilidade de os sujeitos passivos que incorram em despesas com remunerações de estudantes finalistas em regime de estágio pré-profissional, deduzirem-nas até ao limite de 25% dos encargos escriturados, a esse título, no respectivo exercício; (iii) excluir da dedução, para efeitos de determinação do lucro tributável, os encargos com os impostos específicos das actividades mineira e petrolífera; e (iv) introduzir a taxa liberatória de 10% para custos em construção e reabilitação de infra-estruturas de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica nas zonas rurais, no âmbito de projectos públicos de electrificação rural, e do afretamento de embarcações marítimas para a realização da actividade pesqueira e de cabotagem, prestados por entidades não residentes em Moçambique.
- Diploma Ministerial que aprova o Regulamento do Desembaraço Aduaneiro de Mercadorias; visa regulamentar o Decreto nº34/2009, de 6 de Julho, que aprova as Regras Gerais de Desembaraço Aduaneiro de Mercadorias.
- Decreto que introduz os artigos 2-A e 2-B e altera o artigo 7 do Regulamento do Código do Imposto sobre Consumos Específicos;
- Decreto que altera os artigos 4, 8 e 36 do Regulamento do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas; e
- Decreto que altera os artigos 4, 6, 15, 55 e 56 do Regulamento do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Garantiu-se ainda a participação na produção de importantes instrumentos normativos da Instituição, nomeadamente:

- Regime de Transição e Enquadramento dos Funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique, integrados nas carreiras de regime especial diferenciadas da Administração Tributária dos Impostos, das Alfândegas de Moçambique e em demais carreiras da Administração Pública, para as carreiras da Autoridade Tributária de Moçambique, aprovado pela Resolução nº 5/2011, de 30 de Março (BR nº 13, I Série);
- Regulamento Interno da AT, que aguarda a aprovação dos diplomas legais que criam e procedem à classificação e reclassificação das Áreas Fiscais e das Delegações Aduaneiras

de Fronteira; que cria as Delegações Aduaneiras que não sejam de Fronteira, assim como a Criação dos Postos Fiscais;

- Regulamento Interno das Comissões Especializadas do Conselho da Fiscalidade – aprovado por Despacho do Exmo. P – AT de 24 de Junho de 2011.
- Regulamento do Conselho da Fiscalidade – aprovado por Despacho do Exmo. P – AT de 16 de Setembro de 2011.

X. DOCUMENTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO

10.1. Área de Bibliotecas

A área das bibliotecas funciona com cinco unidades, conforme a tabela 34, sendo a Biblioteca Central a que possui maiores quantidades em termos de livros, seguida da Biblioteca do IFPFT e a réplica da Biblioteca Central no CST, com menos livros. As bibliotecas regionais Centro e Norte foram instaladas nos meses de Julho e Setembro. Sendo que o objectivo principal é de que o fundo bibliográfico venha a compor o fundo da Biblioteca da AT a ser instalada no futuro edifício da AT.

Tabela 34. Situação de Livros na Biblioteca da AT

Descrição	Bibliotecas				
	Central	Réplica da BC no CST	IFPFT - Sede	DRC	DRN
Obras Recebidas	1.117	182	697	460	504
Obras por Receber	-	-	-	38	38
Total					3.036

Fonte: GPECI – DIDOTI

No âmbito do processo de compra de livros e CD's no ano de 2011, foram adquiridos 1.543 livros e 41 CD's, dos quais foram recebidos 1.337 livros e 6 CD's, esperando-se que em 2012 sejam recebidos os restantes 206 livros e 35 CD's, repartidos como se apresenta na tabela 35.

Tabela 35. Relação Obras Adquiridas e por Receber

Nº	Livraria/ Fornecedor	Obras Compradas	Obras Recebidas	Obras por Receber
1	Editora Escolar	872	872	0
2	Minerva Central	448	242	206
3	Mabuko	134	134	0
4	CEDIMO	30	30	0
5	Imprensa de Moçambique	6 CD's	6 CD's	0
		2	2	0
6	Texto Editores	44	44	0
7	Abílio Guimarães	13	13	0
8	Pandora Box	35 CD's	0	35 CD's
Livros	Livros	1.543	1.337	206
	CD's	41	6	35

Fonte: GPECI - DIDOTI

Por forma a facilitar o registo e busca de informação, foi instalado no mês de Junho, o Sistema de Gestão de Bibliotecas (SIGEB), na biblioteca do IFPFT, permitindo um acesso rápido a toda informação e documentos existentes no acervo da biblioteca.

No que concerne ao uso das bibliotecas pelos utentes, foram cedidos, por empréstimo 1.412 obras a nível de todas bibliotecas da AT, conforme ilustra a tabela 36, tendo sido aplicadas 21 multas por atraso na devolução das obras, em observância do estabelecido no Regulamento

Interno dos CEDOTI's, procedimento que visa desencorajar o uso prolongado das obras que poderiam estar a ser utilizadas por outros utentes.

Tabela 36. Empréstimos de Livros

Descrição	Bibliotecas				
	Central	Réplica da BC no CST	IFPFT-Sede	DRC	DRN
Empréstimos de Livros	1.149	0	167	64	32
Total	1.412				

Fonte: GPECI – DIDOTI

10.2. Área dos Arquivos

A área dos arquivos da AT funciona com quatro arquivos Intermediários/ Permanentes sendo um na Região Norte, um em Tete para a Região Centro e dois para a Região Sul, sendo um para área aduaneira, junto à DAI e outro na Manhica, junto à DAF da Manhica, este para os Impostos Internos.

Para além da reorganização dos Arquivos Permanentes da AT para a área Aduaneira e dos Impostos Internos, foi consolidada a implementação, na íntegra, do Decreto 36/2007, de 27 de Agosto, tendo sido para o efeito:

- a) Criada a Comissão de Avaliação de Documentos da AT (CADAT), através do despacho de 14/06/2011 do Exmo. P-AT e homologada através do despacho de 06/07/2011 do Exmo. Sr. Vice-Ministro da Função Pública e publicada no B.R. nº 45, I Série, de 09 de Novembro de 2011. Esta Comissão reuniu-se em cinco sessões ordinárias de trabalho e três extraordinárias, nas quais debateram-se várias matérias de natureza arquivística, destacando-se a proposta de Plano de Classificação de Documentos das Actividades-Fim da AT e o Plano de Actividades da CADAT para 2012;
- b) Aprovado o Regulamento Interno dos Arquivos da AT através do despacho de 08/06/2011 do Exmo. P-AT, como um instrumento regulador da actividade arquivística na AT e, como forma de operacionalizar o referido regulamento, foi produzida e amplamente divulgada nas unidades orgânicas a Circular nº 02/AT/GPAT/992/2011;
- c) Reorganizados os Arquivos Permanentes do AT, incidindo sobre os dois da Região Sul, nomeadamente, na DAF da Manhica e na Direcção de Auditoria Investigação e Inteligência, e efectuadas recolhas de documentos, tendo sido abrangido o Gabinete de Controlo Interno, a Direcção de Finanças, Delegação Aduaneira de Ressano Garcia, TIAR, anexo do B6, a DRIVA, a DRIR, a DAF do 2ª Bairro Fiscal, da Matola e do Chókwè;
- d) Realizadas duas acções de capacitação para 75 secretárias de direcção, afectas aos órgãos centrais e a Direcção Regional Sul, nas quais se abordou a temática da gestão documental.

10.3. Área dos Museus

No âmbito da visita à Direcção Regional Norte, uma equipa de trabalho visitou a Ilha do Ibo, tendo identificado diverso material museológico de interesse para a AT (documentos antigos, objectos e relíquias), para os quais se recomenda, com carácter urgente, a transferência e acomodação em instalações mais seguras, principalmente os documentos, para uma melhor conservação e preservação.

Com efeito, em cumprimento das recomendações do CST do dia 16/11/11 e do despacho Director-geral do GPECI de 01/11/2011, recaído sob o referido relatório, as condições de conservação, preservação deverão ser garantidas pela Delegação Provincial de Cabo-Delegado.

XI. INTEGRAÇÃO REGIONAL

No que concerne à implementação da Zona de Comércio Livre da SADC, no ano de 2011 procedeu-se ao levantamento de dados necessários em todas as estâncias aduaneiras das regiões Sul, Centro e Norte, de modo a avaliar-se as transacções comerciais de Moçambique com os países da SADC mediante o uso do certificado de origem, assim como apurar o impacto fiscal resultante da aplicação do regime preferencial.

O valor total das importações efectuadas em 2011 incluindo as importações feitas no âmbito da implementação de grandes projectos foi de 114.592,81 milhões de MT, dos quais 40,40% tiveram como proveniência países que fazem parte da SADC e 59,60% do resto mundo. Das importações com origem da SADC, 92,37% provêm da RAS e 7,63% dos demais países da Região, conforme a tabela 37.

No concernente às importações de Moçambique provenientes da SADC, em termos absolutos, o País importou dos países da SADC mercadorias no valor global de 46.296,12 milhões de MT, sendo que, deste valor, 15.350,50 milhões de MT é que beneficiaram do tratamento preferencial da SADC, mediante a apresentação de certificados de origem. Este valor corresponde a cerca de 33,16% do volume de importações de Moçambique provenientes da SADC, o que representa um acréscimo de 2,16% em relação ao período homólogo de 2010.

Tabela 37 Total das Importações Realizadas em 2011

Unidades 10⁶MT

Mês	RSA			Outros Membros SADC			Total SADC				Resto do Mundo		Total
	CIF	%Região	%Total	CIF	% Região	% Total	CIF	% Total	CIF Pref.	%CIF Pref/SA DC	CIF	% Total	CIF
Janeiro	2.696,10	90,82%	25,87%	272,64	9,18%	2,62%	2.968,74	28,49%	929,84	31,32%	7.451,59	71,51%	10.420,33
Fevereiro	3.689,36	91,51%	39,02%	342,14	8,49%	3,62%	4.031,50	42,64%	959,93	23,81%	5.423,94	57,36%	9.455,44
Março	4.239,60	89,30%	37,89%	507,98	10,70%	4,54%	4.747,58	42,43%	1.252,39	26,38%	6.441,64	57,57%	11.189,22
Abril	4.979,11	95,41%	55,43%	239,57	4,59%	2,67%	5.218,67	58,10%	1.340,22	25,68%	3.764,04	41,90%	8.982,71
Maior	4.083,49	95,32%	53,89%	200,70	4,68%	2,65%	4.284,19	56,54%	1.651,78	38,56%	3.293,70	43,46%	7.577,89
Junho	4.079,00	94,39%	39,68%	242,34	5,61%	2,36%	4.321,35	42,04%	1.607,84	37,21%	5.958,09	57,96%	10.279,43
Julho	4.125,16	94,60%	39,47%	235,46	5,40%	2,25%	4.360,62	41,72%	1.460,92	33,50%	6.091,05	58,28%	10.451,67
Agosto	4.313,82	91,59%	34,09%	396,19	8,41%	3,13%	4.710,01	37,22%	1.651,58	35,07%	7.945,36	62,78%	12.655,37
Setembro	3.470,03	91,37%	31,97%	327,66	8,63%	3,02%	3.797,68	34,99%	1.306,37	34,40%	7.057,01	65,01%	10.854,70
Outubro	2.784,03	92,22%	32,75%	234,81	7,78%	2,76%	3.018,83	35,52%	1.124,80	37,26%	5.481,11	64,48%	8.499,94
Novembro	2.912,20	89,85%	25,85%	328,92	10,15%	2,92%	3.241,12	28,77%	1.328,74	41,00%	8.026,26	71,23%	11.267,38
Dezembro	1.393,91	87,35%	47,11%	201,91	12,65%	6,82%	1.595,82	53,94%	736,09	46,13%	1.362,90	46,06%	2.958,72
Total	42.765,81	92,37%	37,32%	3.530,31	7,63%	3,08%	46.296,12	40,40%	15.350,50	33,16%	68.296,69	59,60%	114.592,81

Fonte: GPECI - DIR

O número total de despachos de importação processados no ano de 2011 de mercadorias provenientes da SADC e do resto do mundo foi de 138.860, sendo que, destes, 84.932 são da SADC, dos quais 22.827 foram tramitados com certificados de origem, o que corresponde a cerca de 27% do total do volume de despachos de importação de mercadorias proveniente dos países da SADC.

Importa referir que, das mercadorias mais importadas ao abrigo do tratamento preferencial, constam produtos como material de construção, óleos de petróleo, embalagens, betume de petróleo, contadores de electricidade, pneumáticos de borracha, gás de petróleo, ovos para incubação, preparações para caldos e sopas, caixas de papel ou cartão, misturas de sumos entre outros produtos. Empresas petrolíferas e outras indústrias de transformação são as que mais importam ao abrigo do regime preferencial da SADC, conforme a tabela 38.

Tabela 38. Importações de Moçambique provenientes da SADC em 2011*Unidades 10⁶MT*

Origem	Valor CIF (a)	CIF Preferencial (b)	Peso CIF Preferencial	b/a
ÁFRICA DO SUL	42.765,81	14.403,19	4213,95%	33,68%
ANGOLA	246,02	0,00	0,00%	0,00%
BOTSWANA	50,85	6,51	1,91%	12,81%
LESOTHO	0,04	0,00	0,00%	0,00%
MADAGÁSCAR	1,11	0,00	0,00%	0,00%
MALAWI	243,04	154,01	45,06%	63,37%
MAURÍCIAS	526,84	15,14	4,43%	2,87%
NAMÍBIA	824,43	45,33	13,26%	5,50%
RDC	1,86	0,00	0,00%	0,00%
SEICHELES	11,60	0,00	0,00%	0,00%
SWAZILÂNDIA	480,86	187,22	54,78%	38,93%
TÂNZANIA	459,69	72,01	21,07%	15,67%
ZÂMBIA	200,05	125,28	36,65%	62,63%
ZIMBABWE	483,94	341,80	100,00%	70,63%
Total	46.296,12	15.350,50	4491,10%	33,16%

Fonte: GPECI - DIR

O valor total de direitos aduaneiros e do IVA sobre o Comércio Externo, que o País deixou de colectar em 2011, como resultado da aplicação do regime preferencial no âmbito da implementação da Zona do Comércio Livre da SADC foi de 1.714,06 milhões de MT, sendo 1.438,40 milhões de MT em direitos aduaneiros, 17,11 milhões de meticais em ICE e 258,54 milhões de MT em IVA, em virtude da redução da matéria colectável em sede do IVA, como consequência da não cobrança dos direitos aduaneiros, que seriam adicionados ao valor aduaneiro para o apuramento da matéria colectável para efeitos da determinação do IVA a pagar na importação.

Assim, o impacto fiscal total resultante das importações feitas ao abrigo do regime preferencial na SADC corresponde a cerca de 7,17% em relação à cobrança total em direitos aduaneiros, ICE e IVA, na importação. Por outro lado, o impacto da despesa fiscal sobre a receita total foi de 2,11%, conforme a tabela 39.

Tabela 39. Impacto Fiscal-Despesa Fiscal em 2011Unidades 10⁶MT

Mês	Direitos Aduaneiros		ICE na Importação		IVA na Importação		Imposto Total (g)=a+c+e	Despesa Fiscal (h)=b+d+f	(i)=h/g	Receita Total (j)	(k)=h/j
	Cobrança (a)	Preferencial (b)	Cobrança (c)	Preferencial (d)	Cobrança (e)	Preferencial (f)					
Janeiro	505,72	99,76	99,08	0,63	1.265,62	17,44	1.870,42	117,83	6,30%	6.320,33	1,86%
Fevereiro	450,80	97,14	91,23	1,39	1.110,61	17,46	1.652,63	116,00	7,02%	5.344,32	2,17%
Março	582,32	127,31	118,65	0,87	1.339,49	22,95	2.040,47	151,13	7,41%	5.652,35	2,67%
Abril	609,55	123,91	125,05	0,78	1.464,33	22,38	2.198,93	147,07	6,69%	5.981,25	2,46%
Mai	560,76	141,66	132,91	1,36	1.420,40	25,81	2.114,06	168,83	7,99%	9.281,85	1,82%
Junho	572,67	135,36	101,05	0,53	1.560,81	24,37	2.234,53	160,26	7,17%	6.562,35	2,44%
Julho	512,91	132,87	94,17	0,87	1.342,82	23,73	1.949,91	157,47	8,08%	7.147,52	2,20%
Agosto	531,32	143,73	126,32	2,69	1.477,01	26,05	2.134,65	172,47	8,08%	7.056,33	2,44%
Setembro	477,85	131,44	106,04	2,42	1.140,16	23,87	1.724,05	157,73	9,15%	7.660,79	2,06%
Outubro	502,20	107,33	106,74	1,63	1.363,43	18,81	1.972,37	127,77	6,48%	6.270,94	2,04%
Novembro	623,81	125,53	118,42	2,66	1.448,17	22,70	2.190,40	150,89	6,89%	6.948,99	2,17%
Dezembro	486,84	72,34	105,21	1,28	1.244,89	12,98	1.836,94	86,60	4,71%	6.892,18	1,26%
Total	6.416,75	1.438,40	1.324,88	17,11	16.177,72	258,54	23.919,35	1.714,06	7,17%	81.119,18	2,11%

Fonte: GPECI

11.1. Evolução do Processo de Implementação da Zona de Comércio Livre da SADC

Analisados os dados da tabela 40, verifica-se um aumento em termos absolutos das importações provenientes dos países da SADC. No ano de 2008, o peso das importações com proveniência da SADC era de 35,00%, tendo crescido, fixando-se nos 40,00% em 2009 e em 39,54% no ano de 2010. No ano de 2011, o peso das importações provenientes da SADC foi de 40,40%. Esta tendência poderá estar associada à liberalização do comércio na região em 85% da Pauta Aduaneira, com a entrada da Zona de Comércio Livre em 2008.

Por outro lado, o uso do regime preferencial apresenta um comportamento oscilatório em termos de peso para as importações provenientes da SADC. Em 2008, o uso do regime preferencial foi de 23,00%, para depois crescer até fixar-se nos 32,00% em 2009 e 30,85% em 2010. No ano de 2011, o uso do regime preferencial foi de 33,16%. Embora se verifique uma oscilação em termos de peso, o uso do regime preferencial apresenta um crescimento em termos absolutos. Este crescimento poderá estar associado às acções de divulgação dos benefícios do uso do regime preferencial por parte do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) e da AT.

Tabela 40. Evolução das Importações 2008 a Dezembro de 2011Unidades 10⁶MT

Ano	RSA			Outros Membros SADC			Total SADC				Resto do Mundo		Total
	CIF	% Região	%Total	CIF	% Região	% Total	CIF	% Total	CIF Pref.	%CIF Pref/SADC	CIF	% Total	CIF
2008	22.048,75	92,00%	32,00%	1.946,83	8,00%	3,00%	23.995,58	35,00%	5.423,94	23,00%	45.516,24	65,00%	69.511,81
2009	27.104,23	93,00%	37,00%	2.134,96	7,00%	3,00%	29.239,19	40,00%	9.277,94	32,00%	44.415,75	60,00%	73.654,94
2010	36.443,27	88,83%	35,12%	4.582,44	11,17%	4,42%	41.025,71	39,54%	12.654,50	30,85%	62.740,59	60,46%	103.766,30
2011	42.765,81	92,37%	37,32%	3.530,31	7,63%	3,08%	46.296,12	40,40%	15.350,50	33,16%	68.296,69	59,60%	114.592,81

Fonte: GPECI - DIR

XII. Cooperação Bilateral

No que se refere a esta matéria, foram realizadas acções de coordenação e acompanhamento das actividades programadas para o ano de 2011, preparando e integrando missões, bem como as relativas à mobilização de recursos adicionais junto dos Parceiros de Cooperação, para o financiamento das actividades estratégicas da reforma, não cobertas pelo Orçamento do Estado, com destaque para:

- a) No seguimento do Memorando de Entendimento assinado em Dezembro de 2010, foi elaborado, em Março de 2011, o Plano de Trabalho específico para o ano de 2011 para as áreas de formação e troca de experiências em matérias de auditoria fiscal em especial para as empresas petrolíferas, tendo-se realizado, de 21 a 24 de Junho de 2011, a formação em técnicas de preparação de uma Auditoria e Fiscalização a um Megaprojecto, tendo culminado com a realização de uma auditoria à empresa Sasol, na qual foi possível a recuperação de receitas fiscais.
- b) Em Dezembro de 2011, foi desenvolvido um novo Plano de Trabalho para o ano de 2012, que focaliza nas seguintes acções:
 - i. *Elaboração de um manual de procedimentos de auditoria ao sector de gás e petróleos;*
 - ii. *Realização de auditoria à empresa SASOL Temane e*
 - iii. *Formação em técnicas de auditoria a empresas de gás e petróleo.*
- c) Nas relações de cooperação institucional entre o Governo de Moçambique e o Governo da Noruega na área tributária, em Março de 2011 foi realizada a visita de trabalho por Sua Excelência a Secretária de Estado de Cooperação e Desenvolvimento Internacional da Noruega na AT, durante a qual visitou o Posto de Fronteira de Paragem Única em Ressano Garcia/Lebombo para se inteirar dos progressos alcançados na execução do projecto, incluindo os desafios e perspectivas com vista à sua implementação total;
- d) Em coordenação com a Embaixada da Noruega em Maputo, realizou-se o *Workshop* para apresentação dos resultados do estudo sobre Experiências de Moçambique, Zâmbia e Tanzânia na implementação de Reformas Tributárias, que teve lugar em Maputo nos dias 30 e 31 de Março de 2011, tendo-se verificado que, de uma maneira geral, todas as autoridades tributárias têm como enfoque principal a necessidade de desenvolvimento de recursos humanos e capacitação institucional e a sua dotação em meios e equipamentos necessários para cabal desempenho das suas tarefas de colecta de receitas para o erário publico, defesa de economia, através de operações de fiscalização, controlo de contrabando e de evasão fiscal;
- e) No período em análise, foram feitos contactos com as administrações tributárias do Malawi, África do Sul, Tanzânia e Suazilândia com vista à realização de visitas de trabalho, ao nível do Presidente da AT, para troca de experiências em matérias de implementação de programas de reforma tributária, tendo sido possível apenas realizar visitas ao Zimbabwe, no âmbito das comemorações do décimo aniversário da Autoridade Tributária do Zimbabwe (ZIMRA) e Malawi, sendo que as outras deslocações foram reprogramadas para finais do primeiro trimestre de 2012.

XIII. Comissão de Parceria do Fundo Comum

No âmbito das reuniões da Comissão de Parceria do Fundo Comum para apreciação dos instrumentos de gestão do Fundo Comum, foram realizados encontros que permitiram assegurar a efectivação dos desembolsos de fundos no valor de USD 4.318.187,00, o equivalente a cerca de 116,67 milhões de MT, conforme a tabela 41.

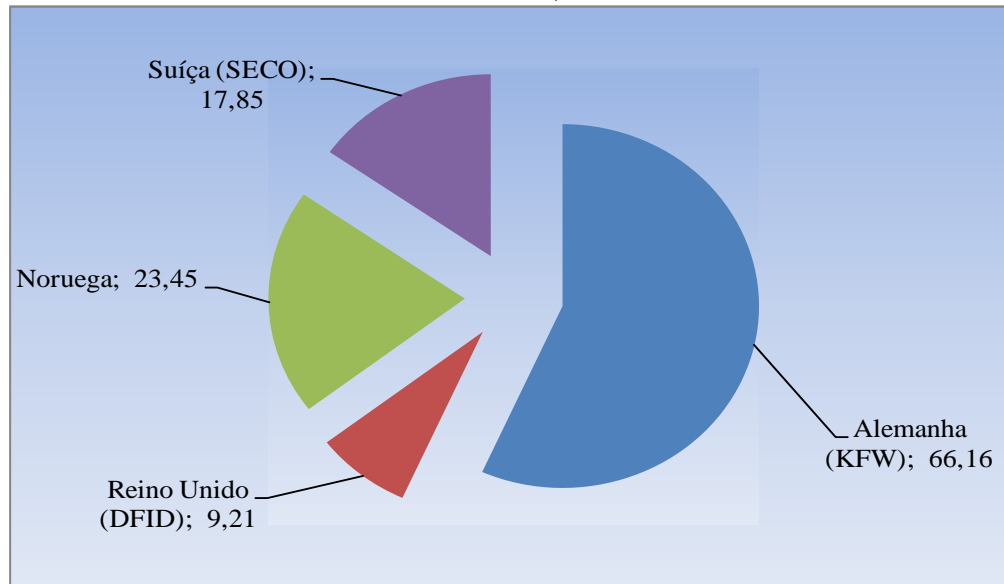
Tabela 41. Recursos Desembolsados em 2011

País	Moeda de origem		Tx de Câmbio p/ USD	Valor (USD)	Tx de Câmbio para MT	Data do Câmbio	Valor em Milhões de MT
Alemanha (KFW)	EURO	1.700.000,00	1,44	2.443.095,00	27,08	29.08.2011	66,16
Reino Unido (DFID)	LIBRA	220.000,00	1,55	342.892,00	26,87	06.12.2011	9,21
Noruega	KR	5.000.000,00	0,17	872.295,88	26,88	13.12.2011	23,45
Suíça (SECO)	FRANCO	600.000,00	1,10	660.000,00	27,04	29.12.2011	17,85
Total				4.318.282,88			116,67

Fonte: GPECI – DCI

Dos 4 parceiros que efectivaram os desembolsos no ano em análise, destaca-se a contribuição da Alemanha, representada pela KFW, no valor de 2,44 milhões de USD, equivalente a cerca de 66,16 milhões de MT, seguida pela Noruega, com 0,87 milhões de USD, equivante a cerca de 23,45 milhões de Meticais, como ilustra o gráfico 21 que se segue.

Gráfico 21. Desembolsos efectuados em 2011, em milhões de MT



Negociados, junto da União Europeia, fundos para a aquisição de seis laboratórios fixos e um móvel para o ensino de línguas, no contexto do projecto da UE/UNIDO inserido na implementação de medidas para facilitação de comércio e melhoria do ambiente de negócios em Moçambique;

No âmbito do financiamento do Banco Mundial sobre a Facilitação de Comércio, foi negociada a possibilidade de financiamento do Projecto de Construção de Terminal de Trânsito de Inchope e seleccionada a empresa de consultoria e assistência técnica para avaliação da Legislação e

Procedimentos Aduaneiros, com vista à melhoria do tempo de espera e redução do custo associado às operações de importação e exportação de mercadorias;

No âmbito da preparação pelo Banco Africano de Desenvolvimento da estratégia de financiamento ao nosso País para os próximos anos, foi solicitado financiamento para os Projectos de Fronteira de Paragem Única em Machipanda, entre Moçambique e Zimbabwe; Calómuè, entre Moçambique e Malawi; Negomano, entre Moçambique e Tanzânia, pela sua importância estratégica no desenvolvimento dos corredores de desenvolvimento. Embora o Banco não tenha assumido compromisso de financiamento, reconhece a utilidade e importância destes projectos;

Em relação ao Reino da Espanha e através do Centro de Educação à Distância, via *internet*, para o Desenvolvimento Económico e Tecnológico da Espanha (CEDDET), 14 funcionários da AT beneficiaram de formação na área de Administração Aduaneira, o que lhes confere mais conhecimentos sobre melhores práticas internacionais de gestão aduaneira.

XIV. CONTROLO INTERNO

14.1. Inspecção Administrativa

No âmbito da Inspecção Administrativa, foram fiscalizadas a organização e o funcionamento de 38 unidades orgânicas da AT, sendo 11 da DRN, 03 da DRC, 15 da DRS e 09 dos órgãos centrais, e incidiu sobre a organização e funcionamento institucional, gestão de recursos humanos (actos e procedimentos administrativos), à luz do Decreto n.º 30/2001, de 15 de Outubro, que aprova as Normas de Funcionamento dos Serviços de Administração Pública, em que se constataram, duma maneira geral, alguns desvios de aplicação das normas de organização e funcionamento.

Da inspecção realizada nos diversos sectores da AT, constatou-se a observância, por todos, do Código de Conduta e o cumprimento das actividades inscritas no Plano Anual, assim como dos respectivos planos operacionais. Constatou-se ainda, por parte dos funcionários, o uso devido do uniforme.

Contudo, constata-se ainda a falta do uso de livros de sugestões e reclamações, falta de perfis de gestão, assim como a falta da observância dos prazos estabelecidos na Ordem de Serviços n.º 001/AT/GPAT/2009. Nota-se também, em algumas unidades orgânicas, a falta de encerramento diário do livro de ponto, falta de estudo colectivo da legislação da Administração Pública e laboral da AT, fraca qualidade dos serviços de atendimento ao contribuinte. Notou-se ainda a ausência de um classificador de correspondência oficial, para garantir a uniformização de arquivo de assuntos idênticos à escala nacional para facilitar a localização de expediente;

Foi feito o controlo do cumprimento das 220 decisões tomadas pelos PAT e Órgãos Colegiais da AT, nomeadamente CST e CD, para os órgãos executivos (DGA, DGI, DGSC, GPECI, GCI e GCIm) para o período de 01.01 a 31.12.2011, tendo-se constatado o cumprimento de 165, correspondentes a 75,00% de realização, transitando as restantes 55 decisões para o ano de 2012.

Foram, ainda ao longo do período, capacitados, no total, 14 *focal points* da Inspecção Administrativa, sendo 4 da Região Norte, 5 da Região Centro e 5 na Região Sul, em matéria de técnicas de inspecção administrativa, educativa e preventiva.

14.2. Auditorias Internas

No período objecto de análise, foram realizadas, no total, 33 auditorias e inspecções, das 30 planificadas para o ano, representando um grau de realização de 110,00%, sendo 21 auditorias efectuadas a unidades orgânicas da área aduaneira, 11 inspecções a unidades orgânicas dos impostos internos e uma auditoria a uma unidade dos serviços comuns. Foram também realizados 3 balanços de transição a unidades orgânicas dos impostos internos da região Centro.

Na área aduaneira, destacam-se as seguintes constatações: (i) falta de actualização do perfil de gestão e dos manuais de procedimentos; (ii) utilização de livros de escrituração improvisados; (iii) deficiências na escrituração dos livros obrigatórios; (iv) divergência de dados entre os registos nos livros e do sistema informático; (v) evasão dos memorandos; (vi) obsolescência do sistema informático TIMS; (vii) existência de despachos falsos, acto que envolve importadores,

despachantes e até funcionários da AT; (viii) falta de assistência fiscal no acto de carregamento de mercadorias destinadas à exportação; (ix) existência de DUs com mais de 3 meses aguardando pagamento na tesouraria enquanto o prazo é de 10 dias, conforme o preceituado no artigo 38 do Diploma Ministerial nº 262/2004, de 22 de Dezembro; e (x) existência de várias contramarcas sem pagamento total de direitos aduaneiros, relativamente aos combustíveis destinados ao consumo interno; e (xi) falta de fiscalização às aeronaves com destino ao exterior.

Na área dos impostos internos, as principais constatações foram: (i) falta de realização dos balanços mensais, de gerência/surpresa pelos respectivos directores ou seus adjuntos; (ii) atrasos na escrituração dos livros obrigatórios; (iii) inexistência de alguns livros obrigatórios; (iv) atrasos no envio dos processos mensais de contabilidade; (v) falta de elaboração de processos de exactor; (vi) valores elevados em passagens de fundos aguardando crédito, por falta de emissão ou recepção tardia das guias de recolhimento; (vii) alcances não regularizados; (viii) existência de muitos cheques devolvidos, por diversas irregularidades, sem evidências de recuperação dos respectivos valores, por falta de aplicação dos procedimentos legais - “**anulação do imposto**” e virtualização imediata da dívida para cobrança coerciva; (ix) existência de valores acumulados nas contas bancárias das DAFs, depositados por terceiros e não recebidos por insuficiência de dados (identificação do sujeito passivo e natureza do imposto pago); e (x) deficiências no sistema de arquivo de documentos.

No que se refere à auditoria financeira às contas do Fundo Comum da AT, cujo âmbito foram os exercícios económicos de 2008 a 2010, constituíram principais constatações: o pagamento de serviços a empresas contratadas sem lançamento de concurso público e deficiente controlo do equipamento adquirido.

14.2.1. Implementação de novos procedimentos

No âmbito da introdução dos novos procedimentos de cobrança e transferência de receitas das tesourarias das estâncias aduaneiras para as direcções das áreas fiscais, foram visitados alguns terminais da região Sul, nomeadamente TIMAR, TIAR, Multimodal, TIAUTO II, Alfândega de Inhambane; algumas estâncias das regiões Centro e Norte: Alfândega da Beira, TIAR da Beira, Alfândegas de Tete, de Quelimane, de Nampula e de Pemba. Nestes, já estão sendo implementados os novos procedimentos, embora ainda com algumas falhas no preenchimento dos livros e formulários, particularmente nas regiões Centro e Norte.

14.2.2. Elaboração e Implementação de Manuais de Procedimentos

No que toca a esta matéria, foi constituída uma equipa de trabalho que integra técnicos das Direcções de Serviços da DGI e DAFs para a elaboração de manuais de procedimentos e notas sectoriais, trabalho que é coordenado pelo GCI e as Direcções de Normação da DGA e DGI.

Foi iniciada a elaboração do manual de procedimentos da DGI – Área Operacional e na DGA está em curso a revisão e actualização destes instrumentos.

14.2.3. Controlo de Auditorias Pós-desembaraço

Foram, no período em análise, recebidos e analisados 72 relatórios de auditorias pós-desembaraço aduaneiro, sendo 1 de 2009, 42 de 2010 e 29 de 2011.

Da análise efectuada aos relatórios, ressaltaram algumas constatações, sendo de destacar as seguintes: (i) não declaração das despesas de manuseamento das mercadorias, THC, no valor aduaneiro das mercadorias importadas por parte de algumas empresas, o que resulta no apuramento de dívidas; (ii) longos tempos gastos nas auditorias; (iii) dúvidas relacionadas com a falta ou deficiente facturação pelas empresas visando a sonegação dos volumes de vendas e que requerem intervenção da DGI; (iv) auditorias a empresas que não se dedicam ao comércio externo ou sem existência real; (v) não declaração de todas as mercadorias e outros bens (quantidades) no acto da importação; (vi) busca inacabada de dados resultante do recurso a uma única fonte, a Divisão de Inteligência da DAI; e (vii) incorrecta classificação pautal de certas mercadorias.

Face às constatações acima, foram emanadas as seguintes recomendações: (i) observância rigorosa da legislação aduaneira, particularmente, no que toca aos THC's e outros custos a incluir no valor aduaneiro das mercadorias, com uma instrução a ser disseminada por todos os terminais onde isso se verifica; (ii) observância dos prazos previstos na lei para a realização e conclusão das auditorias; (iii) planificação e realização de auditorias conjuntas DGA e DGI, através das suas unidades especializadas, DAI e DAFT, bem como a partilha dos relatórios das auditorias fora destas; (iv) trabalho preliminar profundo, que deve consistir na pesquisa exhaustiva e busca de dados sobre as empresas a auditar, quer antes da planificação das auditorias quer antes da sua realização; e (v) tratamento adequado das infracções aduaneiras.

14.2.4. Controlo de Auditorias e Fiscalizações Tributárias

No período em alusão, foram analisados 27 (vinte e sete) relatórios de vistoria aos armazéns de Regime Aduaneiro, que gozaram de benefícios fiscais na importação de matérias-primas em 2010, tendo-se constatado que 16 (dezasseis) armazéns reuniam os requisitos previstos nos artigos 6 e 28 do Diploma Ministerial nº 12/2002, de 30 de Janeiro, e os restantes 11 (onze) não reuniam os requisitos estabelecidos neste diploma legal.

No que tange o tratamento dos mapas de controlo sistemático (DCAT's) relativos aos reembolsos de IVA, IRPS e IRPC, bem como ao contencioso tributário, foram analisados os referentes ao período de Dezembro de 2010 a Outubro de 2011, das seguintes unidades orgânicas: (i) DAF de Xai-Xai; (ii) DAF da Manga; (iii) DAF de Pemba; (iv) DAF da Mocimboa da Praia; (v) DAF do 2º Bairro Fiscal de Maputo e (vi) DAF de Inhambane. Constituem principais constatações as seguintes: ocorrência de erros no preenchimento dos mapas; morosidade no tratamento dos pedidos de reembolsos do IRPS, elevado número de processos de contencioso pendentes (não notificados) e baixo nível de cobrança das dívidas.

De referir que, do universo das 30 unidades de cobrança (25 DAF's, 3 UGC's e 2 JPEF), apenas as 6 acima indicadas fazem a entrega regular dos DCAT's.

14.2.5. Inteligência Tributária

Neste âmbito, prosseguiu-se a composição de mapas sobre adjudicações de obras e empreitada e contratação de serviços, tendo sido introduzidas mais 306 adjudicações, mas ainda não é possível fornecer estas informações às DAFs porque faltam dados para confirmar desembolsos e os NUIs dos beneficiários, em alguns casos. Prosseguiu ainda a recolha de “backups” (cópias de segurança) mensais do TIMS em várias estâncias e delegações aduaneiras da cidade de Maputo. Foi disponibilizada informação de apoio às actividades de diversos sectores do GCI (inspecção, auditoria e investigação) sempre que solicitada.

Por outro lado, procedeu-se à elaboração dos *Procedimentos de Transferência, da 'Kudumba' para a AT, das imagens resultantes da Inspeção Não Intrusiva (INI) de Mercadorias*, acordados entre as duas instituições em Maio de 2011 e, desde então, está-se a fazer o acompanhamento do processo de transferência, tendo sido emitidos já dois relatórios sobre o assunto.

Relativamente à gestão de risco, foi adquirido o *software* ‘i-Bridge’ e realizou-se um *workshop* sobre configuração do mesmo para permitir acesso automático às bases de dados da AT pelo *software* de análise de risco ‘Analyst’s Notebook’, assim como foi efectivado um curso sobre utilização dos *softwares* ‘Analyst’s Notebook’ e ‘i-Bridge’. Também foram levados a cabo um curso geral de avaliação e gestão de riscos, organizado e ministrado pela KPMG, em complemento de outro havido em Outubro do ano de 2010, todos financiados pela UNIDO, e um curso sobre avaliação e gestão de risco para as Alfândegas, ministrado por técnicos das Alfândegas Portuguesas no âmbito do PICAT-FIN. Por último e ainda neste contexto, foi concluída a versão preliminar do modelo de gestão de risco da AT, estando neste momento a aguardar por comentários para posterior aprovação.

14.3. Prevenção e Combate à Corrupção e Outras Irregularidades do Pessoal

Durante o período em análise, foram realizadas 23 sessões de formação sobre matérias de ética e integridade que abrangeram 200 funcionários da AT, 90 dos Municípios de Maputo e Matola, quando participavam no curso sobre o Sistema Tributário Autárquico, e 1100 disseminadores durante a sua formação na Beira, Chimoio, Tete, Quelimane, Catembe e Matola.

Ainda neste capítulo, foi produzida e incorporada, no Manual de Educação Fiscal, Aduaneira e Popularização do Imposto, uma secção sobre os princípios ético-deontológicos a serem observados pelos funcionários e disseminadores.

No contexto do Memorando de Entendimento entre a AT e a PGR (Procuradoria Geral da República), foi proferida uma palestra sobre evasão fiscal e corrupção durante a Reunião Nacional do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) e acompanhou-se a PGR Adjunta nas suas visitas à DGI e DGA.

Em relação à elaboração da estratégia de promoção da integridade na AT, foi realizada e concluída preliminarmente a análise interna sobre os níveis de integridade na instituição. No que se refere à análise externa, sobre os níveis de integridade na AT, sob responsabilidade da UTRESP, aguarda-se pelo relatório definitivo da 2ª Pesquisa Nacional sobre Governança e Corrupção – Módulo da AT. As conclusões destas duas análises servirão de base para a elaboração da proposta de estratégia de promoção da integridade na AT.

14.3.1. Workshop sobre o Procedimento Disciplinar

Por se ter constatado a existência de interpretações díspares em relação aos dispositivos legais concernentes ao procedimento disciplinar, foi realizada uma sessão de três palestras no Centro Social do Ministério das Finanças, em que participaram cerca de 100 (cem) funcionários da AT e convidados. As palestras tiveram como oradores técnicos do Ministério da Função Pública, Tribunal Administrativo e Faculdade de Direito da UEM.

Esta sessão de palestras sobre o procedimento disciplinar foi replicada nas regiões Norte e Centro, tendo as sessões sido orientadas por um docente da Faculdade de Direito da UEM e contado com a participação de 74 funcionários.

14.3.2. Repressão das Irregularidades do Pessoal

Durante o período em análise, foram abertos 28 (vinte e oito) processos disciplinares (PDs), dos quais 12 (doze) na Região Centro, 13 (treze) na Região Norte e 3 (três) na Região Sul, estando envolvidos 31 (trinta e um) funcionários. Do total dos PDs, foram concluídos 24 (vinte e quatro), sendo 12 (doze) no Norte, 10 (dez) no Centro e 2 (dois) na Região Sul, tendo sido penalizados 20 (vinte) funcionários, sendo 4 (quatro) com a pena de demissão, 8 (oito) com despromoção, 3 (três) com multa, 1 (um) com advertência, 4 (quatro) com repreensão pública e absolvidos 6 (seis) funcionários.

Foram também abertos 27 (vinte e sete) processos de inquérito (P.Inqs), sendo 19 (dezanove) na Região Sul, 7 (sete) na Região Centro e 1 (um) na Região Norte, dos quais foram concluídos 15 processos e participados, para procedimento disciplinar, 27 funcionários. No entanto, foram enviados ao GCCC para o procedimento criminal 5 (cinco) P.Inq.s.

Dos processos acima, foi constatado que as infracções mais frequentes, tanto nos PDs assim como nos P.Inqs, são basicamente o *suborno, descaminho, desvio de fundos, conluio, extorsão, viciação/manipulação do sistema informático, relatórios de exame de mercadorias falsos e faltas injustificadas*.

Relativamente ao caso de exportação ilegal dos 565 (quinhentos e sessenta e cinco) contentores contendo madeira em toros não processada, em Nacala, em que os funcionários destacados para assistir ao empacotamento prestaram relatórios falsos, tornando-se cúmplices do contrabando/descaminho, foram abertos 06 (seis) processos disciplinares, que resultaram em 03 (três) demissões, 01 (uma) despromoção e 02 (duas) absolvições. Ainda em relação à exportação ilegal de madeiras em toros de primeira classe em Cabo Delgado, em que foram apreendidos 188 contentores, foram abertos 04 (quatro) processos disciplinares, que resultaram em 01 (uma) demissão e 03 (três) despromoções.

Ainda em relação à natureza das infracções, destaque para um badalado caso, em que os verificadores do TIMAR fizeram ‘vista grossa’, deixando passar despachos falsos com valores aduaneiros muito baixos do que os reais, tornando-se cúmplice dum despachante que defraudou o seu cliente (importador) e o Estado num valor apurado até agora em cerca de 140,00 milhões de MT em direitos e outras imposições aduaneiras, apenas no TIMAR, dos quais 66,00 milhões de MT só em 2011, sendo o remanescente correspondente aos anos anteriores.

14.3.3. Projecto das “Hotlines”

No período em análise, foi concluído e aprovado o projecto das “Hotlines”, destinado exclusivamente para denúncias de actos de corrupção e outras irregularidades, através de chamadas telefónicas, emails, caixas e livros de reclamações. O projecto ainda encontra-se na fase de estabelecimento da sua infra-estrutura administrativa e tecnológica, tendo sido apreciados os protótipos das caixas e livros de reclamações e lançado o concurso para a aquisição e instalação destes equipamentos. Entretanto, a componente telefónica do projecto será executada no âmbito da instalação da “call center” do projecto e-Tributação.

XV. ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIAIS

15.1. Conselho Superior Tributário

Dentro das competências atribuídas e no cumprimento do calendário previamente estabelecido, este órgão, no período em análise, realizou um total de 33 sessões, sendo 4 ordinárias e 29 extraordinárias, tendo apreciado e aprovado, entre outros, os seguintes documentos: Relatório sobre a Apresentação de Instrumentos de Adesão de Moçambique ao Fórum Africano de Administrações Fiscais; Relatório de participação da AT na 16ª Reunião dos Directores Gerais da OMA/ESA e 14ª Reunião do Grupo Técnico da OMA/ESA; Projecto de Contrato com a NCL, Lda - Terminal Especial de Exportação de Nacala; Apresentação da Equipa do Conselho de Fiscalidade (Secretariado Executivo); Proposta de Contrato de Arrendamento de Escritórios para a AT no Aeródromo de Vilanculos; Diploma Ministerial que cria as Áreas Fiscais e procede à sua classificação, a ser submetido ao Conselho de Ministros; Proposta de cooperação mútua na área Tributária entre a AT e o Centro Inter-Americano de Administrações Tributárias – CIAT; Apreciação do formato final do Contrato de Concessão do Terminal Internacional Rodoviário de Namaacha (TIRONA); Proposta de acordo de adesão do BCI ao projecto de bancarização do imposto; Relatório de Execução do Orçamento do Estado; Compromisso do Governo Norueguês em relação ao Fundo Comum da AT; Ponto de situação sobre os contratos entre a AT e a Televisão de Moçambique e o Grupo SOICO.

15.2. Conselho Directivo

Durante o período em análise, este órgão realizou um total de 14 sessões ordinárias, em que foram apreciadas várias matérias, que foram posteriormente submetidas ao CST, para aprovação, destacando-se, entre outras: a posição das receitas - Impostos Internos (DGI) e Alfândegas (DGA); o financiamento aos projectos da Autoridade Tributária; o ponto de situação dos Recursos Humanos da AT; o Projecto ‘Cupão Fiscal Electrónico’; o Relatório do Grupo Multi-sectorial do Tabaco; e a Comunicação de Despachos aprovados por S. Excia o Ministro das Finanças sobre o Projecto e-Tributação; a Proposta de Celebração de Contrato de Prestação de Serviço entre a AT e a Rádio Moçambique; o Informe sobre reprodução de discos para a Campanha de Educação Fiscal.

15.3. Conselho da Fiscalidade

Para analisar e acompanhar a evolução do sistema fiscal e das políticas fiscal e aduaneira com vista a que se mantenham como instrumentos decisivos de justiça social, realizou-se, no dia 12 de Agosto de 2011, na província de Maputo, cidade da Matola, na Sala de Grandes Eventos do Ministério das Finanças, a VIII Sessão do Conselho da Fiscalidade da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) sob o lema “Todos Juntos Promovendo a Modernidade, a Produtividade e a Competitividade para Melhor Servir o Contribuinte”.

15.4. Outros Eventos

15.4.1. Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira

Sob o Lema “Por uma Administração Tributária cada vez mais inclusiva em prol da Modernidade, Profissionalismo, Produtividade e Competência”, realizou-se o V Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira, na cidade de Matola, na Sala de Eventos do Ministério das Finanças, no dia 11 de Março de 2011, em que se fez o balanço das actividades realizadas em 2010 e foram perspectivadas as acções para o ano de 2011.

15.4.2. Outros

Foram realizadas reuniões com os grupos profissionais e instituições externas, diversas palestras ministradas por várias personalidades de reputação nas áreas económica, social e política, tendo sido abordados, dentre outros, temas no âmbito dos seguintes eventos: (i) “Dia dos Heróis Nacionais”, que teve como orador o General Marcelino dos Santos; (ii) “O Sistema Tributário em Moçambique”, que teve como orador o Exmo. Senhor Presidente da Autoridade Tributária - Rosário B.F. Fernandes; (iii) “7 de Abril, Dia da Mulher Moçambicana ”, tendo como oradora a Dra. Percina Tembe; (iv) “O Papel da Secretária na Estratégia para o Sucesso e Atitude Face ao Trabalho”, tendo como oradora a Presidente da ASSEMO - Associação das Secretárias de Moçambique – Basília Machatine; (v) “O Papel da Banca Comercial na Sustentabilidade Fiscal e Orçamental”, proferida pelo Exmo. PCA do BIM, Dr. Mário Fernandes da Graça Machungo.

XVI.PERSPECTIVAS PARA 2012

16.1. No âmbito da Gestão Administrativa e Financeira da Instituição

- i. A conclusão do processo de enquadramento dos funcionários nas carreiras transitórias da AT;
- ii. A conclusão da revisão do actual Quadro de Pessoal da AT;
- iii. A elaboração da proposta do Orçamento para 2013;
- iv. A continuidade do desenvolvimento de acções de modo a garantir a racionalização da despesa, sugerindo a redução das despesas que se mostram elevadas e irrelevantes;
- v. A continuidade ao monitoramento do processo de descentralização da execução do orçamento das delegações provinciais de acordo com o Plano de Gestão.

16.2. No âmbito da Cobrança de Receitas

- i. A arrecadação de receitas do Estado no valor de 95.538,00 milhões de MT até 31 de Dezembro de 2012, conforme estabelecido na Lei Orçamental;
- ii. A intensificação da acção inspectiva, com forte componente de educação fiscal (acções preventivas), com vista a combater a fraude e evasão fiscais;
- iii. O aumento do rácio de recuperação fiscal como resultado dos trabalhos de auditoria e fiscalizações tributárias;
- iv. O desenvolvimento de acções para maior abrangência territorial do registo de NUITs e respectiva implementação.

16.3. No âmbito da Modernização e Fortalecimento da Administração Tributária

- i. O ingresso de **962** funcionários nas categorias de Técnico Tributário de 2ª Classe, Assistente Aduaneiro, Guardas, e Auxiliares Tributários, o ingresso de **25** novos funcionários no âmbito do projecto e-Tributação e ainda **12** especialistas, sendo 6 com experiência em fiscalidade e 6 com experiência em direito tributário e legislação fiscal.
- ii. Formação e colocação dos funcionários integrados no âmbito do concurso de ingresso, para responder às necessidades em pessoal nas diversas áreas, aliado ao alargamento da base tributária em Moçambique e o redimensionamento dos postos de cobrança das receitas e atendimento aos utentes;
- iii. A implementação do Regime de Transferência dos Funcionários e redimensionamento da força de trabalho nos diferentes órgãos da AT;
- iv. Continuação da harmonização das políticas fiscais e aduaneiras com as práticas regionais e internacionais, em particular no âmbito da SADC e da União Africana;
- v. A implementação do Projecto de Operacionalização do Modelo de Análise e Gestão Sistemática do Risco;
- vi. A implementação do Projecto de Sensibilização de Funcionários da AT, em matéria de Ética e Integridade;
- vii. A operacionalização de 11 postos de cobrança a nível de todo País (fixos e móveis), sendo 04 na Região Norte, 06 na Região Centro e 01 fixo na Região Sul.
- viii. A garantia efectiva e atempada dos desembolsos do Fundo Comum da AT referentes ao ano de 2012, no valor de 228,99 milhões de MT.

16.4. No âmbito de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação

- i. A implementação e Operacionalização da central de atendimento (*call center*), no âmbito do Projecto de Modernização de Serviços do Contribuinte (e-Tributação);
- ii. A elaboração dos modelos de negócio do IRPC e IRPS;
- iii. A implementação do NUIT, do IVA/ISPC e Processos Comuns;
- iv. O início de implementação da Fase II do Projecto JUE (Importação e Exportação em todas as fronteiras terrestres e portos;
- v. A manutenção regular das plataformas actuais para permitir o funcionamento das áreas operacionais e administrativas da AT.

ANEXOS

Anexo I – Desempenho Anual por Área Operativa dos Impostos Internos – 2011

Ord.	Unidade Operativa	Classific.	Nº Funcionár.	Receita		Realização
				Programa	Cobrança	
IMPOSTOS INTERNOS			802	50.152,30	53.343,44	106,36%
REGIÃO SUL			419	44.031,91	46.236,33	105,01%
Província de Maputo			79	2.719,57	2.854,87	104,98%
1	DAF da Matola	B	62	2.637,70	2.746,04	104,11%
2	DAF da Manhica	B	17	81,86	108,83	132,94%
Cidade de Maputo			224	40.500,80	42.543,91	105,04%
3	UGC Maputo	A	32	24.640,62	27.021,24	109,66%
4	DAF 1º Bairro	A	74	13.853,99	13.586,00	98,07%
5	DAF 2º Bairro	A	75	1.928,44	1.768,41	91,70%
6	Juizo Fiscal de Maputo	A	43	77,75	168,26	216,42%
Província de Gaza			60	390,74	386,58	98,94%
7	DAF de Xai-Xai	B	36	305,18	304,66	99,83%
8	DAF de Chókwe	C	12	63,74	61,92	97,15%
9	DAF de Chibuto	C	12	21,82	20,00	91,66%
Província de Inhambane			56	420,80	450,97	107,17%
10	DAF de Inhambane	B	30	295,65	322,91	109,22%
11	DAF de Vilanculos	C	17	108,90	111,77	102,63%
12	DAF de Quissico	C	9	16,25	16,29	100,25%
REGIÃO CENTRO			212	4.034,10	4.851,75	120,27%
Província de Sofala			87	1.856,39	2.119,02	114,15%
13	UGC da Beira	A	20	947,71	1.032,56	108,95%
14	DAF 1º Bairro da Beira	A	37	751,27	913,94	121,65%
15	DAF da Manga	B	23	144,43	156,06	108,05%
16	Juizo Fiscal da Beira	A	7	12,99	16,46	126,78%
Província de Manica			38	401,60	460,89	114,76%
17	DAF de Chimoio	B	38	401,60	460,89	114,76%
Província de Tete			27	1.263,34	1.731,89	137,09%
18	DAF de Tete	B	27	1.263,34	1.731,89	137,09%
Província da Zambézia			60	512,78	539,95	105,30%
19	DAF de Quelimane	B	34	431,29	453,63	105,18%
20	DAF de Mocuba	C	15	47,24	50,21	106,27%
21	DAF de Gurue	C	11	34,25	36,11	105,46%
REGIÃO NORTE			171	2.086,29	2.255,35	108,10%
Província de Nampula			98	1.517,52	1.605,44	105,79%
22	UGC de Nampula	A	29	371,81	377,99	101,66%
23	DAF de Nampula	B	30	461,68	467,07	101,17%
24	DAF de Nacala	B	24	600,60	676,79	112,69%
25	DAF de Angoche	C	15	83,44	83,59	100,18%
Província de Cabo Delgado			45	351,64	415,02	118,02%
26	DAF de Pemba	B	22	324,26	385,00	118,73%
27	DAF de Montepuez	C	12	18,10	20,17	111,42%
28	DAF de Mocimboa da Praia	C	11	9,27	9,85	106,25%
Província de Niassa			28	217,13	234,90	108,18%
29	DAF de Lichinga	B	17	197,92	214,63	108,44%
30	DAF de Cuamba	C	11	19,21	20,27	105,55%

Anexo II - Desempenho Anual por Área Operativa das Alfândegas - 2011

Ord.	Unidade Operativa	Nº Funcion.	Receita		Realização
			Programa	Cobrança	
IMPOSTOS ALFANDEGÁRIOS		1.321	29.005,70	27.775,77	95,76%
REGIAO SUL		787	20.895,92	19.628,30	93,93%
Província de Maputo		506	11.666,38	10.471,07	89,75%
1	Delegação Aduaneira da Matola	45	2.154,66	2.480,29	115,11%
2	Terminal Int. Rodoviária	30	4.307,50	3.564,88	82,76%
3	Delegaç Aduan de Ressano Garcia	150	522,70	492,90	94,30%
4	Delegação Aduaneira de Namaacha	102	69,10	60,02	86,86%
5	Delegação Aduaneira de Goba	75	44,92	34,16	76,04%
6	Terminal Int. de Automóveis 3	30	1.174,13	960,18	81,78%
7	Terminal Int. de Automóveis 1	45	1.064,81	923,20	86,70%
8	UVC	29	2.328,57	1.955,45	83,98%
Cidade de Maputo		169	9.150,43	9.088,48	99,32%
9	Terminal Int. Aérea	25	1.101,76	1.071,73	97,27%
10	Terminal Int. Marítima	50	5.097,99	4.976,26	97,61%
11	Terminal Int. de Automóveis 2	32	987,72	815,44	82,56%
12	Terminal Int. de Enc. Postais	6	57,24	52,24	91,26%
13	Posto Fiscal de Ponta D'Ouro	26	23,67	16,38	69,22%
14	Terminal Rodov. e Ferroviária	15	1.070,00	874,24	81,70%
15	Alfândega de Maputo (Sede)	15	812,06	1.282,19	157,89%
Província de Gaza		62	27.517,182	25,28	91,85%
16	SPA de GAZA - Xai Xai	45	25,62938	22,55	88,00%
17	Posto Fiscal Chicualacuala	6	0,714362	1,12	156,81%
18	Posto Fiscal Giriyonde	5	0,53887	0,58	107,78%
19	Posto Fiscal Pafuri	6	0,63457	1,02	160,71%
Província de Inhambane		50	51,59632	43,48	84,27%
20	SPA Inhambane	10	39,30163	31,63	80,47%
21	Delegação Aduaneira de Vilanculo	40	12,29469	11,85	96,41%
REGIÃO CENTRO		306	5.186,06	5.163,96	99,57%
Província de Sofala		106	4.230,52	4.074,45	96,31%
22	Terminal Inter. Marítima (TIMAR)	99	4.220,45	4.063,03	96,27%
23	Terminal Inter. Aéreo (TIAR) - Beira	7	10,07	11,42	113,38%
Província de Manica		68	385,53	359,20	93,17%
25	Delegação Ad de Manica	19	373,33	350,72	93,94%
26	Delegação Ad de Machipanda	20	9,10	7,26	79,75%
27	Posto Fiscal de Espungabera	6	0,95	0,81	85,59%
28	Posto Fiscal de Inchope	5	0,13	0,12	87,98%
29	Posto Fiscal de Macossa	2	0,11	0,04	37,63%
30	Fast	9	1,49	0,00	0,00%
31	Posto Fiscal de Mpenge	2	0,08	0,01	11,90%
32	Posto Fiscal de Chipunje	2	0,13	0,06	49,56%
33	TIEPO	3	0,22	0,18	80,75%

Anexo II – Cont.

Ord.	Unidade Operativa	Nº Funcion.	Receita		Realização
			Programa	Cobrança	
Província de Tete		92	435,98	551,79	126,56%
34	Alfândegas de Tete	27	389,52	505,60	129,80%
35	Delegação Ad de Zobué	11	15,02	14,66	97,59%
36	Delegação Ad Vila Nova de Fronteira	2	0,10	0,09	94,50%
37	Delegação Ad de Cuchamano	18	17,37	16,76	96,46%
38	Delegação Ad de Calomué	7	11,74	11,45	97,53%
39	Delegação Ad de Cassacatiza	5	1,26	1,25	99,12%
40	Delegação Ad de Songo	2	0,08	0,08	98,29%
41	Posto Fiscal de Namilamba	2	0,05	0,03	75,73%
42	Posto Fiscal da Bascula	6	0,00	0,00	0,00%
43	Posto Fiscal de Changara	2	0,05	0,07	139,89%
44	Posto Fiscal de Biri-Biri	4	0,13	0,14	110,91%
45	Posto Fiscal de Mocumbura	2,00	0,16	0,09	55,90%
46	Terminal Inter . Aéreo	4	0,49	1,56	316,45%
Província da Zambézia		40	134,03	178,52	133,20%
47	Alfândega de Quelimane	20	124,88	171,69	137,48%
48	Delegação Ad de Milange	13	6,88	6,66	96,71%
49	Posto Fiscal de Megaza	3	0,29	0,12	39,14%
50	Posto Fiscal de Nicuadala	4	1,97	0,06	2,91%
REGIÃO NORTE		228	2.923,71	2.983,51	102,05%
Província de Nampula		148	2.804,46	2.841,37	101,32%
51	Alfandega de Nacala	103	2.059,59	2.163,76	105,06%
52	Delegação Ad. de Nampula	45	744,87	677,62	90,97%
Província de Cabo Delgado		42	83,84	101,71	121,32%
53	Alfândega de Pemba	25	79,36	96,67	121,82%
54	Delegação Aduaneira da Moç Praia	2	1,18	1,32	112,40%
55	Posto Fiscal de Namoto	2	1,19	1,47	123,45%
56	Posto Fiscal de Namatil	1	0,47	0,47	99,87%
57	Posto Fiscal de N'gapa	3	0,13	0,13	98,96%
58	Posto Fiscal de Nangade	3	0,16	0,19	116,88%
59	Posto Fiscal de Palma	2	0,19	0,19	98,21%
60	Posto Fiscal de Negomano	2	1,03	1,13	110,19%
61	Posto Fiscal de Quionga	2	0,13	0,14	107,08%
Província de Niassa		38	35,42	40,43	114,15%
62	Alfândega de Lichinga	10	21,90	23,49	107,26%
63	Posto Fiscal de Mandimba	9	3,08	3,26	105,79%
64	Posto Fiscal de Madjedje	4	2,78	3,08	110,79%
65	Posto Fiscal de Entre-Lagos	4	0,74	0,77	103,42%
66	Posto Fiscal de Metangula	3	0,30	0,30	98,83%
67	Delegação Aduaneira de Cuamba	8	6,62	9,54	144,14%

Anexo III – Registo de Contribuintes, Incluindo ISPC

Ord.	Descrição	Acumulado - 1999 a 2010			Programa - 2011			Registo - 2011			Acumulado - 1999 a 2011		
		Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total
1	DAF de Lichinga	28.872	450	29.322	8.353	170	8.523	9.229	61	9.290	38.101	511	38.612
2	DAF de Cuamba	8.044	93	8.137	1.970	40	2.010	3.790	13	3.803	11.834	106	11.940
3	DAF de Pemba	36.359	985	37.344	10.051	205	10.256	8.402	152	8.554	44.761	1.137	45.898
4	DAF de Montepuez	8.237	104	8.341	2.231	46	2.277	1.567	17	1.584	9.804	121	9.925
5	DAF de Mocimboa da Praia	21.325	82	21.407	8.330	170	8.500	1.447	15	1.462	22.772	97	22.869
6	DAF de Nampula	73.620	1.387	75.007	17.570	359	17.929	24.584	293	24.877	98.204	1.680	99.884
7	DAF de Angoche	7.566	110	7.676	2.154	44	2.199	1.633	13	1.646	9.199	123	9.322
8	DAF de Nacala	26.998	534	27.532	7.349	150	7.498	14.122	103	14.225	41.120	637	41.757
9	UGC de Nampula	51	99	150	0	0	0	0	0	0	51	99	150
Total Região Norte		211.072	3.844	214.916	58.008	1.184	59.192	64.774	667	65.441	275.846	4.511	280.357
10	DAF de Quelimane	56.334	1.691	58.025	16.712	341	17.053	19.453	272	19.725	75.787	1.963	77.750
11	DAF de Gurue	12.150	175	12.325	4.254	87	4.341	2.643	46	2.689	14.793	221	15.014
12	DAF de Mocuba	17.013	252	17.265	5.479	112	5.591	4.859	36	4.895	21.872	288	22.160
13	DAF de Tete	76.034	1.645	77.679	23.327	476	23.803	19.416	464	19.880	95.450	2.109	97.559
14	DAF de Chimoio	66.713	1.410	68.123	20.594	420	21.014	17.299	299	17.598	84.012	1.709	85.721
15	DAF da Manga	81.130	1.626	82.756	17.707	361	18.068	16.639	222	16.861	97.769	1.848	99.617
16	DAF 1º Bairro da Beira	57.310	771	58.081	15.126	309	15.435	17.423	133	17.556	74.733	904	75.637
17	UGC da Beira	35	135	170	-	-	-	-	-	-	35	135	170
Total Região Centro		366.719	7.705	374.424	103.199	2.106	105.305	97.732	1.472	99.204	464.451	9.177	473.628
18	DAF de Inhambane	26.996	940	27.936	7.046	144	7.190	5.827	176	6.003	34.186	1.116	35.302
19	DAF de Quissico	6.518	140	6.658	1.811	37	1.848	1.293	21	1.314	8.366	161	8.527
20	DAF de Vilanculos	13.043	574	13.617	3.577	73	3.650	2.189	81	2.270	16.693	655	17.348
21	Maxixe	12.492	302	12.794	3.005	61	3.066	3.722	47	3.769	15.558	349	15.907
22	DAF de Xai-Xai	35.230	799	36.029	9.471	193	9.664	8.638	171	8.809	44.894	970	45.864
23	DAF de Chibuto	5.420	58	5.478	1.319	27	1.346	1.172	13	1.185	6.766	71	6.837
24	DAF de Chókwe	17.867	298	18.165	4.291	88	4.379	3.807	53	3.860	22.246	351	22.597
25	DAF da Matola	138.890	2.954	141.844	30.167	616	30.783	45.838	600	46.438	169.673	3.554	173.227
26	Magude	4.484	48	4.532	1.276	26	1.302	1.531	7	1.538	5.786	55	5.841
27	DAF da Manhica	13.801	211	14.012	3.337	68	3.405	5.399	25	5.424	17.206	236	17.442
28	DAF 1º Bairro	71.064	9.524	80.588	13.693	279	13.972	8.338	1.618	9.956	85.036	11.142	96.178
29	DAF 2º Bairro	247.425	5.015	252.440	53.268	1.087	54.355	68.937	998	69.935	301.780	6.013	307.793
30	DAF 3º Bairro	11.691	2.013	13.704	918	19	937	949	319	1.268	12.628	2.332	14.960
31	Ponta D'Ouro	4.153	140	4.293	1.214	25	1.239	1.151	37	1.188	5.392	177	5.569
33	UGC Maputo	18	435	453	0	0	0	0	0	0	18	435	453
Total Região Sul		609.092	23.451	632.543	134.393	2.743	137.136	158.791	4.166	162.957	746.228	27.617	773.845
Total Geral		1.186.883	35.000	1.221.883	295.600	6.033	301.633	321.297	6.305	327.602	1.486.525	41.305	1.527.830

Anexo IV - Critério de Selecção de Grandes Contribuintes

CRITÉRIOS	ZONA SUL	ZONA CENTRO	ZONA NORTE	OBSERVAÇÕES
1. Tipo de Actividade	Bolsa de valores, Instituições Financeiras (Bancos, Leasing, seguradoras resseguros e casas de câmbios). Empresas de Recursos naturais (Minas, Petróleos/gás e suas participadas) gasolineiras, Terminais sob gestão privada (carvão, açúcar e outras)	Instituições Financeiras (Bancos, seguradoras, resseguros e casa de câmbio) Empresas de recursos naturais (Minas e Petróleo e suas participadas), Empresas de pescas semiu-industrial e industrial, sub-empregadas de grandes projectos, moageiras, terminais sob gestão privada	Instituições Financeiras (Bancos, seguradoras, resseguros e casa de cambio) Empresas de recursos natuarais (Minas e Petroleo e suas participadas), Indústria de Cajú, Moageiras Indústria de óleos e sabões, Terminais sob gestão privada	
2. Montante de IVA pago	Média igual ou superior a 1.000.000,00MT nos últimos três anos	Média igual ou superior a 460.00,00MT nos últimos três anos	Média igual ou superior a 200.00,00Mt nos últimos três anos	Cruzar com o critério 4
3. Volume de exportações	Média igual ou superior a 90.000.000,00MT nos últimos três anos	Média igual ou superior a 30.000.000,00MT nos últimos três anos	Média igual ou superior a 30.000.000,00MT nos últimos três anos	
4. Volume de vendas/ volume de negócios	Média igual ou superior a 70.000.000,00MT nos últimos três anos	Média igual ou superior a 20.000.000,00MT nos últimos três anos	Média igual ou superior a 40.000.000,00MT nos últimos três anos	Cruzar com o critério 2
5. Sujeito a impostos de natureza especial				Sujeição a taxa liberatória incidente sobre o volume de vendas gasolineiras, imposto sobre a produção de minas e imposto sobre a produção de petróleos, taxas de concessão
6. Empresas públicas				

Anexo V - Resumo de Acções desenvolvidas no Âmbito da Comunicação e Imagem da AT

Ord.	Assunto	Descrição
1.	Publicações	Foram publicados 248 anúncios nos diversos órgãos de comunicação social, relativos a concursos públicos, leilões, calendário fiscal, adjudicação, editais, comunicados, anúncios, necrologias, avisos, entre outros.
2.	Coberturas	Foram feitas 87 coberturas, através da imprensa, de diversos eventos organizados pela Autoridade Tributária ou por outras instituições e foram publicados diversos comunicados, anúncios e outros excertos na imprensa, a todos os níveis.
3.	Comunicações Internas	Foram produzidos 36 comunicados internos, com destaque para as Tomadas de Posse de Quadros da AT e Boletins Informativos Foram, ainda, efectuados 64 recortes de jornais com matérias relacionadas com a AT.
4.	Atendimento ao Contribuinte	Foram atendidos, no total, 34.597 contribuintes solicitando esclarecimentos sobre aspectos relacionados com o IVA, IRPS, IRPC, Factura, emissão de NUIT e outros assuntos relacionados com os impostos e preenchimento das declarações, bem como actualizada a brochura contendo as perguntas mais frequentes.
5.	Memorandos de Entendimento (Mde)	Assinados em termos acumulados, até 31 de Dezembro de 2011, 63 memorandos de intenções ou entendimento com diferentes sensibilidades da actividade económica, social, cultural, artística e académica, com destaque para instituições de ensino superior público e privado, organizações não governamentais, associação de músicos, associações do sector informal, entre outras. Em 2011, foram assinados 22 memorandos, dos quais 16, relativos a Educação Fiscal e Popularização do Imposto. De forma geral, os memorandos permitiram ampliar a abrangência da campanha e adesão ao cadastro fiscal. De entre outros, destacam-se os seguintes resultados alcançados em 2011: (1) realização de mais de 85 palestras em instituições de ensino e outros locais; (2) atribuição de 27.432 NUIT's e de 5.394 cartões a pessoas singulares e colectivas associadas a contraparte do memorando.
6.	Campanhas de Educação Fiscal, Aduaneira e Popularização do Imposto	No âmbito da campanha de educação fiscal, aduaneira e popularização do imposto, foram desenvolvidas várias actividades nas três regiões com destaque para: (i) formação de 13.450 disseminadores, sendo 9.178 em 31 Municípios e 4.272 em 50 Distritos, o que corresponde a uma realização de 107,60% da meta programada para o ano; (ii) palestras sobre o ISPC, a dívida tributária, o IRPS e da cidadania fiscal e popularização de imposto; (iii) campanhas de Educação Fiscal através dos órgãos de comunicação social, nomeadamente, TVM, STV e Rádio Moçambique. Foram ainda produzidos manuais de Educação Fiscal relativos ao ISPC, IVA, NUITs e Regeras de Origem.

Anexo VI – Acções do IFPFT-sede e respectivas Delegações Regionais

Ord.	Assunto	Descrição
1.	Imprensa e Imagem	<p><u>IFPFT- Sede</u> - Foram produzidas e publicadas 08 edições do boletim informativo IFPFT Notícias, contendo informação e artigos de actualidade relacionada com os cursos ministrados naquela instituição, eventos da AT realizados em toda a região sul, além de alguns artigos de opinião.</p> <p><u>IFPFT-Centro</u> - Produzidas e publicadas 7 edições do boletim informativo MUSSOCO, (alterando a linha editorial trimestral da revista CHIVEVE), cuja Edição nº0 foi lançada no mês de Junho.</p> <p><u>IFPFT-Norte</u> – Editados 02 números ordinários e 01 especial do <i>NORTINFORMATIVO</i>, sendo a última inteiramente dedicada à formação.</p>
2.	Formações	<p>Realizadas 60 acções de formações no IFPFT-sede e nas suas delegações regionais, sendo: 17 na Área Técnica Aduaneira; 16 na Área Técnica Fiscal; 18 na Área de Administração e Gestão; e 09 em TIC's.</p> <p>Estas acções resultaram em 1.650 formados, dos quais 1.434, são funcionários da AT e 216 de outras instituições públicas, distribuídos por todas as regiões do país: (i) Região Sul com 858 (dos quais 136 de outras Instituições Públicas); (ii) Região Centro, com 564 (incluindo 80 de outras Instituições Públicas); e (iii) 228 na Região Norte.</p> <p>No âmbito da transferência dos impostos municipais de veículos e SISA, e como materialização do MdE celebrado entre a AT e a ANAMM (Associação Nacional dos Municípios de Moçambique), foram realizadas pelo IFPFT-sede, 2 acções de formação sobre a Lei do Sistema Tributário Autárquico e Código Tributário Autárquico, asseguradas por 4 funcionários da AT, em articulação com a ANAMM, beneficiando 94 funcionários dos Municípios de Maputo e Matola.</p> <p>O IFPFT-Norte procedeu ao monitoramento do MdE acima referido, tendo acompanhado o processo de cobrança dos impostos autárquicos nos Municípios de Naca-Porto, Monapo, Ilha de Moçambique, Angoche, Montepuez e Vila de Ribaué.</p> <p>No âmbito do programa Integrado de cooperação e assistência Técnica em Finanças públicas (PICATFin), entre Moçambique e Portugal, foram realizadas 5 formações: (i) Combate ao tráfico de drogas; (ii) Operador Económico Autorizado; (iii) Inspeção Tributária, Técnicas de Auditoria Informática; (iv) Auditoria Pós-Desembarço; (v) Análise e Gestão de Risco.</p>

Ord.	Assunto	Descrição
		<p>Em coordenação com o GCIm, o IFPFT-Centro formou 301 formadores de disseminadores de educação fiscal e o IFPFT-Norte, formou um total de 877.</p> <p>A pedido das estruturas locais, foi ainda realizado um curso sobre produtos minerais, em Montepuez, como forma de aliar a teoria a prática, uma vez que neste distrito se desenvolve uma intensa actividade de mineração, tendo sido convidados 7 funcionários dos diversos sectores do Governo do Distrito.</p>
3.	Parceria com a UNIDO e UE	<p>No âmbito da consolidação do processo de ensino-aprendizagem no IFPFT-sede e suas delegações regionais, alcançaram-se as seguintes realizações: (i) aquisição de 707 obras de várias áreas, devidamente registadas no sistema electrónico de gestão, das quais 532 alocadas ao IFPFT-sede, 100 ao IFPFT-Norte e 75 ao IFPFT-Centro; (ii) 3 laboratórios de Línguas (Matola, Beira e Nacala), tendo sido formados em Inglês Técnico 21 funcionários no nível intermédio e 40 no nível de principiantes; (iii) formação de técnicos informáticos e formadores de inglês no Sistema SANAKO, formação de formadores de língua inglesa, de matérias de auditoria e ainda de gestão de risco.</p>

Anexo VII – Parque Informático Operacional Na AT - Por Regiões

		Existencia em 31.12.2010																		
LOCAL	ENTIDADE	Moni	PC	Serv	Tecl	Mou	UPS	Imp	Swi	Hub	Rout	Certif	Notb	L.Che	Scan	HD Ex	Fax	Fot	D. Sh	
Regiao Norte	DRN	247	238	15	242	237	211	107	17	4	13	5	3	6	0	0		0	1	
Regiao Centro	DRC	236	226	11	221	208	216	113	12	9	16	10	2	8	0	3		0	0	
Regiao Sul	DRS	629	597	40	614	601	544	216	37	5	24	32	6	12	1	2		5	1	
Sede	Serv.																			
	Centrais	973	935	58	958	872	905	329	35	8	18	2	79	0	4	6		2	20	
	Sub Total	2085	1996	124	2035	1918	1876	765	101	26	71	49	90	26	5	11		7	22	
		Distribuido ate 31.12.2011																		
LOCAL	ENTIDADE	Moni	PC	Serv	Tecl	Mou	UPS	Imp	Swi	Hub	Rout	Certif	Notbo	L.Che	Scan	HD Ex	Fax	Fot	D. Sh	
Regiao Norte	DRN	60	60	0	60	60	63	0	6	0	6	6	0	0	0	0		0	0	
Regiao Centro	DRC	52	53	1	52	52	40	1	7	0	8	9	0	0	0	0		0	0	
Regiao Sul	DRS	122	122	4	124	123	121	27	6	2	3	21	0	0	0	0		1	0	
Sede	Serv.																			
	Centrais	211	206	19	205	205	245	37	0	0	2	0	0	0	0	1		3	4	
	Sub Total	445	441	24	441	440	469	65	19	2	19	36	0	0	0	1		4	4	
		Existencia em 31.12.2011																		
LOCAL	ENTIDADE	Moni	PC	Serv	Tecl	Mou	UPS	Imp	Swi	Hub	Rout	Certif	Notbo	L.Che	Scan	HD Ex	Fax	Fot	D. Sh	
Regiao Norte	DRN	374	365	15	369	364	340	113	23	4	19	17	6	6	0	0	0	3	1	
Regiao Centro	DRC	368	362	13	353	340	332	115	20	9	24	28	6	8	0	3	0	0	0	
Regiao Sul	DRS	766	734	44	753	739	680	249	43	7	29	53	6	12	1	2	3	8	1	
Sede	Serv.																			
	Centrais	1184	1141	77	1163	1077	1150	366	35	8	20	2	79	0	4	7	5	5	24	
	Sub Total	2692	2602	149	2638	2520	2502	843	121	28	92	100	97	26	5	12	8	16	26	

LEGENDA:

MONI = Monitor; PC = Personal Computer; SERV = Servidor; TECL = Teclado; MOU = Mouse; UPS = Uninterruptible Power Supply; IMP = Impressora; SWI = Switch; HUB = Concentrador; ROUT = Roteador; CERTF = Certificadora; NOTBO = Notebook; L. CHE = Leitor Cheques; SCAN = Scanner; D.SH = DataShow

Anexo VIII – Parque de Viaturas

Viaturas adquiridas em 2011, por região e marca

Região	Mahindra C/D	Mahindra C/S	Ford Ranger C/D	Kia Picanto	Total
Sede	0	1	27	9	37
Sul	7	5	9	1	22
Centro	8	5	7	0	20
Norte	5	4	7	0	16
Total	20	15	50	10	95

Número total de Viaturas da AT operacionais, por região e classe

Classe	Direcções				Total por classes
	Sede	DRS	DRC	DRN	
Motorizadas	0	21	29	16	66
Turismos	52	8	13	1	74
<i>Station Wagon</i>	11	2	3	2	18
Cabine Simples	13	32	35	22	102
Cabine Dupla	73	38	37	33	181
Mini Bus 15 Lugares	1	2	2	1	6
Mini Bus 30 Lugares	1	0	1	1	3
Autocarro	1	0	0	0	1
Camionetas	1	1	2	0	4
Camião	1	3	2	1	7
Total por Região	154	107	124	77	462

Anexo IX - Relação de Imóveis da AT Por Província e Forma de Aquisição

Região	Província	Forma de Aquisição	Ano		Total Geral
			2006	2011	
Norte	Província de Cabo Delgado	Construção		8	8
		Outras formas jurídicas	24	1	25
	Província de Cabo Delgado Total		24	9	33
	Província de Nampula	Construção	22	23	45
		Outras formas jurídicas	10	1	11
		Transferência		2	2
	Província de Nampula Total		32	26	58
	Província de Niassa	Construção	5	7	12
		Outras formas jurídicas	11	2	13
		Transferência		1	1
Província de Niassa Total		16	10	26	
Total Região Norte			72	45	117
Centro	Província de Sofala	Transferência		3	3
	Província de Sofala Total			3	3
	Província de Tete	Construção		3	3
		Outras formas jurídicas	18	2	20
		Transferência		1	1
	Província de Tete Total		18	6	24
	Província de Zambézia	Construção		9	9
		Outras formas de aquisição	27	8	35
		Transferência		4	4
	Província de Zambézia Total		27	21	48
Província de Manica	Construção	1	10	11	
	Outras formas jurídicas	10		10	
	Transferência	2	4	6	
Província de Manica Total		13	14	27	
Total Região Centro			58	44	102
Sul	Cidade de Maputo	Compra		1	1
		Outras formas jurídicas	8		8
		Transferência	2	4	6
	Cidade de Maputo Total		10	5	15
	Província de Maputo	Compra	1	6	7
		Construção	3	34	37
		Outras formas jurídicas	1	2	3
		Transferência	2	7	9
	Província de Maputo Total		7	49	56
	Província de Gaza	Construção	2	4	6
		Transferência	2	2	4
	Província de Gaza Total		4	6	10
	Província de Inhambane	Compra	1	1	2
Construção		1	1	2	
Outras formas jurídicas		5		5	
Transferência		3	3	6	
Província de Inhambane Total		10	5	15	
Total Região Sul			31	65	96
Total Geral			161	154	315